



SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

EM CAMPO GRANDE

OBJETO DE INTERVENÇÃO URBANA

ELIANE FRAULOB MATTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ELIANE FRAULOB MATTOS

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPO GRANDE

objeto de intervenção urbana

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de Graduada em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:

Prof. Me. Juliana Couto Trujillo

CAMPO GRANDE – MS

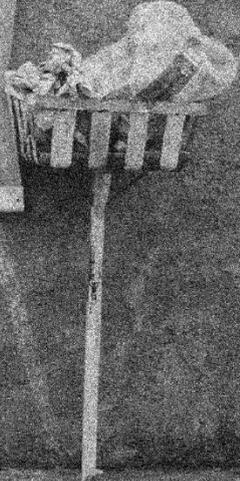
2021



VEN-DE
GELO

47

VENDE
SEGELO
R\$.100





Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2021-2

No mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se por meio de videoconferência (plataformas Microsoft TEAMS ou Google MEET) a Banca Examinadora, sob Presidência do(a) Professor(a) Orientador(a), para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(a) Convidado(a) e IES
02 de dezembro de 2021 Horário - 14h00 ÀS 15h30 Campo Grande, MS	Eliane Franlob Mattos (2016.2101.026-0) Tema: Segregação socioespacial em Campo Grande: objeto de intervenção urbana	Juliana Conto Trujillo	Helena Rodi Neumann	Gisele Yallouz (UNIDERP)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo(a) acadêmico(a), os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação (relacionadas em anexo).

Ao final a banca emitiu o seguinte CONCEITO para o trabalho: **APROVADO**

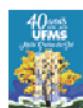
Assinam eletronicamente os membros da banca examinadora.

Ata homologada pela Coordenação de Curso e pela Coordenação da disciplina de TCC.

Campo Grande, dezembro de 2021.

Prof. Dr. Jose Alberto Ventura Couto
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Prof. Dr. Gutemberg dos Santos Weingartner
Coordenador da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



Documento assinado eletronicamente por **Gutemberg dos Santos Weingartner, Professor do Magisterio Superior**, em 03/12/2021, às 11:06, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



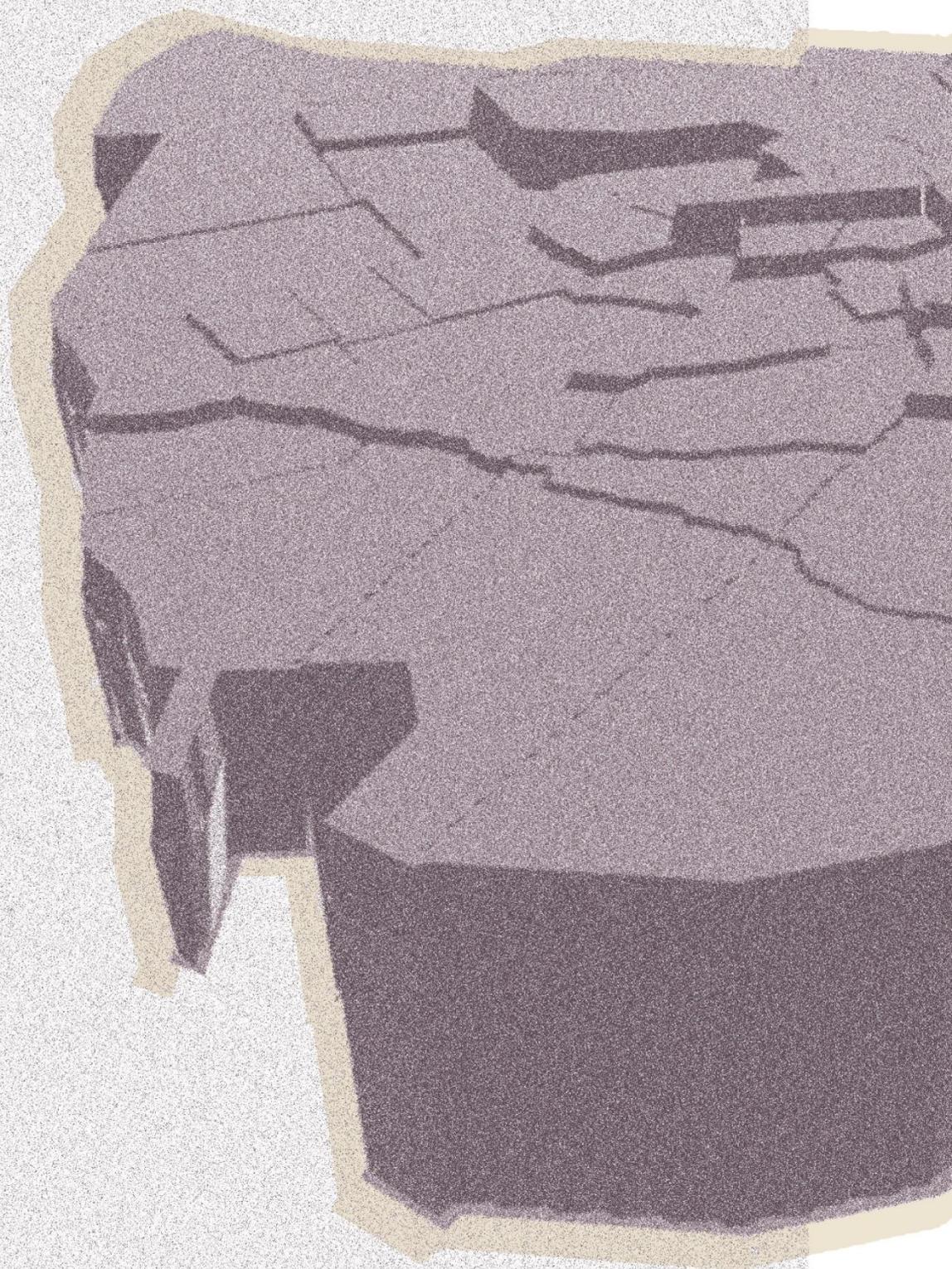
Documento assinado eletronicamente por **Jose Alberto Ventura Couto, Professor do Magisterio Superior**, em 03/12/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2949252** e o código CRC A783FC39.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária





PARA TODOS QUE SEGUEM DERIVANDO JUNTO A MIM.

AGRADECIMENTOS

De início, obrigada a minha família, que além de me formarem como ser humano, diariamente lidaram com os surtos que envolvem a passagem pela faculdade, me apoiando e incentivando.

A prof. Dra. Juliana Trujillo, sou grata não apenas por me orientar, mas por ser compreensiva e paciente em meu um ano e meio de trabalho nesta monografia. Seu carinho em aconselhar me levou mais longe.

Ao grupo de pesquisa Algo+ritmo, local onde pude tomar conhecimento de atuações em áreas da arquitetura e urbanismo que as salas de aula não promovem.

Ao Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo – LEX, onde pela primeira vez pude participar de um concurso de arquitetura e ter contato com intervenções urbanas.

A UFMS, pela oportunidade de ter feito viagens dentro do curso, onde pude vislumbrar ao lado de amigos, colegas e professores, que a arquitetura e urbanismo é mais do que projeto – é a construção do mundo. Em especial, graças a essas experiências, agradeço ao Prof. Alex Nogueira por ter me selecionado para a minha primeira exposição fotográfica.

Aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela contribuição e troca de experiência, sobretudo ao Prof. Gilfranco Alves e à Prof. Helena Rodi Neumann, que além de ensinar com o carinho, sempre demonstraram sabedoria.

A todos os que conheci nessa trajetória, obrigada por fazerem parte dessa transformação. Muito obrigada, em especial, aos amigos queridos que carrego por toda a vida, e que me mostram que apesar de todos as dificuldades, tenho pessoas incríveis ao meu lado. A eles, agradeço pelos ensinamentos, conselhos, ideias, amizade e paciência.

Ao meu querido Alberto, por atravessar esse caminho ao meu lado, e por todo amor. Com você, enfrento tudo com mais alegria.

ABSTRACT

This work is the final step towards receiving the degree of Bachelor of Architecture and Urbanism. Initially, socio-spatial segregation will be conceptualized, in an attempt to bring it closer to the city of Campo Grande, from a social and urban point of view. This, therefore, the discussion on this issue is recent in the local academic environment, and in this dissertation we tried to be part of a broader debate, yet to be built. Thus, studying the theme of segregation, the formations of Campo Grande and the data provided by the city hall are a way to understand the processes that permeate the discussion of socio-spatial segregation in the city. From this process of understanding segregation in the urban environment of Campo Grande, the study of drift (experimental methodology developed by the Situationist International) will be presented as a methodological practice. This discussion will be the way to substantiate the proposal of this work: to locate the socio-spatial segregation in the perimeter of the capital of Mato Grosso do Sul and present it to the population through an object of urban intervention. Following this thought, urban art will be approached as part of the expanded field of Architecture and Urbanism. With this, it is intended to introduce the discussion of the visual approach of the existence of socio-spatial segregation in the space of Campo Grande, as a way of referring to the conceptual study. Treating these aspects, a three-dimensional digital model will be developed that presents the socio-spatial segregation in the city of Campo Grande as a two-face topographic model; one side related to population data by neighborhood and the other related to per capita income by neighborhood. These conceptions will make up the study's object of urban intervention: a multifunctional space that seeks to present the discussion of socio-spatial segregation in the city of Campo Grande to its population.

KEY-WORDS: Socio-spatial Segregation, Urban Art, Urban Intervention, Campo Grande, Drift.

RESUMO

Este trabalho é a etapa final para receber o título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Inicialmente, se conceituará a segregação socioespacial, na tentativa de aproximá-la à cidade de Campo Grande, do ponto de vista social e urbano. Isso, pois, a discussão sobre essa problemática é recente no meio acadêmico local, e tentamos nesta dissertação fazer parte de um debate mais amplo, ainda a ser construído. Dessa forma, estudar a temática da segregação, as formações de Campo Grande e os dados disponibilizados pela prefeitura são uma forma de entender os processos que permeiam a discussão da segregação socioespacial na cidade. A partir desse processo de compreensão da segregação no ambiente urbano de Campo Grande, o estudo da deriva (metodologia experimental desenvolvida pela Internacional Situacionista) será apresentado como prática metodológica. Essa discussão será o caminho para a fundamentação da proposta desse trabalho: localizar a segregação socioespacial no perímetro da capital sul-mato-grossense e apresentá-la à população através de um objeto de intervenção urbana. Seguindo esse pensamento, a arte urbana será abordada como parte do campo expandido da Arquitetura e Urbanismo. Com isso, pretende-se introduzir a discussão da abordagem visual da existência da segregação socioespacial no espaço de Campo Grande, como forma de remeter ao estudo conceitual. Tratado desses aspectos, será desenvolvido um modelo digital tridimensional que apresenta a segregação socioespacial na cidade de Campo Grande como um modelo topográfico de duas faces; uma face relativa aos dados de população por bairro e a outra relacionada à renda *per capita* por bairro. Essas concepções irão compor o objeto de intervenção urbana do estudo: um espaço multifuncional que busca apresentar a discussão da segregação socioespacial na cidade de Campo Grande à sua população.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação Socioespacial, Arte Urbana, Intervenção Urbana, Campo Grande, Deriva.



“ A ARQUITETURA É O PONTO FINAL NA REALIZAÇÃO DE QUALQUER ESFORÇO ARTÍSTICO, PORQUE A CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA IMPLICA NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE E O ESTABELECIMENTO DE UM MODO DE VIDA. ”

ASGER JORN



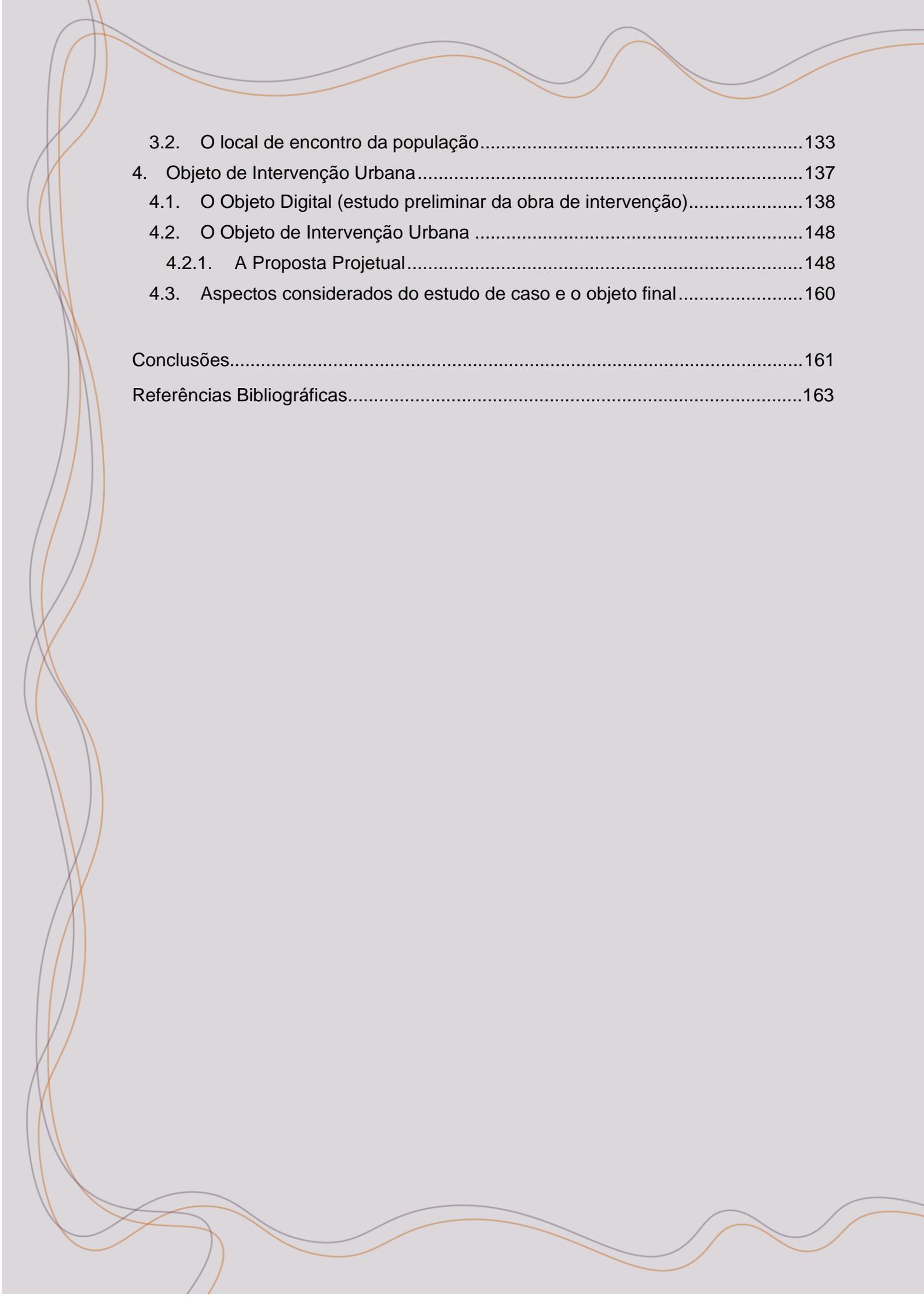
LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução urbana de Campo Grande – 1909 à 1929.	18
Figura 2 – Plano de alinhamento de ruas e praças de 1909.	19
Figura 3 - Planta de Campo Grande – MS em 1920	20
Figura 4 - Planta de Campo Grande no início da década de 1930.....	22
Figura 5 - Planta da cidade de Campo Grande criada por Saturnino de Brito em 1939.	23
Figura 6 – Mapa do Plano Urbanístico Escritório Saturnino de Brito de 1939.....	24
Figura 7 – Evolução urbana de Campo Grande – 1939 a 1959.	25
Figura 8 – Evolução urbana de Campo Grande – 1969 a 1989.	27
Figura 9 – Fachada da Antiga Rodoviária de Campo Grande em 2019.	37
Figura 10 – Localização das classes média e alta nas pequenas e nas grandes cidades.....	38
Figura 11 – Mapa rendimento per capita da população em Campo Grande – MS (Censo 2010).....	40
Figura 12 – Mapa população por bairro em Campo Grande – MS (Censo 2010)	40
Figura 13 – Mapa segregação socioespacial em 2010, Campo Grande – MS.....	42
Figura 14 – Mapa coleta seletiva porta a porta em 2019, Campo Grande - MS.....	44
Figura 15 – Mapa pavimentação urbana em 2020, Campo Grande – MS.	45
Figura 16 – Mapa cobertura de rede de gás em 2020, Campo Grande – MS.....	45
Figura 17 – <i>Tilted Arc</i> , instalação de Richard Serra, na praça <i>Foley Federal Plaza</i> . 52	
Figura 18 – Divulgação da <i>Grande Saison Dada</i>	60
Figura 19 – Obra de Hélio Oiticica, <i>Parangolés</i>	64
Figura 20 – Penetrável PN1 de Hélio Oiticica.	65
Figura 21 – Penetrável Filtro, obra de Hélio Oiticica.	66
Figura 22 – Tropicália PN2, instalação de Hélio Oiticica.....	67
Figura 23 – Diagrama do primeiro dia de deriva.	72
Figura 24 – Diagrama do segundo dia de deriva.....	72
Figura 25 – Trajeto do primeiro dia de deriva.....	94
Figura 26 – Trajeto do segundo dia de deriva.....	107
Figura 27 – Comparação entre fotografia d1.9.1 e fotografia d2.8.1	111
Figura 28 – Comparação entre fotografias d1.9.2 e d2.7.1	112
Figura 29 – Comparação das fotografias d1.10.3 e d2.5.1.	113
Figura 30 – Comparação fotografia d1.8.1 e d2.10.1	114
Figura 31 – Comparação entre fotografia d1.6.2 e d2.23.4.....	116
Figura 32 – Fotografia do espetáculo <i>Bom Retiro 958 metros</i>	125
Figura 33 – Modelo digital de como o arranha-céu seria visto se construído em um campo aberto.	128
Figura 34 – Maquetes impressas em exposição em Städelschule, 2016.....	128
Figura 35 – Fotografia da prática artística Projeto CicloCOR.....	129
Figura 36 – Fotografia do projeto Lotes Vagos onde vemos uma ocupação do terreno sem retirar suas características de abandono.	130

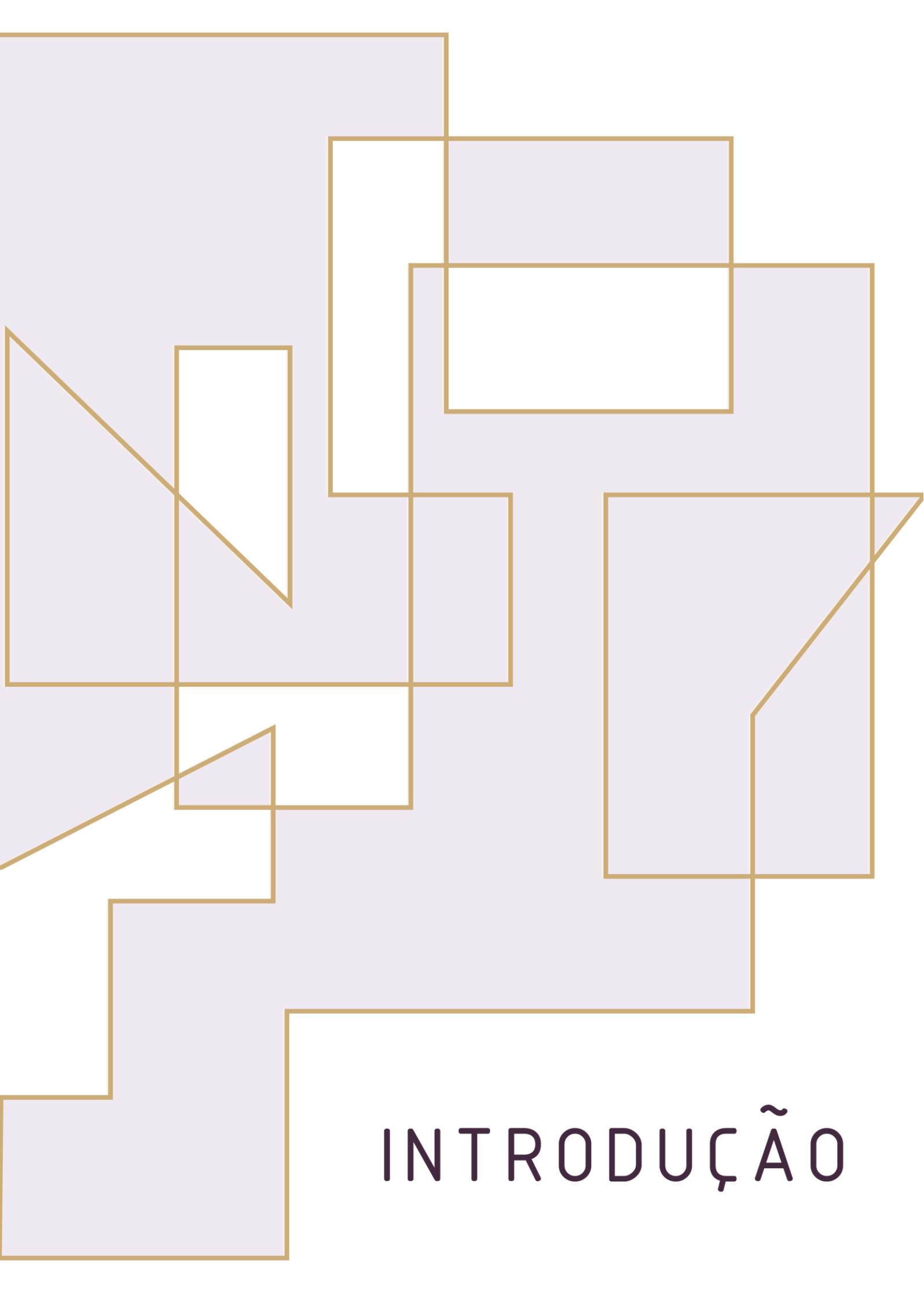
Figura 37 - Mapa áreas de parquinhos e academias ao ar livre em Campo Grande - MS.....	134
Figura 38 - Mapa de seleção de praças em Campo Grande - MS	135
Figura 39 - Tabela População por bairro de	139
Figura 40 - Tabela Renda <i>per capita</i> de	139
Figura 41 – Print retirado do <i>software</i> Revit, em perspectiva 3D, demonstrando a modificação das alturas dos bairros conforme a população por bairro. Destaque para o bairro Nova Lima e sua altura.	140
Figura 42 – Print retirado do <i>software</i> Revit, em perspectiva 3D, demonstrando a modificação das alturas dos bairros conforme a renda <i>per capita</i> . Destaque para o bairro Nova Lima e sua altura.	140
Figura 43 – Modelo 3D Rhino, passo 1: IMPORTAR	141
Figura 44 - Modelo 3D Rhino, passo 2: DRAPEAR.....	141
Figura 45 - Modelo 3D Rhino, passo 3: RECTANGLE	142
Figura 46 - Modelo 3D Rhino, passo 4: _EXTRACTCONTROLPOLYGON	142
Figura 47 - Modelo 3D Rhino, passo 5: MOVE RECTANGLE.....	143
Figura 48 - Modelo 3D Rhino, passo 6: DIVIDIR MALHA	143
Figura 49 - Modelo 3D Rhino, passo 7: modificação cores camadas base conforme altura do bairro.	144
Figura 50 - Modelo 3D Rhino, passo 8: inversão do modelo da topografia de população por bairro e junção das topografias por suas respectivas bases, criando um modelo único.	144
Figura 51 - Modelo 3D, passo 9: modelo importado para o site 3dviewer.net.....	145
Figura 52 - QR CODE de acesso ao modelo 3D.....	145
Figura 53 - Demonstração da divisão da topografia digital por regiões urbanas.....	149
Figura 54 - Redução de escala no <i>software</i> Autocad.....	150
Figura 55 - Representação totem.....	151
Figura 56 - Mapa Parques Intervenção	153
Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro	159

SUMÁRIO

Introdução.....	3
Justificativa.....	6
Metodologia.....	6
Objetivos.....	7
1. Segregação Socioespacial e a Cidade de Campo Grande.....	9
1.1. A segregação socioespacial.....	9
1.2. Campo Grande e a sociedade campo-grandense.....	17
1.3. A segregação socioespacial em Campo Grande	33
2. Ativismo Urbano	49
2.1. Arte Urbana.....	49
2.2. Internacional Situacionista e a Teoria da Deriva	54
2.2.1. Paola Berenstein Jacques e a Estética da Ginga: percepções sobre as instalações de Hélio Oiticica e considerações quanto a deriva	62
2.3. A cidade das vivências - uma deriva campo-grandense	70
2.3.1. Uma forma de abordagem.....	71
2.3.2. Relatos do primeiro dia de deriva	73
2.3.3. Relatos do segundo dia de deriva	95
2.4. Considerações sobre a deriva.....	108
2.4.1. As brincadeiras das crianças nos parques	111
2.4.2. As moradias através das grades dos parques.....	112
2.4.3. A manhã dos moradores da região.....	113
2.4.4. A infraestrutura dos parques	114
2.4.5. Uma observação entre os dados e a vivência	115
2.4.6. A diferença entre as demais áreas de lazer	116
2.4.7. Outros apontamentos pertinentes e conclusões.....	117
3. Intervenção Urbana	121
3.1. Estudos urbanos, sociais, arquitetônicos e urbanísticos	122
3.1.1. Territórios Híbridos	122
3.1.2. Arte, Cultura e Cidade	124
3.1.3. ENTREMEIOS	125
3.1.4. “Big Fat Dumb Cities for Sale”	127
3.1.5. Arte Para Uma Cidade Sensível.....	129
3.1.6. Considerações sobre os estudos de caso	131



3.2. O local de encontro da população.....	133
4. Objeto de Intervenção Urbana.....	137
4.1. O Objeto Digital (estudo preliminar da obra de intervenção).....	138
4.2. O Objeto de Intervenção Urbana	148
4.2.1. A Proposta Projetual.....	148
4.3. Aspectos considerados do estudo de caso e o objeto final.....	160
Conclusões.....	161
Referências Bibliográficas.....	163



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Quando as teorias do urbanismo apareceram, guiadas pelo engenheiro Idelfonso Cerdá no século XIX, questões como mobilidade e infraestrutura, por exemplo, passaram a ser inseridas nas discussões da cidade. Essas questões foram pensadas graças à Revolução Industrial – uma época onde, entre várias outras mudanças, os centros urbanos começaram a crescer e se desenvolver. Assim, entraram em cena novas temáticas, pois era necessário que se analisasse esse crescimento. Dois séculos depois, a cidade cresceu em territórios de análise, e por isso se entende que podem existir compreensões diferentes de uma mesma cidade. Nesta monografia, em especial, inicialmente abordaremos análises que trabalham de forma a compreender a segregação do e no espaço urbano.

Com a leitura de textos, tais como “O Direito À Cidade” (2015), de Henry Lefebvre, “Cidades Rebeldes” (2014), de David Harvey, e com o apoio de autores como Ermínia Maricato (2003) e Flávio Villaça (2011), entre outros que veremos no decorrer do texto, o que se busca é amparar essa difícil tarefa de descrever as diferentes camadas de uma cidade. O que adotaremos de princípio no item 1.1 é a existência da segregação socioespacial nos territórios urbanos atualmente. Após elaborar uma discussão sobre a segregação socioespacial, passaremos a pensar a mesma como um fator que se tornou intrínseco à realidade urbana – em especial, nesta monografia, a segregação socioespacial presente na cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul.

Após a breve introdução do conceito de segregação socioespacial, voltaremos nosso olhar para a cidade de Campo Grande. Esta que, quando comparada com outras capitais do Brasil, ainda pode ser vista como rural; a cidade tornou-se capital do Mato Grosso do Sul há cerca de 50 anos (o estado surgiu em 1977). A transformação tardia da cidade à categoria de capital implica em uma série de questões no seu desenvolvimento, tais quais poderemos analisar no subcapítulo 1.2 ao retomarmos a formação social e urbana da cidade no século XX. Posteriormente a essa retomada, no item 1.3, analisaremos, então, a questão da segregação no território campo-grandense, visto que agora já conhecemos um pouco mais da formação de Campo Grande. Assim, após apresentar mapas divulgados pela PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, presentes no Perfil

Socioeconômico de Campo Grande (2020), elaboraremos mapas que localizam a segregação em Campo Grande, delimitando uma “grande região de concentração de renda”, formada por bairros onde residem os mais abastados da cidade, e destacando, em oposição a essa região, os bairros Aero Rancho e Nova Lima como regiões com maior população da cidade, em que a renda *per capita* encontrada é de menos de um salário mínimo.

É importante que fique claro ao leitor de que não pretendemos readequar a realidade urbana analisada. Nossa intenção é a de elucidar aspectos da segregação socioespacial na capital do Mato Grosso do Sul, para depois gerar um objeto de intervenção urbana (e arquitetônica, por que não?) que busque provocar na população uma reflexão sobre essa problemática. Aqui também relembramos que, dado o amplo espaço que compõe a formação de um arquiteto e urbanista (passando desde sociologia, arte, política, economia, geografia, entre outros), o exercício do pensamento crítico trabalhado nas páginas seguintes procurará refletir não somente a urbe do planejamento urbano, mas também a de um tecido social.

Sequencialmente, no capítulo 2, voltaremos nossa discussão para a arte urbana como forma de pensamento crítico. Essa definição entende a arte urbana como parte da arquitetura e urbanismo, e será discutida a partir das falas de Anthony Vidler (2010) e Vera Pallamin (2015), ressaltando as intervenções urbanas como uma forma de expressar questões sociais, arquitetônicas e urbanísticas nas cidades. Com esse estudo no segundo capítulo, abordando as intervenções urbanas e os situacionistas, voltaremos nossos olhos para o livro de Paola Berenstein Jacques, “A Estética da Ginga” (2003), que servirá ao nosso trabalho como uma forma de relacionar as instalações artísticas com arquitetura e urbanismo, bem como pontuando alguns aspectos situacionistas consoantes ao tema.

Também estudaremos, no subcapítulo 2.2, a respeito da Internacional Situacionista e a “Teoria da Deriva” de Guy Debord (1958), pretendendo com esse estudo apresentar os situacionistas e o modo como pensavam a sociedade e o ambiente urbano. Esse desenvolvimento, que considera a perspectiva dos estudos situacionistas, nos guiará não apenas para compreender a psicogeografia como uma forma de entender o pensamento urbano, mas também pensar a deriva como uma metodologia capaz de experienciar a segregação socioespacial em Campo Grande. Com isso, no

subcapítulo 2.3, apresentaremos a elaboração e os relatos de uma experiência de deriva que realizamos na cidade de Campo Grande, percorrendo os bairros destacados no primeiro capítulo como uma forma de entender, através dos estudos situacionistas, como a segregação socioespacial ocorre no espaço urbano da cidade de Campo Grande. Essa vivência será relatada de forma textual e fotográfica para que, após o experimento, no subcapítulo 2.4, seja possível discutirmos sobre os entendimentos que a execução da deriva nos proporcionou.

Assim, o terceiro capítulo dessa monografia discutirá conceitos iniciais para o objeto de intervenção urbana ao final desse trabalho. A escolha dos estudos de caso se segue de forma a relacionar questões sociais e urbanas com arte, arquitetura e urbanismo. Esses estudos serão as influências principais para as primeiras concepções do projeto. Sequencialmente aos estudos de caso, serão apresentados os dados relativos a parques, “parquinhos” e academias ao ar livre da cidade, de modo a estudar possíveis locais de implementação do objeto de intervenção urbana na cidade de Campo Grande.

Por fim, o quarto capítulo é referente à concepção do projeto de intervenção urbana. A primeira parte desse capítulo busca uma forma de criar um modelo que demonstre visualmente a segregação socioespacial na capital sul-mato-grossense. Esse modelo digital foi feito com base nos dados utilizados no primeiro capítulo da monografia, gerando uma topografia dos bairros da cidade. Sequencialmente, partindo desse modelo digital, foi projetado o objeto de intervenção urbana, que consiste em uma divisão da topografia digital por regiões, adaptadas para se tornarem intervenções em quatro regiões da cidade. São elas as regiões Prosa, Segredo, Centro e Anhanduizinho. Essas intervenções têm como proposta servir como espaços de múltiplos usos, nos quais a população possa se apropriar. Seu formato está diretamente ligado ao estudo realizado, e através do aspecto volumétrico, juntamente a um totem informativo que liga o ambiente/objeto ao modelo digital, a discussão da segregação é apresentada ao público.

JUSTIFICATIVA

A arquitetura e urbanismo está diretamente ligada a discussões sociais. No século XX, observou-se um crescimento dentro do meio acadêmico acerca dessas discussões, e, com isso, novos temas tornaram-se tópicos de debate. A segregação socioespacial, apesar de não ter surgido após essas discussões, é um tema recente. Tratá-la em relação à cidade de Campo Grande vem da vontade de que esse debate seja expandido à população local e seus governantes. A inspiração para a formulação dessa pesquisa surge da carência desse debate na urbe de Campo Grande, que é importante para promover um debate que se pautar pelo crescimento igualitário no espaço urbano da capital.

Assim, a pesquisa feita neste trabalho busca compreender aspectos associados a segregação socioespacial e suas implicações para a cidade e a sociedade de Campo Grande – MS. A intenção é de que o objeto de intervenção urbana seja capaz de demonstrar aspectos da segregação socioespacial para a população de Campo Grande. Sendo assim, a relevância teórica-científica deste trabalho é a de fomentar o debate sobre a disposição das questões sociais e econômicas no espaço urbano da capital sul-mato-grossense, ao divulgar essa questão para a população da cidade a partir de uma obra de intervenção urbana. Dessa forma, esse trabalho tem a intenção de que essa intervenção produza efeitos reflexivos ao observador acerca da segregação socioespacial na cidade.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho possui algumas etapas: (1) fundamentação teórica, (2) coleta de dados, (3) experimentação metodológica, (4) elaboração da proposta de intervenção urbana.

A fundamentação teórica é a base para começar a discutir acerca da segregação socioespacial e situá-la na cidade de Campo Grande. A coleta de dados, por meio de revisão bibliográfica e pesquisas nos órgãos públicos da cidade de Campo Grande, são os apoios para que essa discussão seja situada no território campo-grandense. Com essa espacialização, segue-se para a experimentação metodológica, apoiada na teoria da deriva, onde os registros fotográficos e textuais, feitos em uma deriva experimental por bairros selecionados da cidade, nos revelarão alguns aspectos da

desigualdade na urbe de Campo Grande. Por último, a elaboração da proposta de intervenção urbana segue como uma consequência do desenvolvimento da pesquisa, englobando-a e buscando levar a discussão da segregação socioespacial ao cidadão por meio desse objeto de intervenção.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Com estudos teóricos e práticos, o objetivo geral desta monografia é elaborar um objeto de intervenção urbana que exponha questões a respeito da segregação socioespacial presentes na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

Objetivos Específicos

- Conceituar a segregação socioespacial e sua inserção na temática do desenvolvimento urbano das cidades;
- Estudar a respeito da formação social e urbana da cidade de Campo Grande;
- Explorar os dados disponíveis nos órgãos municipais que possam indicar a segregação social no espaço urbano da urbe campo-grandense, elaborando mapas que exponham essa segregação;
- Discutir a importância da arte urbana como uma prática crítica da arquitetura e urbanismo;
- Trabalhar a discussão situacionista, em especial a teoria da deriva como uma metodologia experimental;
- Experienciar a metodologia da deriva no território da cidade de Campo Grande;
- Estudar acerca dos locais de parques e praças da capital sul-mato-grossense;
- Enunciar estudos de caso que colaborem com a concepção do projeto do objeto de intervenção urbana;
- Realizar com auxílio de *softwares* a produção de um modelo digital que espacialize a segregação socioespacial em Campo Grande;
- Materializar a proposta projetual do objeto de intervenção urbana, buscando expor o estudo realizado à população campo-grandense.

1.



1. Segregação Socioespacial e a Cidade de Campo Grande

“[...] na cidade capitalista, o acesso ao espaço é restrito e desigual para as diferentes classes sociais que nela se encontram.”

(VIEIRA; MELAZZO, 2003, p. 169).

1.1. A segregação socioespacial

Toda cidade tem uma origem diferente, variando em período histórico, seus habitantes e questões geográficas implícitas, sua cultura e todas as características que a fazem única. Apesar de tais características, dada a globalização e a tecnologia emergentes para a produção de um novo capitalismo global (GIDDENS, 2007), cada vez mais se percebe uma uniformização patente no crescimento das cidades. Essa uniformização é refletida também no consumo, sendo hoje possível adquirir mercadorias em qualquer local do globo, bastando apenas uma conexão *wifi* e uma determinada quantia de dinheiro para realizar o pedido. Visto por estas lentes, o mundo poderia ser representado por uma cidade em crescimento constante, com escolhas cada vez mais determinadas pelo consumo.

Desse modo, um dos problemas dessa mundialização dos bens de consumo pode ser esclarecido a partir de pensadores marxistas, e a maneira como suas discussões mobilizam aspectos teóricos ligados a produção de riquezas no mundo e, conseqüentemente, à produção de cidades. Ao contrário de uma ótica liberal, ou seja, que as pessoas manifestam no mercado consumidor seus interesses e seus desejos em bens materiais, quase como em um processo espontâneo, o pensamento marxista vê nessa perspectiva uma captura ideológica, uma vez que não são os indivíduos isolados que controlam o acesso aos bens de consumo. Isto é, os indivíduos teriam apenas uma sensação de estarem decidindo sobre seus desejos, quando na realidade estes desejos estariam sobredeterminados pelo próprio modo de produção capitalista.

Assim, a cidade enquanto um participante neste modo de produção capitalista reflete o modo de produção em que se insere, pois os anseios expressos na cidade, sejam individuais ou evidenciados em políticas públicas, são promovidos para atender uma parcela dominante, detentora dos meios de produção que levam em curso a urbanização das cidades. Partindo desta ótica, constata-se uma relação de

desigualdade na cidade, já que por princípio uma classe se sobrepõe a outra. São nesses termos que tentaremos fundamentar a discussão sobre segregação socioespacial.

Relacionado a esses pressupostos, a terminologia de segregação socioespacial advém da junção dos termos segregação, sociedade e espaço. Segundo o Dicionário de Sociologia de Allan G. Johnson (1997):

“Segregação é a separação, por razões sociais, de um grupo em relação a outro, em geral perpetuando condições de desigualdade e opressão social. Na maioria das vezes, refere-se a distribuições de natureza física, como a segregação de bairros ou escolas, que concentram indivíduos de diferentes raças, etnias, classes sociais ou religiões em territórios diferentes, ou em ambientes de trabalho segregados, onde homens e mulheres realizam tipos claramente diferentes de trabalhos.” (JOHNSON, 1997, p. 352).

Neste contexto, a segregação socioespacial se insere como aquela que restringe o acesso ao espaço para uma determinada classe social.

Em seu artigo “Introdução Ao Conceito de Segregação Socioespacial” (2003), os autores Alexandre Bergamin Vieira e Everaldo Santos Melazzo desenvolveram uma problematização do conceito como um “elemento central da produção do espaço urbano” (p. 161). O desenvolvimento se deu a partir de uma constatação dos autores sobre uma falha cometida por alguns pensadores da Escola de Chicago em classificar a segregação “como um processo decorrente das preferências individuais de cada um” (p. 162), ao passo que para eles, os pensadores de origem marxista melhor descreveram esta terminologia nos estudos dos anos 1960/1970, com autores como Henri Lefebvre, Manuel Castells, Jean Lojkin, entre outros. Segundo Vieira e Melazzo (2003):

“[...] a segregação socioespacial se apresentaria como um processo de acesso desigual entre as diferentes classes à cidade, com um diferenciado consumo e utilização dos meios ou bens de consumo coletivo, como também com relação à sua localização espacial – ricos de um lado e pobres de outro.” (VIEIRA; MELAZZO, 2003, p. 167)

Desta forma, quando tratamos do conceito de *segregação socioespacial* neste trabalho, nos referimos sempre ao pensamento defendido por Vieira e Melazzo. Tem-se ainda que a utilização do termo não se distancia de outras terminologias como segregação urbana, ambiental ou de classes, por exemplo. Como afirmam Vieira e Melazzo (2003, p. 172): “o que para alguns é assumido como segregação urbana e

para outros como segregação residencial ou de classes para nós será, aqui, utilizado como segregação socioespacial”. Em seu texto, os autores ainda concluem que:

"articular as dimensões social e espacial na construção do conceito de segregação é para nós de extrema importância na medida em que entendemos ser necessário tratar as resultantes espaciais dos processos sociais não apenas como reflexo, mas também como suas condicionantes." (VIEIRA; MELAZZO, 2003, p. 172)

Assim, esse trabalho busca articular sobre como essas condicionantes se transformaram em realidade pela segregação socioespacial, e, a partir deste olhar, tratar especificamente da cidade de Campo Grande – MS, o que será explorado mais afrente nesta dissertação.

Corroborando com os autores acima, Ermínia Maricato em seu artigo “Metrópole, Legislação e Desigualdade” (2003) posiciona:

“A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. O desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, ilegalidade, e alimenta um debate sobre a “funcionalidade” ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva. À tradição secular de desigualdade social, a reestruturação produtiva internacional (tomando a expressão de Harvey), do final do século XX, acrescentou características mais radicais.” (MARICATO, 2003, p. 152)

Isto é, a segregação socioespacial na cidade tem uma origem que está intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo, e conseqüentemente ao surgimento do urbanismo, da metrópole e da modernização do campo, estando ela relacionada a desigualdade social. Citado por Maricato, David Harvey em seu livro “Cidades Rebeldes” (2014) diz:

“A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas conseqüências sociais, ambientais ou políticas.” (HARVEY, 2014, p. 20)

Sendo assim, o que Harvey (2014) nos diz é que a cidade já não é a mesma de antes; ela foi morta pela expansão do capitalismo. O autor de Cidades Rebeldes desenvolve esse pensamento ao redor do ensaio de Henri Lefebvre, “O direito à

cidade” (2001), em que o autor relata a extinção da cidade tradicional. Nele, Lefebvre cita que “a destruição da cidade não pode ser feita sem deixar um vazio enorme”, (p.28) mas que para análise crítica o vazio importa menos que a “situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana” (p.28). Esta situação que findaria a cidade como era antes é destacada em três períodos no texto.

Primeiro, a indústria e o processo de industrialização matam a realidade urbana preexistente:

“Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder *negativo* da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial.” (LEFEBVRE, 2001, p. 28)

Segundo, extingue-se a noção de uma realidade urbana, e para Lefebvre, agora trata-se de uma realidade socioeconômica. Esta realidade socioeconômica redefine, em outros termos, a estratégia urbana de desenvolvimento. A partir dessa realidade socioeconômica de divisão de classes, indivíduos de semelhante poder aquisitivo acabam por interagir em um meio comum e ansiar mercadorias de padrão de consumo similares, traduzidos em bens materiais, locais frequentados ou habitados - como por exemplo na estrutura dos condomínios, tidos como pequenas *urbes locais* com suas próprias regras de convivência e valores de consumo. Da mesma forma, a criação de favelas se estabelece com seus próprios limites. Nesse contexto, para Lefebvre, “[...] desapareceu um dispositivo essencial para a organização planejada da produção e do consumo.” (LEFEBVRE, 2015, p. 28), já que o avanço do capitalismo, naquilo que implica o aumento do poder de compra e a crescente desigualdade socioeconômica, acabam por interferir no que é próprio das trocas simbólicas na cidade.

O terceiro período é onde o autor esclarece a *morte* da antiga cidade:

“Reencontra-se ou reinventa-se (não sem sofrer com sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros, são por ela substituídas pelo *centro de decisão*. É assim que nasce ou renasce a reflexão urbanística. Esta sucede a um urbanismo sem reflexão.” (LEFEBVRE, 2015, p. 28-29)

O que Lefebvre trata é que quanto mais o capitalismo e a noção de realidade socioeconômica cresceram, amparados pelo crescimento do consumo e, conseqüentemente, a segregação financeira da população, o urbanismo ou/e a realidade urbana se tornaram parte de uma reflexão vazia. Esta falha na leitura urbana

se dá pela segregação socioespacial, não porque a segregação nasce do capitalismo, seria errado assim dizer, mas porque desde a revolução industrial até os dias atuais existe uma intenção na construção dessa lacuna sobre a leitura da cidade.

Essa lacuna existe não por falta de quem analisa a cidade e elabora um pensamento sobre a realidade social urbana (p.29). Para ele, esta racionalidade “parte de uma análise metódica dos elementos tão fina quando possível” (p.29) e então “subordina esses elementos a uma finalidade” (p.29). O problema em torno desta questão é que os adeptos da racionalização buscam “tirar a finalidade do encadeamento das operações” (p.29). Segundo Lefebvre (2015):

“A finalidade, isto é, o conjunto e a orientação do conjunto, se decide. Dizer que ela provém das próprias operações é fechar-se num círculo vicioso: com a decupagem analítica dando a si mesma por sua própria finalidade, por seu próprio sentido. A finalidade é objeto de decisão. É uma *estratégia*, justificada (mais ou menos) por uma *ideologia*. O racionalismo que pretende tirar de suas próprias análises a sua finalidade perseguida por essas análises é, ele mesmo, uma *ideologia*.” (LEFEBVRE, 2015, p. 29 – 30)

Lefebvre finda por dizer que “de fato, não existe uma marcha única ou unitária da reflexão urbanística, mas diversas tendências referenciáveis em relação a esse racionalismo operacional.” (p.30) Assim, ele distingue tais tendências em:

a) “O urbanismo dos *homens de boa vontade*” (LEFEBVRE, 2015, p.30), onde:

“Quer-se construir imóveis e cidades “em escala mundial”, “na sua medida”, sem pensar que no mundo moderno “o homem” mudou de escala e que a medida de outrora (aldeia, cidade) transforma-se em desmedida. Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num *formalismo* [...] ou num *estetismo*.” (LEFEBVRE, 2015, p.31)

b) “O urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal)” (LEFEBVRE, 2015, p.30).

“[...] Este urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade.” (LEFEBVRE, 2015, p.31)

c) “O urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, 2015, p.30).

“Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim *urbanismo*. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. O imaginário do habitat se inscreve na lógica do habitat e sua unidade dá uma prática social que não tem necessidade de um sistema. Donde esses textos publicitários já famosos e que merecem passar para a posteridade, porque a publicidade torna-se aqui uma ideologia. Parly II ‘faz nascer uma nova arte de viver’,

um 'novo estilo de vida'. A cotidianidade parece um conto de fadas. 'Deixar seu casaco no vestiário da entrada e, mais leve, das suas caminhadas após ter deixado as crianças no jardim da infância da galeria, encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar'... E eis a imagem realizada da alegria de viver." (LEFEBVRE, 2015, p.32)

Com estas distinções de Lefebvre, é interessante refletir sobre a convergência destas três tendências na contemporaneidade. Primeiramente, pois os ditos "homens de boa vontade" se mostram diariamente inspirados pelo mercado imobiliário que estão inseridos, argumento este que facilmente encontra exemplos na realidade, à medida que ao ligar a televisão encontramos programas populares como os de Irmãos a Obra¹, entre outros. Curiosamente, esses programas propiciam reformas e melhorias em casas, sempre reforçando a valorização imobiliária alcançada no imóvel após as mudanças.

Segundo, porque as leis criadas pelos administradores públicos também mostram interesse em caminhar de mãos dadas com o mercado imobiliário, determinando valores de uso do solo e gerando facilidades para a compra de terrenos em troca de compensação, como no caso das compras de outorga onerosa². Sendo assim, entendendo ainda que essas tendências corroboram direta e indiretamente com o mercado imobiliário, notamos como a mudança do paradigma urbano - no que

¹ Irmãos à Obra, *Property Brothers* no original, é um programa televisivo onde os irmãos gêmeos Jonathan e Drew Scott compram e reformam casas que necessitam de melhorias e proporcionam, a partir disso, maior valorização do imóvel. O programa se inicia com algum telespectador que procurou a equipe com o propósito de ter a "casa dos sonhos". Então, os irmãos analisam quais os bens que o comprador da vez gostaria de ter em sua nova residência e mostram casas (normalmente com valor acima do que a pessoa possui em banco) onde todos estes sonhos poderiam ser alcançados. Então, dada a falta de dinheiro do participante escolhido, os irmãos espertamente concluem que é mais viável comprar uma casa antiga e mal cuidada e transformá-la na tão sonhada casa para que o escolhido da vez possa assim tê-la. Assim, durante o episódio segue-se a narrativa na qual a reforma realizada é sinônimo de um caso bem sucedido de transformação do ambiente, em que se privilegia padrões de decoração como o de cozinha em conceito aberto e uma sala de estar bastante decorada para receber pessoas. Além disso, ao final do programa os irmãos Scott destacam a valorização do imóvel alcançada com a reforma, tranquilizando os compradores de que aquele foi um negócio certo.

Os irmãos Scott tiveram tanto sucesso que em 10 anos, desde o início do programa Irmãos à Obra, os mesmos acabaram produzindo diversos outros reality shows na televisão, como *Buying and Selling*, *Brother vs. Brother*, *Brothers Take New Orleans* e *Celebrity IOU*. Mais ainda, os irmãos milionários também possuem uma produtora, uma série de livros infantis e uma linha de móveis e decoração.

Em relação a essa discussão, acesse a reportagem:

SANGUINO, João. Os irmãos Scott: como se aproveitar da desgraça alheia para se tornar milionário na TV. **El País**, 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/20/cultura/1561047183_663861.html>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

Para conhecer o site dos irmãos, acesse: THE SCOTT BROTHERS. **The Scott Brothers**, 2021. Página inicial. Disponível em: < <https://thescottbrothers.com/>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

² Para entender melhor a outorga onerosa checar a lei do Estatuto da Cidade, Art. 28o da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Brasil, 2001).

ele agora consiste em refletir estritamente padrões econômicos - estabelece em si mesmo a vivência nas cidades. Com isso, o argumento de Lefebvre ganha ainda mais peso, ao que este posiciona que “a convergência desses projetos comporta, portanto, os maiores perigos. [...] Se uma estratégia unitária se constituísse e fosse bem sucedida, isso seria talvez irreparável” (LEFEBVRE, 2015, p.32).

Além disso, observa-se dentre as três tendências apontadas que todas carecem de uma preocupação social – ou melhor, todas se preocupam com uma *parcela social* (convenientemente, aquela que tem um maior poder de consumo), mas não indicam preocupação com as necessidades básicas da população em geral, e por isso são falhas.

Em outros termos, Flavio Villaça, em seu texto “São Paulo: segregação urbana e desigualdade” (2011), propõe uma nova maneira de abordar a segregação urbana a partir da análise da espacialização do tempo de deslocamento e localização dos empregos, buscando assim refletir sobre a desigualdade social e econômica como um fator para compreender os aspectos do espaço urbano brasileiro. Para ele, “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade.” (VILLAÇA, 2011, p. 37)

Para Villaça (2011), o espaço urbano possui um papel na dominação social e está integrado à desigualdade socioeconômica:

“A obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades. Essa segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos. Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. [...] No espaço urbano, como em outras esferas sociais, a dominação social se faz mediante desigual distribuição, entre as classes sociais, dos frutos do trabalho.” (VILLAÇA, 2011, p. 56 – 57)

Desta fala, podemos concluir que a dominação social atribui vantagens e privilégios aos mais ricos, seja pela distribuição espacial da cidade, seja pelos frutos do trabalho humano. Visto estas vantagens, Villaça (2011) destaca que a classe dominante comanda o espaço urbano:

“Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação

urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transporte etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele. Tudo isso na verdade é o que especifica o espaço urbano." (VILLAÇA, 2011, p. 53)

A partir disto, relacionando o texto de Villaça com as tendências do realismo operacional destacadas por Lefebvre, nota-se que estas tendências são comandadas pela classe dominante. Logo, temos que a classe dominante comanda o regimento da reflexão urbanística, uma vez que ela mesma o comanda.

De fato, este comando sobre a cidade ocupa um papel importante na segregação socioespacial. A expectativa sobre como a cidade deveria dispor de espaços públicos para toda a população não se consolida, e ao analisar as cidades brasileiras nota-se uma recorrência sobre a espacialização dos espaços públicos; a localização dos espaços de investimento público são predominantes no território de maior índice de desenvolvimento humano (IDH), coincidentemente, os bairros mais abastados. A segregação socioespacial se torna palpável pelas análises anteriormente apresentadas.

“Existem acontecimentos que a ciência e a filosofia não explicam. Mais difícil ainda seria imaginar o que o pequeno arraial, perdido nos confins de uma província, na época ignorado pelos governos, pudesse alcançar um desenvolvimento tão rápido, harmonioso e de tamanha importância como hoje é a Campo Grande centenária.”

(COSTA, 1999, p.72)

1.2. Campo Grande e a sociedade campo-grandense

Neste subcapítulo, realizaremos uma retomada da história de Campo Grande do ponto de vista tanto de sua formação social, quanto de sua construção urbana, para assim, no item 1.3, melhor relacionar a cidade com a segregação socioespacial. Para que essa relação fique mais evidente, convidamos o leitor a acompanhar a evolução da cidade nos mapas disponíveis em anexo, conforme o progresso das décadas do século XX.

Começamos esta retomada com Celso Costa, em seu texto “Evolução Urbana” (1999), que relata José Antônio Pereira como fundador de Campo Grande, que trouxe, em 1875, seus familiares para se estabelecerem no local. Três anos depois, época de criação da primeira igreja da região, a população já havia crescido em duzentos por cento (p. 72). De maneira única, a permanência de José Antônio Pereira desdobra a dar frutos naquela terra morena, como dito por Costa (1999):

[...] com apenas catorze anos de vida, Campo Grande já se impunha como um pequeno empório comercial. Comerciantes e boiadeiros vindos da região de Uberaba e alguns de São Paulo faziam do lugar um entreposto para os negócios, forçando fazendeiros das regiões vizinhas deslocarem-se para a nascente “paróquia”, a fim de realizar negócios de gado e compra de mercadorias.” (COSTA, 1999, p. 72)

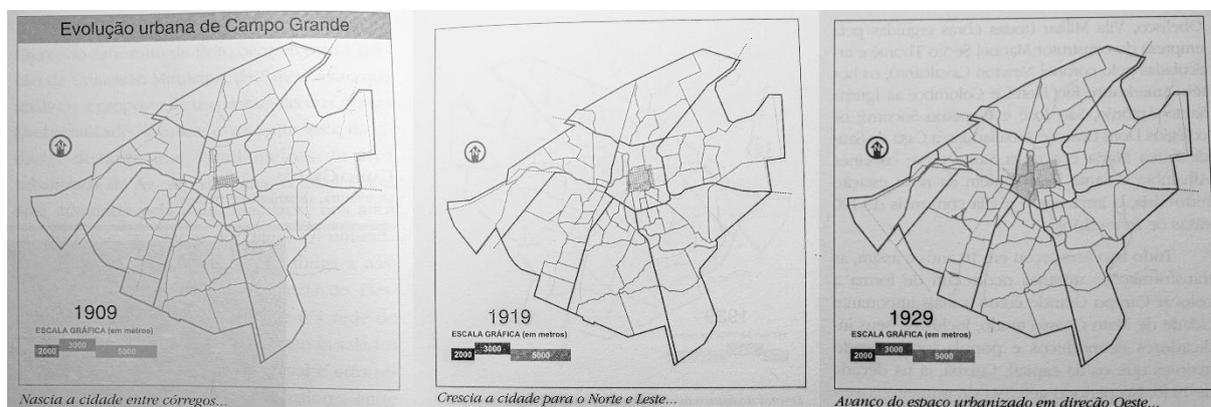
O autor aqui evidencia a primeira ligação comercial, e que permanece forte até hoje, estabelecida no que viria a ser a cidade de Campo Grande. O rural foi a primeira chama comercial da região. Não é sem motivo que “Campo Grande é a capital de um estado que possui 95,2% das exportações apenas em produtos agrícolas” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 58). Dando segmento, muitos dos que presenciaram este primeiro fluxo comercial da cidade vieram a se estabelecer no local, criando as primeiras lojas nos arredores. (p. 72)

Tratando deste fluxo citadino, para Gutemberg Weingartner, em sua tese “A construção de um sistema: Os espaços livres públicos de recreação e conservação em Campo grande, MS” (2008), a cidade de Campo Grande não possuía uma organização planejada até a primeira década do século XX, sendo que a área de ocupação era de cerca de 10 hectares, e as edificações estavam próximas a cento e noventa e duas. Para ele, a ocupação urbana:

“Seguia como referência o limite norte do vale do Córrego Prosa. As casas situavam-se na parte mais alta do terreno, e a encosta do vale era utilizada para o cultivo de subsistência. A proximidade da água (Córrego Prosa) auxiliava nas atividades cotidianas.” (WEINGARTNER, 2008, p. 35)

À luz desse primeiro desenvolvimento, na primeira década do século XX (ver Figura 1), o local começou a ser observado para receber um traçado na ferrovia da Estrada de Ferro, fato que se concretizou. Para Weingartner, “a construção da ferrovia visava melhorar o escoamento das produções e das riquezas do Estado, assim como ampliar o controle territorial sobre as terras devolutas e com potencial econômico” (WEINGARTNER, 2008, p.35).

Figura 1 – Evolução urbana de Campo Grande – 1909 à 1929.



Fonte: ARRUDA, 2006.

É importante destacar, referindo-se ao desenvolvimento do traçado urbano da cidade campo-grandense que, segundo Weingartner, entre os anos 1900 e 1901 foi executado, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, o *Seminário de Engenharia e Indústria*, em que foram estabelecidas diretrizes e parâmetros para as intervenções nas cidades brasileiras da época. Dado o fato de Campo Grande, neste mesmo período, estar se tornando uma cidade ferroviária, a mesma passou por tais intervenções, referentes a preocupações sanitárias, mudanças tipológicas nas construções, como recuo entre as

edificações e uma alteração no desenho urbano, promovendo um alargamento viário e mais espaços livres (p. 36).

Assim, em 1905 foi instituído o Código de Posturas da Vila de Campo Grande. Logo em seguida, em 1909, o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças (ver Figura 2) da cidade também surgiu, a pedido da Intendência Municipal (p. 36 – 37).

Para Ângelo Marcos Vieira de Arruda, em seu livro “Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória” (2006), o Código de Posturas de Campo Grande, tratava:

“[...] dentre outros assuntos, de saneamento e de limpeza urbana, da localização das edificações e dos tamanhos dos lotes. A preocupação sanitária era a tônica da lei. A cidade, com pouco mais de 1.200 habitantes, segundo Themistocles Paes de Souza Brasil, em seu relatório de 1906, devia seguir o ritmo de outras capitais, principalmente Belo Horizonte, que acabava de ter um Plano Urbanístico, elaborado no final do século XIX.” (ARRUDA, 2006, p. 153)

Figura 2 – Plano de alinhamento de ruas e praças de 1909.



Fonte: WEINGARTNER, 2008.

Nesta mesma década, segundo Costa (1999), uma leva de novos habitantes chegaram à região:

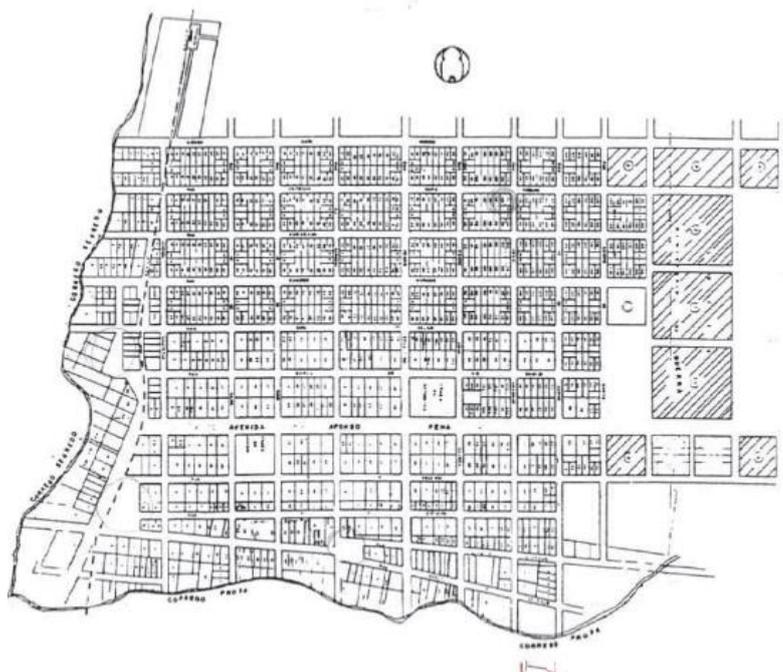
“Não só comerciantes e fazendeiros chegam para fixar-se na próspera vila. Começam a vir de São Paulo e Minas intelectuais, artistas diversos e alguns estrangeiros, principalmente árabes, japoneses, espanhóis e portugueses do ramo da construção, da indústria de tijolos e ladrilhos, marcenarias, sendo que alguns montavam padarias e confeitarias. Chegavam também italianos, vindos em sua maioria de São Paulo. O fluxo migratório de estrangeiros acentuou-se ainda mais após a inauguração da Estrada de Ferro. A maioria era proveniente de Corumbá, cujo comércio começava a declinar com a perda dos aliados comerciais que serviam da *Cidade Branca* e passaram a abastecer-se em Campo Grande.” (COSTA, 1999, p. 74)

Essa formação peculiar do aldeamento de Campo Grande viria a ser uma característica forte da cidade. A miscelânea se mostra evidente até hoje, como por exemplo, na predominância de comércios árabes na Rua 7 de Setembro e o patrimônio histórico e cultural do Sobá³, ainda mais evidenciado pelo monumento existente na Rua 14 de Julho, na entrada da Feira Central, ponto mais tradicional da cidade para comer o prato.

Seguindo a cronologia, nos anos de 1920 (ver Figura 1), Weingartner (2008) destaca em sua tese o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano da cidade (ver Figura 3):

“Na década de 1920, prossegue-se o desenvolvimento econômico e o crescimento do território urbano da cidade: a área parcelada amplia-se em uma vez e meia o território ocupado pelo plano de 1910; a malha viária alcança os córregos Prosa e Segredo, que passam a ser, respectivamente, os limites sul e oeste da área parcelada. A extensão do plano de alinhamento de ruas e praças não determinava a ampliação proporcional das áreas destinadas como praças.” (WEINGARTNER, 2008, p. 40)

Figura 3 - Planta de Campo Grande – MS em 1920



Fonte: WEINGARTNER, 2008.

³ Para mais curiosidades sobre o Sobá, checar: KATAYAMA, Juliene. Sobá é patrimônio no Pantanal, tema de festival e cai no gosto do turista. **G1 MS**. Campo Grande, 06 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1P96K6Q>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

Para Arruda (2006), não apenas a chegada da ferrovia trouxe novos migrantes, mas também a construção dos quartéis militares em 1921 (p. 139). Neste cenário de constante crescimento, são instaladas na cidade a agência do Banco do Brasil, o cine-teatro Santa Helena e o Rádio Clube (local permeado pela elite cidadina, onde o público se reunia para ouvir o rádio) (p. 45). Assim, começa a surgir na cidade uma cena cultural:

“O estabelecimento desses equipamentos, mesclando espaços públicos e privados (mas de acesso público), entre eles, a praça, a rua, bares, clubes e os cinemas, inicia a constituição preliminar de um sistema de equipamentos de lazer ordenado ao longo do eixo da Rua 14 de Julho, compondo, em meio a área comercial, um ambiente atrativo para o ócio, que contribui para a melhor apropriação das partes que compõem o sistema, entretanto delimita, principalmente, o espaço da Rua 14 de Julho (e seu entorno imediato) como o lugar urbano para a prática do lazer.” (WEINGARTNER, 2008, p. 46)

Neste período, então, os habitantes começam a ter mais espaços para o lazer público. Em sequência, nos anos de 1930 (ver Figura 1), a cidade de Campo Grande passou por uma mudança nos hábitos e comportamentos sociais graças a essa formação cultural, majoritariamente na Rua 14 de Julho, acrescida pelas possibilidades de viagens de trem e transporte aéreo, gerando uma maior conexão da cidade com outras cidades do país (p. 47). Sob esta luz:

“O aumento do fluxo de viajantes na cidade e de novos moradores (entre eles os militares), que nela fixam residência, trazem para o local novos costumes e com eles, a apropriação dos espaços públicos toma nova dimensão, passando a serem frequentados com maior intensidade. Por outro lado, a instalação da companhia telefônica e da agência dos Correios e Telégrafos, favoreceu a interação, mais imediata, da população sobre as notícias e os fatos transcorridos nos grandes centros urbanos brasileiros. Tal aspecto corroborou ainda mais para que essa renovação de costumes, tornando-a mais evidente e induzindo, em dada medida, a reprodução pela população local das formas de lazer e de interação com espaços livres desenvolvidos em outros centros urbanos, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.” (WEINGARTNER, 2008, p.47 - 48)

Assim, constatamos que a cidade de Campo Grande se globalizou, sobretudo se pensamos esta globalização acarretada pela chegada da ferrovia, do transporte aéreo e o acesso à comunicação. Além disso, a cidade passou a ter outros influxos com a chegada de estrangeiros, o que trouxe ainda mais influências externas para o local. Neste processo, é importante destacar a fala de Celso Costa (1999):

“Interessante observar que o contingente de estrangeiros cresceu assustadoramente, em pé de igualdade com a população de brasileiros natos, dando a Campo Grande a particularidade de se tornar uma das cidades mais afamadas no que concerne à miscelânea de raças. Em 1930 eram significativas as colônias árabe, japonesa, italiana, portuguesa, espanhola, alemã, francesa, grega, armênia e até russa. Os costumes dessas raças, aliados aos dos brasileiros de tantos rincões e dos paraguaios aqui residentes, deram a Campo Grande um estilo

diferente, refletindo tais costumes em uma cultura diferenciada, arquitetura variada, resumindo-se numa imagem que agrada a todos que aqui chegaram e se surpreendem com esta original Babel que deu certo.” (COSTA, 1999, p. 75)

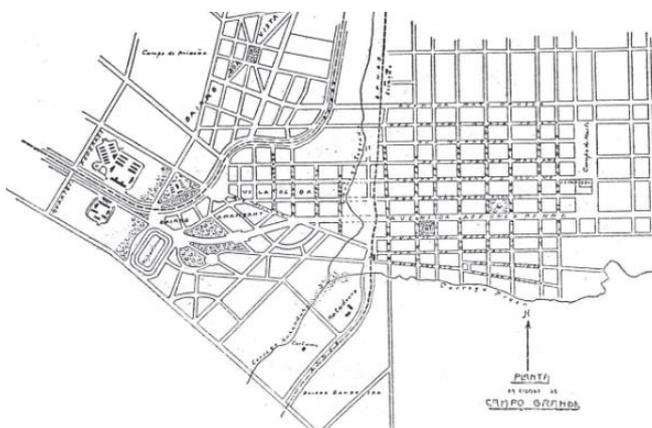
Aqui então, pode se estabelecer uma relação com o estilo campo-grandense, que se destaca por uma cultura envolvida por várias etnias e costumes. Porém, em 1930, Campo Grande ainda era uma cidade pequena (ver Figura 4). Nesse sentido, para analisar o comportamento do habitante campo-grandense, trazemos Georg Simmel, em seu ensaio “A Metrópole e a Vida Mental” (1987).

Neste ensaio, Simmel refere-se ao homem, na vida das pequenas cidades, como “descansando mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais” (SIMMEL, 1987, p.12). O raciocínio de Simmel se propõe a mostrar como esse lado mais emocional do homem muda quando o mesmo deixa a pequena cidade para viver na metrópole. Para ele, “a metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai” (SIMMEL, 1987, p.12). Desta forma, associado ao fato de Campo Grande ainda ser uma cidade pequena, a mesma ainda traz relacionamentos emocionais entre a cidade e seus habitantes.

Prosseguindo com a discussão da formação urbana da cidade, Weingartner posiciona que, na década de 1930:

“O parcelamento do solo amplia-se. O sentido de expansão urbana segue o eixo dos trilhos da ferrovia, numa porção do território a oeste do centro da cidade situado próximo aos quartéis ao campo de aviação, onde são implantadas nessa época os bairros: Vila Soares, Vila São Manoel, Vila Planalto. A cidade também expande-se rumo a direção norte-nordeste e sul. [...] A maioria dos loteamentos que surgem nesse período tem algum limite confrontante com os trilhos da ferrovia.” (WEINGARTNER, 2008, p. 48)

Figura 4 - Planta de Campo Grande no início da década de 1930



Fonte: WEINGARTNER, 2008.

Ainda na década de trinta, além das mudanças que agregaram a globalização local, houve uma intensificação na prática do lazer público na cidade:

“Novas modalidades são incorporadas pela sociedade, entre elas, os jogos, a natação, os piqueniques, a pescaria na zona rural, a reunião e as festividades entre grupos sociais. Nessa fase, expandem-se os equipamentos de lazer públicos e privados. Criam-se bares, constrói-se na região central o Cine Alhambra e, novos clubes recreativos, entre eles, a sede do Cassino dos Oficiais do Exército, o Centro Beneficente Português, e o Centro de Cultura Espanhola. Além desses estabelecimentos, alguns hotéis utilizavam seus salões para bailes e festas. Tais aspectos contribuíram para consolidar a região central e, em particular a Rua 14 de Julho e o Jardim Público, como os principais lugares urbanos para a prática do lazer nesse período. E isso se verificou, pois nesses locais, se praticavam atividades complementares entre si.” (WEINGARTNER, 2008, p. 50)

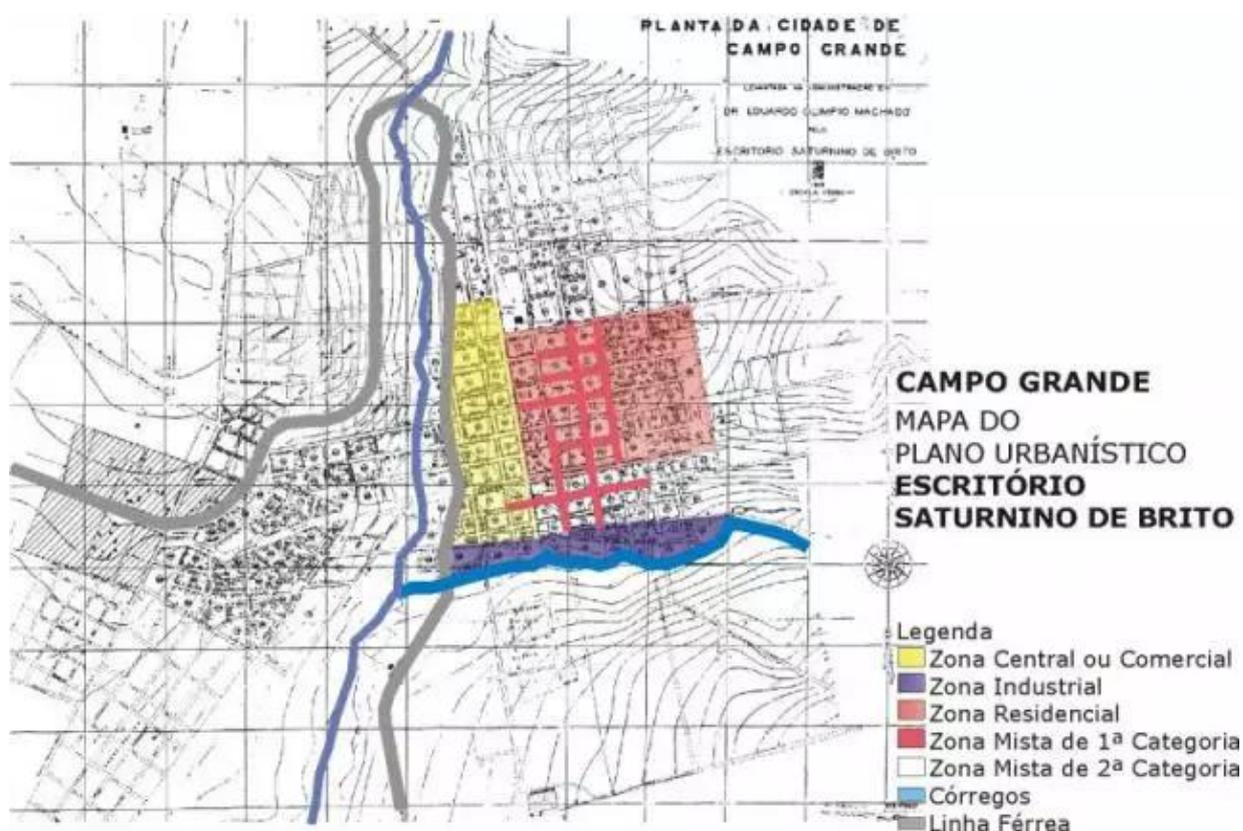
Neste mesmo período são construídos marcos urbanos na cidade: o Relógio da Rua 14 de Julho e o Obelisco na Avenida Afonso Pena (p. 50). É importante salientar, referindo-se ao desenvolvimento urbano da cidade de Campo Grande, no período da década de 30, que no ano de 1938 houve a contratação do escritório de Saturnino de Brito por parte da Prefeitura de Campo Grande, para que o mesmo realizasse um plano de saneamento e drenagem, além da expansão do abastecimento de água da cidade. O escritório também criou a planta da cidade (ver Figura 5) e formulou o primeiro código de obras para Campo Grande. (p. 53)

Figura 5 - Planta da cidade de Campo Grande criada por Saturnino de Brito em 1939.



O código de obras de Saturnino de Brito estabelecia o zoneamento do território urbano, dividindo o uso do solo nas zonas: comercial, industrial, residencial, mista 1ª categoria e mista 2ª categoria (ver Figura 6). Além disso, segundo Ângelo Arruda (2002), foram criadas “as regras para loteamento e desmembramento; as normas técnicas para construções, que trata das taxas de ocupação, recuo, tipos de construções, número de pavimentos, altura e gabarito dos prédios e de seus detalhes, das licenças para edificar, dos projetos e da aprovação e dos profissionais aptos a trabalhar”⁴.

Figura 6 – Mapa do Plano Urbanístico Escritório Saturnino de Brito de 1939.



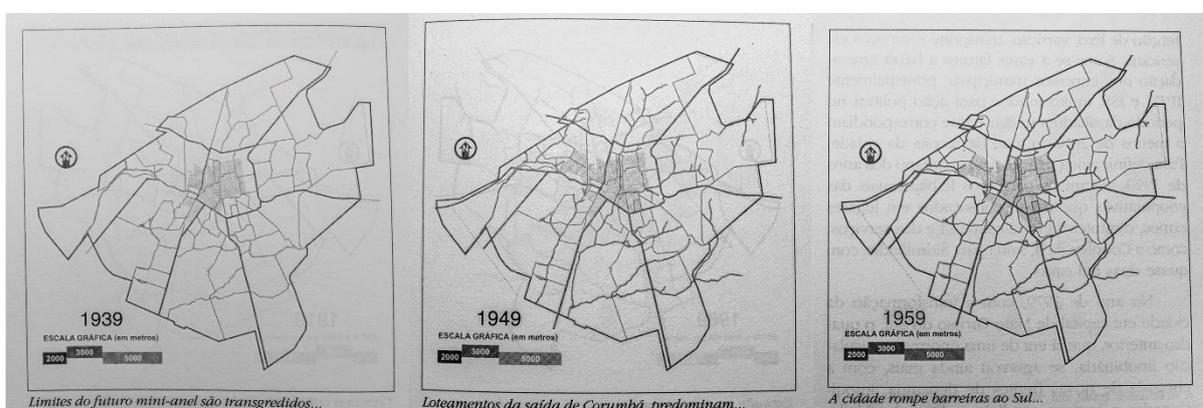
Fonte: Ângelo Marcos Arruda, 2002.

Já os anos quarenta (ver Figura 7) foram marcados pela construção dos primeiros edifícios da cidade, todos com mais de quatro pavimentos, como o Edifício Olinda, Edifício Nacao e Edifício Korndörfer. Essa verticalização ocorreu seguindo os índices estabelecidos para a zona central, segundo o plano urbanístico de Saturnino

⁴ ARRUDA, Ângelo Marcos. O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 02, n. 019.01, **Vitruvius**, fev. 2002. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.019/2068>>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

de Brito, e eram ocupados predominantemente por atividades comerciais ou mistas, às vezes tendo toda sua área construída, e, em outros momentos, com alguns espaços livres privados (WEINGARTNER, 2008, p. 56). É importante citar, segundo Arruda (2006), que em 1948 foi criada a Comissão do Plano da Cidade de Campo Grande, onde consta dentre as atribuições “elaborar o Plano Diretor para o desenvolvimento e melhoramento da cidade’ e ‘fixar as condições de loteamentos de terrenos para a formação de vilas” (p. 158). Nesse momento, então, “nascia o embrião do Planurb e do CMDU de hoje” (p. 158).

Figura 7 – Evolução urbana de Campo Grande – 1939 a 1959.



Fonte: ARRUDA, 2006.

Salientamos aqui a fala de Ângelo Arruda (2006), em que o mesmo ressalta o crescimento demográfico que Campo Grande passaria a partir da década de quarenta:

“A partir da década de 1940, a população urbana de Campo Grande dobrou de tamanho a cada 10 anos. Em 1950 eram 31.708 habitantes; em 1960, passou para 64.934; em 1970 para 131.110 habitantes; em 1980, já havia 283.653 habitantes em Campo Grande. Em 1991, o Censo Demográfico do IBGE acusou 526 mil pessoas, um crescimento menor que nas últimas cinco décadas.” (ARRUDA, 2006, p. 159 – 160).

Percebe-se, então, que em teoria, graças a criação do Plano da Cidade de Campo Grande na mesma década do início deste aumento populacional, a cidade de Campo Grande deveria estar preparada para esse crescimento urbano, porém a economia local não parecia colaborar com a evolução, pois segundo Arruda, “essa velocidade de crescimento não correspondia com a base econômica do Estado, ainda centrada na agropecuária e, mais recentemente, na agroindústria” (ARRUDA, 2006, p. 160).

Surge, nos anos cinquenta (ver Figura 7), a Faculdade Católica, trazendo a possibilidade da formação superior à cidade de Campo Grande. Outro marco desta década na cidade foi o registro de obras de arquitetura moderna:

“A década de 1950 marca a inserção da Arquitetura Moderna no contexto urbano local. Arquitetos e engenheiros, formados em São Paulo e no Rio de Janeiro, passaram a atuar mais intensamente na construção de edificações, em escritórios de projetos e em órgãos públicos; alguns deles fixam residência na cidade; outros, que não residiam na cidade, como os arquitetos Oscar Niemeyer e Jorge Wilhelm têm seus projetos implantados em Campo Grande.” (WEINGARTNER, 2008, p. 58 – 59)

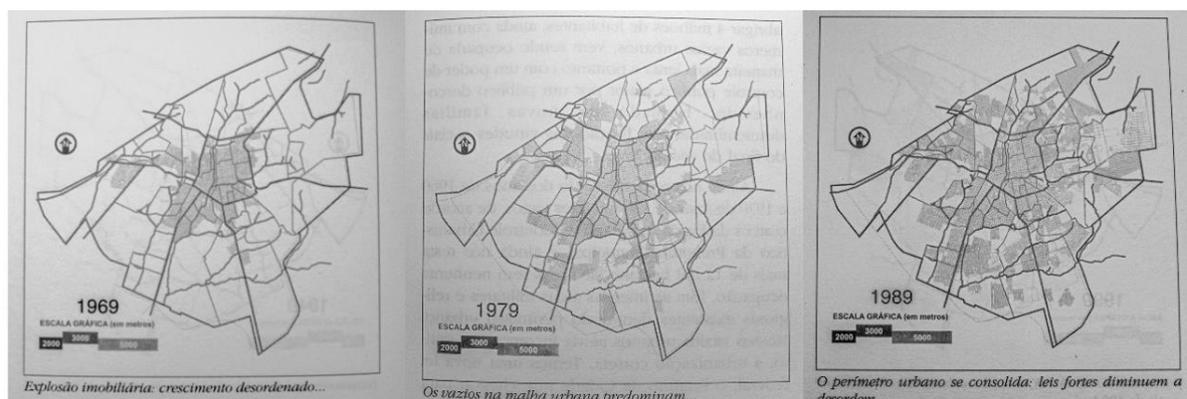
Ao que se segue, Celso Costa, em seu texto “Evolução Urbana”, destaca o processo de crescimento da cidade de Campo Grande até o ano de 1999 (ano de publicação do texto). Neste processo, a cidade morena teve seus momentos de glória (início dos anos 30), mas também passou pela ditadura militar, o que acabou extinguindo grande parte dos movimentos culturais da cidade:

“Nos anos 60, Campo Grande firma-se como “capital econômica” do Estado e usa essa condição para reforçar o movimento pela divisão, sonho mais uma vez frustrado surpreendentemente pelo presidente da República Jânio Quadros, um filho de Campo Grande. A Rua 14 de Julho vai aos poucos perdendo o seu brilho e, mesmo mantendo o centro comercial, já não é mais a mesma dos *footings* e até o Cinelândia Bar parece acompanhar a decadência dos grandes cinemas. Os eventos em volta do relógio vão se resumindo aos desfiles militares e a um desanimado carnaval. Vive-se o clima dos governos militares e a população parece sentir o peso da desconfiança e do medo, próprios dos momentos de exceção.” (COSTA, 1999, p. 79)

Tratando da evolução urbana da cidade, segundo Arruda (2006), no final da década de 1960 (ver Figura 8) houve a contratação da empresa Hidroservice Engenharia e Consultoria pela Prefeitura Municipal, para que fosse elaborada à cidade um Plano Diretor, nomeado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Este documento foi importante pois estabeleceu diretrizes para obras como a do minianel rodoviário e o Núcleo Industrial (p. 160). Para Arruda (2006):

“Do ponto de vista da política urbana, o PDDI, apesar de burocrata e de ter sido elaborado sem a participação popular, pode ser considerado progressista, pois propunha uma lei de uso do solo urbano, baseada nos princípios da normatização por zonas de uso; uma nova legislação de parcelamento do solo urbano que passou a exigir infra-estrutura básica nos empreendimentos de loteamento etc.” (ARRUDA, 2006, p. 160 – 161)

Figura 8 – Evolução urbana de Campo Grande – 1969 a 1989.



Fonte: ARRUDA, 2006.

Na década de 1970 (ver Figura 8), o arquiteto Jaime Lerner veio a Campo Grande elaborar um Plano de Diretrizes de Estruturação Urbana, que “contemplava a prioridade no uso do solo combinado com um sistema viário de transporte urbano através de corredores, que resultou na Lei n. 1.747 de 29 de maio de 1978” (ARRUDA, 2006, p. 161). Apesar da grande capacidade do arquiteto, tendo o mesmo sido prefeito da cidade de Curitiba e ex-diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Arruda (2006) aponta:

“Lerner elaborou uma proposta com a participação de alguns arquitetos locais que à época trabalhavam no setor público, mas, o município não possuía, ainda, um órgão de planejamento urbano que pudesse acompanhar e monitorar a execução das propostas, o que acarretou modificações setoriais na citada lei, todas com a finalidade de alterar o zoneamento, considerado rígido e implantado através de obras públicas. Assim, a Lei n. 1.747 de 29/5/78 foi sendo alterada e todas as 15 modificações sofridas visavam, em última instância, modificar o zoneamento e os coeficientes urbanísticos, sem critérios urbanísticos.” (ARRUDA, 2006, p. 161)

Apesar de todo o desenvolvimento urbano da cidade nos anos 70 que relatamos anteriormente, as características culturais da cidade nunca mais voltariam a ser as mesmas após o duro período de censura, e a população passava também por uma nova onda de migração:

“Provando ser maior que os problemas enfrentados, a capital continuou célere em seu desenvolvimento. Bairros foram sendo urbanizados, surgem novos hospitais, colégios, dezenas de novos bancos, abrem-se avenidas e uma realidade diferente é reconhecida pelos antigos moradores, que se sentem perdidos numa multidão estranha, bem maior que as costumeiras levas de migrantes que costumavam receber.” (COSTA, 1999, p. 80 – 81)

Considerando, então, esta adaptação da cidade, que no fim da década de setenta viria a se tornar capital, e se iniciando o período final da ditadura, os anos 80 (ver Figura 8) chegam trazendo, como dito por Daniel Attianesi e Guilherme

Passamani, “um avanço dos diversos processo que já vimos anteriormente, de maneira potencializada” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 63).

Ressaltamos aqui que, anterior a divisão do Estado do Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande tinha por habitantes um arraçoado de 60% de campo-grandenses. Após a divisão, a agora capital passou a contar com apenas 40% de sua população residente consistida de campo-grandenses, sendo que 57% dos habitantes eram migrantes e 3% estrangeiros (WEINGARTNER, 2008, p. 80). Este fluxo migratório foi motivado:

“pelo alto investimento do governo federal no reordenamento da cidade e a condição econômica dos municípios do Mato Grosso do Sul que concentravam cerca de 83% da arrecadação do ICM no âmbito do Estado de Mato Grosso antes da divisão.” (WEINGARTNER, 2008, p. 80)

É importante destacar que esses migrantes, novos habitantes do território campo-grandense, não traziam para a cidade os mesmos costumes que permeavam o ambiente social local:

“Os novos fluxos de pessoas trazem consigo um significativo aumento no número de estranhos aos moradores “tradicionais”. As regras de sociabilidade – que eram construídas entre indivíduos que de alguma maneira, mantinham alguma relação – começam a mudar.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 64)

Para Weingartner, não apenas as regras de sociabilidade foram alteradas:

“O crescimento populacional ampliou a quantidade de indivíduos provenientes de outras cidades do estado e do país, intervindo no comportamento social, na relação com os espaços livres públicos, nas políticas urbanas, na evolução e nas formas de apropriação das bases natural e construída que caracterizavam a cidade, ora contribuindo para melhoria de vida, ora dilapidando os recursos naturais e os elementos históricos marcantes da formação de Campo Grande. As ações de dilapidação do espaço urbano estiveram associadas à busca de um crescimento por meio de ações imediatistas e sem avaliar adequadamente o efeito dessas ações sobre a cidade e a sociedade, priorizando-se a melhoria da condição de vida individual sobre todo um contexto e a memória urbanas. (WEINGARTNER, 2008, p. 80 – 81)

Constata-se, então, que em vinte anos a cidade de Campo Grande passou por uma série de transformações. A perda da cultura local, evidenciados, entre outras coisas, pelos prejuízos da ditadura militar (além de uma mudança psicológica dada a repressão do período); um desenvolvimento urbano significativo; uma mudança em seu status de cidade de interior para agora capital de um novo Estado; e um grande fluxo migratório. Com isso, retornando ao pensamento de Georg Simmel sobre a vida mental do homem na cidade, o que se nota é uma adaptação da população tradicional,

habitantes de uma antiga cidade rural, que davam um sentido mais emocional às relações, e que agora passariam ao status de seres metropolitanos:

“[...] o tipo metropolitano de homem – que, naturalmente, existe em mil variantes individuais – desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam. Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração.” (SIMMEL, 1987, p. 12 - 13)

Nesse ínterim, o ser metropolitano é caracterizado pela racionalização das relações. Para Attianesi e Passamani (2018), tratando-se dos novos fluxos de pessoas que vieram habitar a capital do Mato Grosso do Sul:

“Corroborando com Sennet, temos a ideia de que essa nova forma de sociabilidade com uma alta impessoalidade, promovendo uma subjetividade altamente pessoal junto com um aumento das relações calculistas do devir da produção capitalista seriam as essências da atitude blasé demonstrada por Simmel.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, 64)

Para Simmel, a *atitude blasé* é um fenômeno psíquico incondicionalmente reservado a metrópole (p. 15). A essência deste fenômeno para ele “consiste no embotamento do poder de discriminar” (SIMMEL, 1987, p. 15).

Desse modo, antes de começar a demarcar a atitude blasé neste trabalho, é importante salientar que a cidade de Campo Grande está sendo referida como uma metrópole, de maneira que atribuímos a ela destaque dentre as demais cidades do estado em termos de população, status de capital e influências econômicas na região. Portanto, isso não se adequa aos termos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que metrópole é uma cidade com média de três milhões de habitantes. Para o IBGE (2018), Campo Grande é uma Capital Regional tipo A: um “centro urbano com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (IBGE, 2018, s/p).

Desta forma, neste trabalho utilizamos o termo “metrópole” referindo-se aos estudos de Simmel, no sentido de compreender as relações psicológicas perante as mutações das cidades, ignorando por este motivo a terminologia adota pelo IBGE e a influência econômica mundial que se espera que uma metrópole exerça.

Logo, demarcar a *atitude blasé* como parte do pensamento metropolitano da cidade de Campo Grande é de grande valia, à medida que a partir dele podemos entender como o *acultramento* da cidade trouxe a ela uma perda de valores

simbólicos locais, e quais as consequências desta ausência em um período de mudanças na cidade. Attianesi e Passamani (2018), referenciando Simmel, definem:

“A atitude blasé consiste na consequência de que os indivíduos vivendo em sociedade acabam por adquirir onde o significado e os valores são destituídos de uma certa ingenuidade, sendo hiperacionalizado onde os objetos perdem seu valor simbólico, e apenas se resta o valor econômico determinado pelo dinheiro que se vale, sendo ele o maior nivelador das relações.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 64)

Visto que este valor econômico é tido como o novo símbolo nivelador das relações dos indivíduos metropolitanos, e revisitando a evolução de Campo Grande descrita por Celso Costa, que demarca na capital o período dos anos oitenta como “tempos de abertura política, anistias, promessas de democracia” (COSTA, 1999, p. 81), temos ainda uma população que parecia “indiferente aos acontecimentos políticos” (Idem, p. 81). Parece termos aqui os primeiros indicativos de uma atitude blasé campo-grandense.

Fato que, para Attianesi e Passamani (2018):

“Compreender as modernizações ocorridas nos anos anteriores e nas décadas de 1960 e 1970, e isso por meio de fontes quase que exclusivamente políticas e econômicas, se torna relevante para que possamos entender como, na cidade de Campo Grande, as questões de urbanidade se constituíram e formaram conflitos e relações de poder entre diversos grupos. Além disso, [...] na medida em que constituem essa ideia de urbanidade e modernidade, foram pautadas apenas por determinados “atores” políticos e econômicos na formação da cidade de Campo Grande como uma “metrópole”, sem considerar a contribuição dos “indivíduos comuns” como parte desse processo.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 63)

Desta forma, a história de Campo Grande como capital teve seu início motivado por um desenvolvimento de interesse político, não tendo contado com a contribuição dos ditos “indivíduos comuns”. Ângelo de Arruda (2006) aponta este processo excludente:

“A cidade de Campo Grande assistiu, durante mais de 50 anos, à elaboração de leis e normas urbanísticas, especialmente de uso, ocupação e parcelamento do solo sem que houvesse nem a participação da comunidade técnica, empresarial, política e nem a popular. O processo de planejamento ocorrido foi puramente tecnocrático: contratava-se uma empresa para elaborar Planos para a cidade crescer e se desenvolver calcada nos ideais obreiros da época: planos havia para dar sustentação às obras que seriam executadas com dinheiro público, a fundo perdido. Nessa lógica, não havia necessidade de que a cidade tivesse órgão de planejamento urbano para pensar e repensar a cidade; não havia a necessidade de construir um corpo técnico voltado para a formação em planejamento público. Se não havia planejamento urbano municipal, não haviam também diretrizes para loteamento, grandes edificações etc.” (ARRUDA, 2006, p. 162)

Estas falhas nas diretrizes de planejamento causaram danos no desenvolvimento da cidade, que graças ao crescimento desordenado causou o surgimento de favelas em Campo Grande, como aponta Arruda (2006):

“A cidade foi crescendo e sem acompanhamento ou monitoramento para corrigir as distorções geradas pelas normas urbanísticas, mudanças foram feitas na legislação, atendendo a interesses diversos. Ao mesmo tempo, já na década de 1980, os índices de crescimento demográfico batiam nas nuvens (8,02% a.a.); a migração se intensificara com a nova situação de capital de Mato Grosso do Sul; novo governo estadual instalara-se na cidade, aumentando a procura por imóveis e áreas. Com esse quadro era possível prever o que aconteceu na década de 1980: favelas surgiram da noite para o dia, em várias partes da cidade; não havia transporte coletivo para todos, muito menos energia e água potável; a rede de educação e a de saúde não estavam preparadas para atender essa demanda.” (ARRUDA, 2006, p. 162)

Essas favelas e conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, juntamente a falta de apoio na infraestrutura e saneamento básico por parte da prefeitura acaba gerando problemas para o setor administrativo do município, “aumentando investimentos em transporte urbano, pavimentação etc. e jogando a população para locais distantes do centro de emprego” (ARRUDA, 2006, p. 163).

Dando sequência a exclusão da população na participação das leis e normas da cidade, os autores de “Um urbano pra lá de rural” posicionam que estes “indivíduos comuns”:

“[...] também são agentes ativos na construção da cidade, uma vez que eles dão sustentação a essa grande estrutura, outrora de campo, agora de cidade, seja com mão-de-obra, consumo, enfim, movimentação. No entanto, eles acabam não desfrutando concreta e diretamente, dos efeitos dessa transformação, pois não residem no “centro” da cidade – o berço mais visível da modernidade local – nem tem condições de consumir os códigos dessa modernidade. Logo, há uma outra Campo Grande, a das periferias distantes do centro, das vulnerabilidades socioeconômicas, das carências infra estruturais, quem sabe até da violência.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 63)

A partir do que foi apontado, os autores Attianesi e Passamani (2018) evidenciam essa realidade secundária dos agentes da cidade, utilizando-se de relatos da falta de acesso à cidade propriamente dita. Como observado na fala de Arruda (2006) sobre a criação de conjuntos habitacionais e favelas na cidade de Campo Grande, em conjunto aos aspectos levantados por Attianesi & Passamani, essa população teria se formado não apenas distante do centro da cidade, mas também sem acesso a este centro, dada a vulnerabilidade econômica da população e a dificuldade de mobilidade urbana, causada em parte pela falta de transporte coletivo

para todos. Estes fatores geraram ainda mais segregação socioespacial no território campo-grandense, como veremos no item 1.3.

Pretendemos, portanto, ter mostrado nesse capítulo alguns aspectos da formação social e urbana da cidade de Campo Grande. Ao tratá-las, procuramos enfatizar que o caráter de sua formação contempla elementos que localizam a cidade como uma potência do estado sul-mato-grossense desde sua criação. Isso pôde ser observado ao passo de que analisamos todo o desenvolvimento da cidade no século XX, tanto tratando de sua formação social diversa e a correlacionando com as ideias de transformação mental do homem perante a cidade apresentadas por Georg Simmel (1987), tanto pela análise urbanística do território. Para uma melhor análise do subcapítulo 1.2 convidamos novamente o leitor a verificar os anexos disponíveis dos mapas de Ângelo Arruda (2006) que acompanham a evolução urbana da cidade desde 1909 até 1999.

“Não basta, portanto, nem denunciar, nem medir a segregação em nossas grandes cidades e metrópoles, seja por bairros, seja por conjuntos de bairros. É preciso explicá-la.”

(VILLAÇA, 2011, p.40)

1.3. A segregação socioespacial em Campo Grande

Analisamos no subcapítulo 1.1 o conceito de segregação socioespacial a partir da leitura dos autores Alexandre Bergamin Vieira e Everaldo Santos Melazzo, Henri Lefebvre, David Harvey, Ermínia Maricato, Flávio Villaça. Já no subcapítulo 1.2, realizamos uma leitura sobre a formação social e o desenvolvimento urbano da cidade de Campo Grande – MS, tendo nos apoiado nos escritos de Celso Costa, Ângelo Arruda, Gutemberg Weingartner e Daniel Attianesi e Guilherme Passamani. Essa retomada foi feita para que possamos elaborar uma hipótese sobre as particularidades da segregação socioespacial no território campo-grandense neste presente subcapítulo.

Deste modo, para iniciar a discussão sobre a segregação na cidade de Campo Grande é importante dizer sobre o impacto que a análise da segregação tem para a formação de um bom urbanismo. Para isso relembremos aspectos analisados no item 1.2, que localizam a cidade de Campo Grande como centro dessa discussão.

Primeiramente, pois, como apontado, Campo Grande sofreu uma passagem muito abrupta de cidade rural para capital de estado. Esta passagem foi discutida tanto pelo lado da evolução urbana desenfreada, que veio acompanhada da falta de infraestrutura para a população (antiga e nova), quanto pela vivência afetiva e emocional do campo-grandense, que, de acordo com Georg Simmel, como estudado, nos trouxe a aproximação da atitude blasé como um efeito da psique do campo-grandense. O que fica evidente é que a atitude blasé é consonante àquilo que desenvolvemos sobre a segregação socioespacial no item 1.1, visto que a configuração de centro urbano situa o ator metropolitano que localizamos no campo-grandense. A indiferença marcada na atitude blasé articula-se com a segregação, à medida que as questões sociais passam a ser ignoráveis nos centros urbanos. Não se trata de não ter conhecimento de tais assuntos, mas sim de naturaliza-los, como

se os centros urbanos não tivessem uma divisão que percorrem o social e econômico. O que torna ainda mais segregados os centros urbanos – neste caso, Campo Grande.

Segundo, ao discutirmos a evolução da cidade de Campo Grande, tornou-se mais claro os aspectos que podemos identificar como fatores da segregação socioespacial, que elucidaremos a seguir. Tomando como base o item 1.1 deste trabalho, nota-se que ao definir o conceito de segregação socioespacial posicionamos o mesmo como um fenômeno das cidades atuais, no sentido em que a urbe não apenas produz locais de segregação, mas também não dispõe de infraestrutura para toda a população. Além disso, o pensamento urbano parece não incluir os habitantes das urbes, sendo este associado a um racionalismo operacional, como discutido por Lefebvre (2015). Assim, evidenciamos que as discussões feitas sobre a estruturação urbana da cidade campo-grandense não foram acompanhadas de decisões pensadas para o bem “comum”, ao passo que, como visto anteriormente, a população não fez parte da discussão, e as decisões políticas raramente contemplavam os interesses dos seus habitantes no que concerne o planejamento urbano.

Todo esse centro de decisão aparentemente tendencioso concorda com o estudado no item 1.1, quando discutimos sobre a hipótese de que na cidade existe uma classe dominante que comanda as decisões, e para ela comanda. É importante lembrar que esta classe também decide a respeito das reflexões urbanísticas (aspecto esse que podemos também corroborar com a situação de Campo Grande vista no item passado), motivo pelo qual Lefebvre nomeie essa análise da cidade de “estratégica e ideológica”, partindo essa de um racionalismo operacional (LEFEBVRE, 2015, p. 29 – 30).

Não apenas isso, a falta de infraestrutura presenciada em Campo Grande na década de oitenta foi consequência dessa administração tendenciosa, visto que o número crescente de migrantes e imigrantes que vieram a se tornar habitantes da então capital estavam sujeitos a sofrer sob os erros urbanísticos causados pela falta de gerenciamento adequado da urbe campo-grandense. Fato este que, como já visto, causou o aparecimento de favelas e conjuntos habitacionais e um caos no sistema viário pela falta de transporte público para todos, e de saneamento básico.

Seguindo esses argumentos, observa-se uma desigualdade no cenário urbano campo-grandense, o que configura a urbe como local de segregação socioespacial.

Para então melhor compreendermos a segregação no cenário de Campo Grande, estudaremos mais detidamente o escrito de Flávio Villaça, *São Paulo: segregação urbana e desigualdade* (2011), onde para ele:

“[...] a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade. Essa explicitação se dá desvendando-se os vínculos específicos que articulam o espaço urbano segregado com a economia, a política e a ideologia, por meio das quais opera a dominação por meio dele.” (VILLAÇA, 2011, p. 37)

Deste modo, acompanhando Villaça, elaboraremos um estudo sobre a desigualdade campo-grandense, relacionando o índice de desenvolvimento humano e os polos de trabalho para melhor estruturar essa relação.

Iniciando este estudo, é importante destacar os aspectos ditos por Villaça (2011) onde a segregação urbana se relaciona explicitamente com a desigualdade e a dominação social. Assim:

“Elas avançam no sentido de:

[...] negar a forma clássica de segregação que se apresentaria sob a forma de círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia.

[...] historicizar a segregação. A falta de inserção histórica é uma das responsáveis por várias das limitações nas análises atuais sobre segregação urbana.

[...] mostrar como se dá a relação entre a segregação e a totalidade das estruturas social e urbana. Sem isso, os estudos sobre segregação ficam incompletos e por isso inaceitáveis.

[...] mostrar a relação entre a dominação e a segregação, esclarecendo as especificidades da dominação *através do espaço urbano*, ou seja, mostrar o papel do espaço urbano no processo de dominação.

[...] abordar a segregação, não mais por bairro, mas por *região geral da cidade*; essa abordagem traz um enorme potencial explicativo muito maior do que da segregação por bairro, e só ela é capaz de explicar as relações aqui indicadas.

Finalmente, e em síntese, avançam no sentido de explicar a segregação, e não apenas no de denunciá-la, descrevê-la ou medi-la.” (VILLAÇA, 2011, p. 38)

Villaça nos diz que comumente o estudo da segregação moderna se volta para a análise dos condomínios fechados, onde a segregação não é posta num contexto histórico e nem mesmo conversa com o restante da estrutura urbana, deixando muitas vezes apenas subentendido as relações entre a segregação e o setor econômico, político e ideológico da sociedade, o que limita a discussão da segregação ao debate com questões de segurança, violência urbana, especulação imobiliária, entre outros (VILLAÇA, 2011, p. 39). Para ele este tipo de estudo:

“têm um fundo não muito claro e nunca explicitado. É um fundo moral, ético, que destaca a injustiça. Quando destacam a opressão ou a dominação, fazem-no sob a

óptica da injustiça. Como sua causa real não é estudada nem claramente explicitada, ela passa ao leitor (o que deve ocorrer também na cabeça de muitos dos autores) a ideia de que sua causa é a maldade, a ganância e os interesses mesquinhos dos homens. Nessa base ética está o maior perigo de qualquer análise social, as urbanas incluídas.” (VILLAÇA, 2011, p. 39)

Essa crença de que ao estudarmos a segregação por bairros ou condomínios obteremos a resposta para os problemas da urbe é criticada por Villaça. O autor coloca que estudar a segregação por bairros, classes sociais ou focando nos condomínios fechados em contraste com a periferia não relaciona das estruturas urbanas e sociais com a problemática da segregação. Ele aponta:

“Essa descrição não explica, por exemplo, por que o centro tradicional de nossas cidades cresce mais numa determinada direção do que em outras (ou isso nada tem a ver com a segregação urbana?). Pela própria lógica do esquema centro *versus* periferia, o centro deveria crescer mais ou menos uniformemente em todas as direções. No entanto, há mais de um século isso não ocorre em nossas metrópoles. Não explica ainda a articulação da segregação com as esferas econômicas, que se dá por meio da atividade econômica que maior interesse tem no espaço urbano: a atividade imobiliária. Não toca sequer nas articulações entre, de um lado, a segregação e, de outro, o poder político e a ideologia. Como tantas análises da segregação, ela enfatiza – explícita ou implicitamente – a desigualdade como injustiça, não deixando clara se ela é ou não devida à maldade dos homens.” (VILLAÇA, 2011, p. 40)

A questão levantada sobre a inexistência de um crescimento no centro tradicional da cidade, que na maioria das capitais passa por um esvaziamento, também pode ser relacionado com a cidade de Campo Grande. Isto, pois com a chegada do primeiro *Shopping Center* na capital, localizado na região leste da cidade, houve uma divisão no consumo campo-grandense. Por outro lado, a Rodoviária Heitor Eduardo Laburu, localizada no centro da cidade entre a Rua Dom Aquino, Rua Barão do Rio Branco, Rua Vasconcelos Fernandes e Rua Joaquim Nabuco, inaugurada em 1976, foi um dos alvos desse esvaziamento do centro tradicional da capital. Contextualizando:

“A antiga rodoviária de Campo Grande foi inaugurada no ano de 1976, momento em que Nataniél Dal Moro (2004) demonstrou o rápido aumento da população urbana. Essa situação permaneceu até o ano de 2000, quando teve início um processo de paulatino esvaziamento em vista da construção de um novo terminal rodoviário e novos *shoppings centers* em outras regiões da cidade, culminando com seu fechamento em 2010.” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 64)

A partir do momento da consolidação de seu esvaziamento, determinados grupos como comerciantes de lanches, vendedores ambulantes e clientes, moradores de rua, usuários de drogas e prostitutas, se tornaram o público constante da região - alguns até mesmo resignificando o espaço como moradia. Desta forma, Attianesi e Passamani (2018) apontam a Antiga Rodoviária como um espaço associado à

degradação por uma parcela dos cidadãos, ao mesmo tempo que para grupos excluídos representa “uma forma de acessar à cidade” (ATTIANESI & PASSAMANI, 2018, p. 64).

Figura 9 – Fachada da Antiga Rodoviária de Campo Grande em 2019.



Fonte: autoria própria, 2019.

Este é provavelmente o exemplo mais visível para os habitantes da capital sul-mato-grossense da realidade de agentes excluídos da cidade, e da gentrificação de um espaço que outrora era local de grande fluxo de atividade comercial. Diz-se mais visível pois a Rodoviária Heitor Eduardo Laburu (ver Figura 9) está localizada no centro da cidade de Campo Grande, tendo em seu perímetro um constante tráfego de veículos. Assim, não apenas o exemplo da Antiga Rodoviária nos mostra a segregação socioespacial da população no centro campo-grandense, o mesmo também confirma a fala de Villaça (2011) no que diz respeito sobre a ausência de crescimento dos centros tradicionais das cidades brasileiras.

Por este motivo Villaça (2011) adota como método de análise a abordagem da segregação por *grandes regiões* da cidade. Para ele, adotar a segregação desta forma ajuda na “de explicação e compreensão não só do próprio processo de segregação, mas também com suas articulações com aspectos fundamentais da sociedade” (VILLAÇA, 2011, p. 40). Isso pois:

“Simplificadamente, explicar qualquer processo social – a segregação urbana incluída – é articulá-lo à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da sociedade) e a seus movimentos. É por meio dele mostrar como a segregação se articula com a mais importante (mas não a única) das manifestações

explicativas das transformações sociais, ou seja, a dominação social, que gera a desigualdade, especialmente acentuada no Brasil.” (VILLAÇA, 2011, p. 40)

Como metodologia para esse estudo de segregação por regiões, Villaça (2011) adota uma leitura do “lado social” e do “lado espacial” da cidade, em que no social há uma divisão da sociedade em duas classes, chamadas por ele de “os mais ricos’ ou ‘as camadas de mais alta renda’, e os mais pobres, ou os de ‘mais baixa renda’” (VILLAÇA, 2011, p. 41). Tratando do lado espacial, o autor demarca uma análise dos conjuntos de bairros para evitar que se aborde os bairros de maneira individual, pois se tratarmos os bairros individualmente a segregação tende a uma análise mais abstrata, “já que conduz o estudo a bairros ideais ou tipologias de bairros” (VILLAÇA, 2011, p. 41).

Assim, buscando melhor situar a segregação socioespacial em Campo Grande, buscamos dados da Prefeitura Municipal de Campo Grande com o intuito de relacionarmos tais dados aos lados sociais e espaciais da segregação. Antes disso, lembremos que esta não é a primeira vez que se usa as ideias de Flávio Villaça para construir um pensamento crítico na cidade de Campo Grande – Íris Ebner já havia trabalhado esta discussão em seu livro “A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande” (1999). Nele, a autora posiciona a cidade como adepta da “tendência de agrupamento da população econômica mais favorecida” (EBNER, 1999, p. 58), e destaca ainda que existem diferenças em como as classes mais favorecidas se comportam nesse agrupamento, dependendo do porte da cidade que se trata (ver Figura 10). Para ela:

“[...] em cidades menores, a população das diversas classes sociais se distribui de forma mais homogênea. Já nas cidades grandes, as camadas de classe média e alta ocupam uma determinada região da cidade crescendo em forma de vetor.” (EBNER, 1999, p. 58-59)

Figura 10 – Localização das classes média e alta nas pequenas e nas grandes cidades.



Fonte: EBNER, 1999, p. 59.

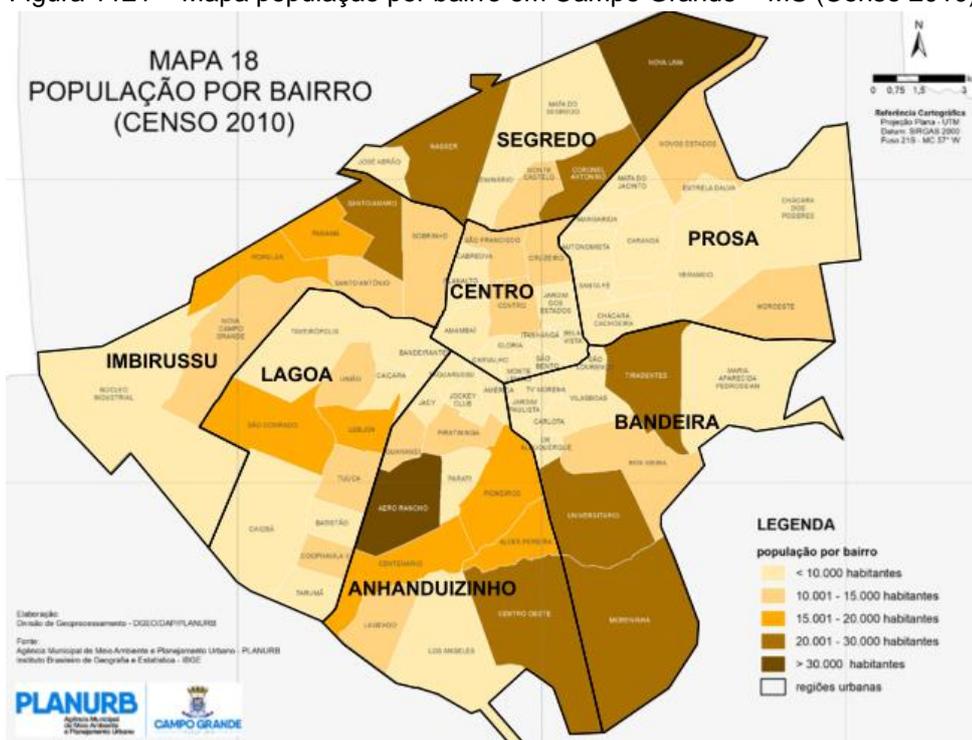
Desta forma, Ebner (1999) ressalta, concordando com Villaça, que ao espacializar a segregação social as camadas mais favorecidas economicamente tendem a ter em seus bairros melhor infraestrutura e serviços públicos; os principais órgãos públicos em seu perímetro; maior proximidade com o centro urbano, chegando até mesmo a trazer para seus bairros o centro da urbe dada a influência da sofisticação do consumo; melhor mobilidade urbana, tendo constantes otimizações no tráfego (EBNER, 1999, p. 59). Evidenciando os problemas da falta de equilíbrio na distribuição do espaço urbano, Ebner (1999) posiciona:

“[...] pode-se estimar que em economias de recursos escassos, se a classe média e alta estivesse distribuídas de maneira uniforme, as vantagens e desvantagens estariam também distribuídas mais uniformemente, tornando-se mais difícil então, a maximização na apropriação das vantagens locacionais. Segregando-se espacialmente, as camadas de alta renda conseguem que o Estado atenda mais às pessoas que nelas se inserem. Assim, o espaço pode ser controlado no sentido de favorecer as classes mais abastadas. É a possibilidade de se apropriar de forma diferenciada das vantagens locacionais.” (EBNER, 1999, p. 60)

Neste cenário, a autora trabalha a segregação espacial em Campo Grande e relata que em 1988 “observa-se que os bairros com renda média maior que sete salários mínimos já se encontravam, em sua maioria, localizados vizinhos uns dos outros” (EBNER, 1999, p. 60). Ebner (1999) ainda aponta que existem três exceções ao seu argumento anterior, sendo estes os bairros Amambaí e Sobrinho, bairros antigos da cidade hábitos pela classe média, e o bairro Nova Campo Grande, um bairro com o propósito de ser ocupada pela classe média e alta, mas que não acabou cumprindo seu objetivo. De certa maneira, todas essas exceções acabam por reforçar a teoria de que os bairros de mais alta renda buscam ficar próximos entre si (EBNER, 1999, p. 60).

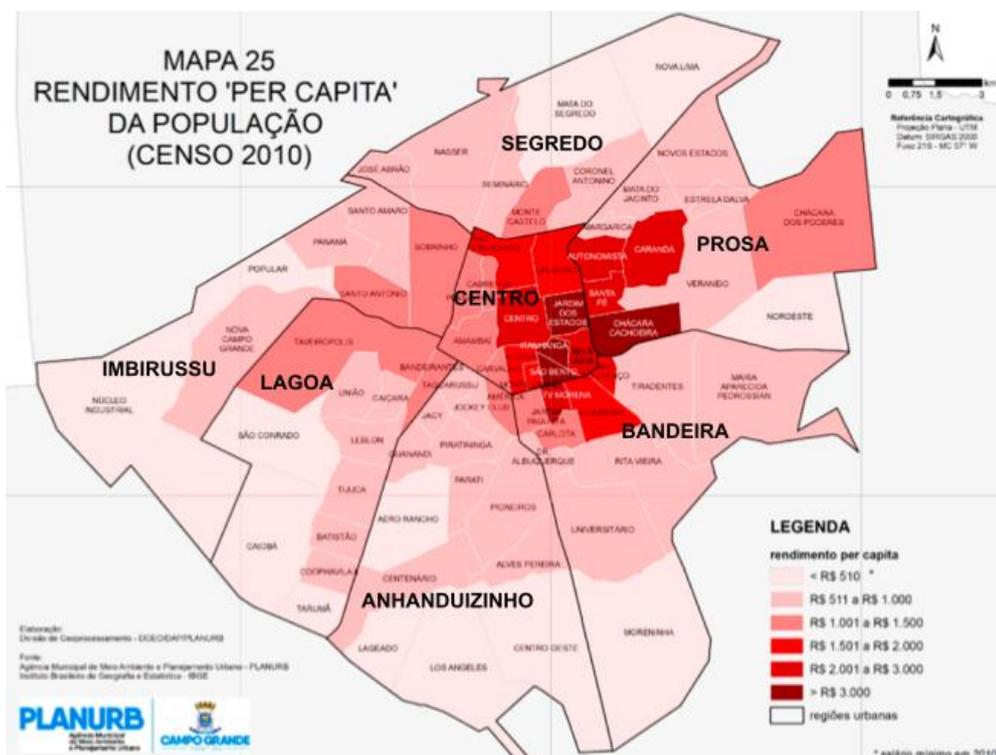
Trazendo a segregação socioespacial para os dias atuais, buscamos no Perfil Socioeconômico de Campo Grande (2020) mapas e informações que evidenciem a existência de uma *região* que agrupe os bairros de maior classe econômica na cidade. Para isso, após analisar os dados fornecidos pela PLANURB (Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano), selecionamos os mapas a seguir para discussão:

Figura 1121 – Mapa população por bairro em Campo Grande – MS (Censo 2010)



Fonte: PLANURB, 2020 (modificado).

Figura 1112 – Mapa rendimento per capita da população em Campo Grande – MS (Censo 2010).



Fonte: PLANURB, 2020 (modificado).

Primeiramente, o mapa da população por bairros na cidade de Campo Grande (ver Figura 112). Neste mapa, em que a PLANURB utilizou como base o Censo de 2010 para ser feito, podemos analisar que os bairros mais populosos (20.001 habitantes ou mais) estão localizados nos extremos norte e sul da cidade, sendo que os dois bairros com mais de trinta mil habitantes da cidade são os bairros Aero Rancho (localizado na região Anhanduizinho) e Nova Lima (localizado na região Segredo). É interessante observar que a região Centro não possui muitos habitantes, sendo ela e a região Prosa as únicas que não possuem bairros com mais de quinze mil habitantes.

O segundo mapa de análise apresenta o rendimento *per capita* da população campo-grandense (ver Figura 111), sendo assim, nele podemos visualizar a renda de cada bairro dividida pela população existente. Ao analisar, observa-se que a região Centro é a com maior renda *per capita* da cidade, sendo que nela não existe um bairro que tenha o rendimento menor do que mil reais, ou seja, quase dois salários mínimos (o salário mínimo, de acordo com o observado no mapa, era de quinhentos e dez reais em 2010). Também podemos observar que os bairros com a maior renda per capita (mais do que três mil reais por mês) da cidade estão dispostos nas regiões Centro e Prosa, sendo eles os bairros Jardim dos Estados, Chácara Cacheira, Itanhangá e São Bento. Não apenas isso, destacamos também que os bairros com a segunda maior renda *per capita* (entre dois e três mil reais) também estão localizados nas mesmas regiões, sendo a única exceção o bairro TV Morena, localizado na região Bandeira, porém que é vizinha do bairro São Bento (região Centro), o que mostra uma ligação com a área discutida.

Estas duas regiões, Centro e Prosa, foram apontadas no mapa anterior como as únicas que não possuem mais do que quinze mil habitantes, o que indica que a maior renda *per capita* da cidade de Campo Grande está concentrada nas mãos de poucas pessoas. Com a leitura do mapa de população por bairro também observamos que existem dois bairros com mais de trinta mil pessoas na capital, sendo eles o Nova Lima e o Aero Rancho. Tratando-se então do mapa de renda *per capita*, nota-se que ambos os bairros possuem menos do que um salário mínimo (quinhentos e dez reais) de renda *per capita*.

Deste modo, no que diz respeito a análise dos dois mapas apresentados, podemos concluir que existe uma grande concentração de renda nas regiões Centro

e Prosa, que concerne a uma pequena parcela da população, ao passo de que nos bairros com maior população da cidade a renda *per capita* não chega a um salário mínimo.

Apenas com a análise dos dois mapas anteriores já é possível ter um parâmetro bastante significativo a respeito da segregação socioespacial em Campo Grande. É importante ressaltar que as informações coletadas são referentes ao ano de 2010, ano do último censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desta forma, é possível que esta segregação tenha crescido nos últimos anos. O que também fica claro é a existência de uma *grande região* — esta agora não se referindo a uma região urbana demarcada nos mapas anteriores — que concentra a população de alta renda na cidade campo-grandense. Para melhor entendermos a região em questão, elaboramos um mapa demarcando os aspectos analisados (ver Figura 13).

FIGURA 13

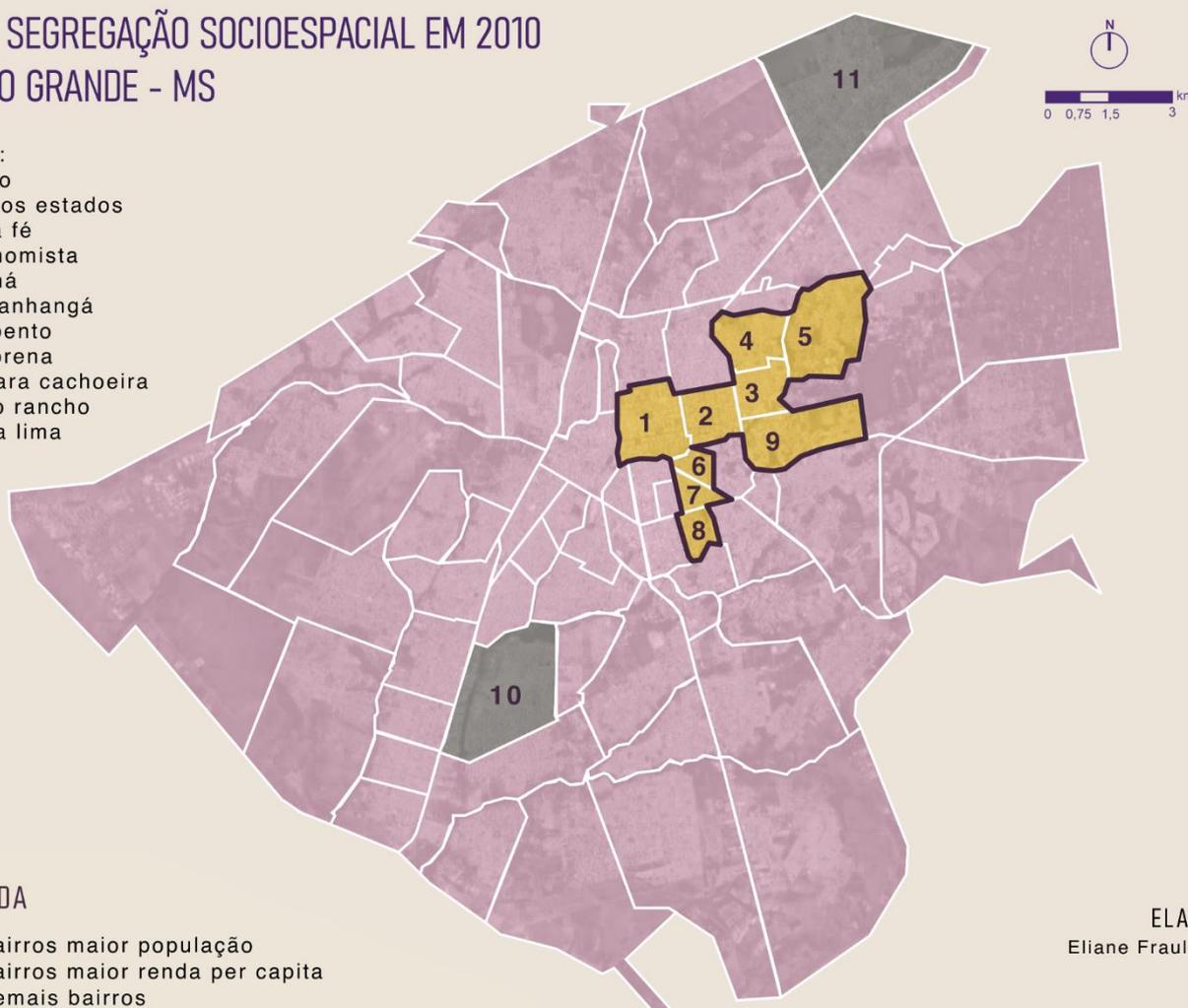
MAPA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM 2010 CAMPO GRANDE - MS

bairros:

- 1 centro
- 2 jrd. dos estados
- 3 santa fé
- 4 autonomista
- 5 caraná
- 6 itanhanhangá
- 7 são bento
- 8 tv morena
- 9 chácara cachoeira
- 10 aero rancho
- 11 nova lima

LEGENDA

- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda



ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

FONTE
PLANURB
IBGE

Com este mapa podemos então localizar a segregação socioespacial no sítio de Campo Grande, o que corroborando com Villaça (2011), nos apresenta uma leitura social, ao passo que localiza a região dos mais ricos (no mapa apresentado como bairros com maior renda *per capita*) e também dispõe onde estão os bairros com maior população da cidade (bairros estes que, como vistos anteriormente, possuem renda inferior a um salário mínimo). Quanto a leitura espacial de Villaça (2011), no que refere a análise da cidade de Campo Grande, apresentamos em hachurado a então grande região de concentração de renda.

É interessante ressaltar que Ebner (1999) já havia identificado uma “tendência a localização das famílias mais abastadas na porção leste” (EBNER, 1999, p. 60) da cidade. Para ela, essa tendência na ocupação se iniciou com a construção do Parque dos Poderes:

“[...] No início da década de 80, o recém-instalado governo do Estado propõe-se a construir o Parque dos Poderes, cujo objetivo era abrigar todos os edifícios da administração pública estadual. A área escolhida, de grande extensão, abrange a nascente do córrego Prosa e desde 1973 essa área foi classificada como Zona Especial de Recreação, pela Lei de Uso do Solo da época. Porém não era utilizada e se tratava de uma das poucas áreas que ainda conservava a vegetação nativa local, o cerrado. No mandato do Governador Pedro Pedrossian, em 1980, o Parque dos Poderes vem a ser implantado, construindo-se edifícios que abrigaram inicialmente as Secretarias de Estado e a Governadoria, mas aos poucos foram sendo construídas a Assembleia Legislativa, o Tribunal Regional Eleitoral, a Polícia Militar, a Empresa de Energia Elétrica de MS, entre outros. Esta é uma área de uso exclusivamente governamental, não existindo comércio nem serviços a não ser aqueles localizados dentro dos edifícios públicos visando atendimento diário dos servidores. A localização das edificações, em meio ao cerrado, é uma maneira característica de preservar uma das únicas áreas onde ainda se encontra a vegetação original.” (EBNER, 1999, p. 57)

O Parque dos Poderes está localizado na região do Prosa, mais especificamente no bairro Chácara Cachoeira, um dos bairros identificados no mapa de renda *per capita* como de mais alta renda da cidade. O bairro também abriga outros imóveis que valorizaram ainda mais a região, o que para Ebner (1999), teve origem graças a criação do Parque dos Poderes. Para ela, com a chegada dos edifícios públicos:

“A porção leste, que antes apresentava um baixo crescimento, torna-se a área mais valorizada da cidade. As principais avenidas da região central da cidade, Av. Afonso Pena e Av. Mato Grosso, foram prolongadas no sentido leste para favorecer o acesso até o Parque dos Poderes. Em meio a grandes vazios localizados entre o “continuum” da malha urbana e o Parque dos Poderes, surgiram loteamentos destinados às camadas mais privilegiadas da população. Reforçando esta tendência de crescimento à leste, foi implantado, em 1989, o Shopping Center Campo Grande, também nesta região, trazendo maior valorização das áreas adjacentes.” (EBNER, 1999, p. 57 – 58)

Dentre os imóveis que surgiram após a criação do Parque dos Poderes destacamos o Parque das Nações Indígenas, atualmente o maior parque da cidade de Campo Grande, comportando em seu perímetro o Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul – MARCO, o Museu das Culturas Dom Bosco, e outras construções administrativas, uma concha acústica que já contou com a presença de diversos artistas nacionais, bem como contará futuramente, felizmente ou não, com o Aquário do Pantanal.

Nota-se, então, que não falta qualidade de infraestrutura e serviços públicos para a grande região de concentração de renda, que conta com as melhores opções de lazer da cidade. Bem como não faltam à mesma a remodelação do sistema viário, ponto esse explicitado na fala de Ebner (1999) sobre o prolongamento de duas das principais avenidas da cidade (Avenida Afonso Pena e Avenida Mato Grosso) para a região leste da cidade. Todas estas observações são consoantes aos escritos de Villaça (2011), quando referido aos aspectos da desigualdade e dominação social.

Para aprimorar a análise, a seguir apresentaremos alguns mapas de infraestrutura da cidade de Campo Grande, que não apenas reafirmam a presença de infraestrutura na grande região de concentração de renda, mas também dizem respeito aos bairros com maior população da cidade.

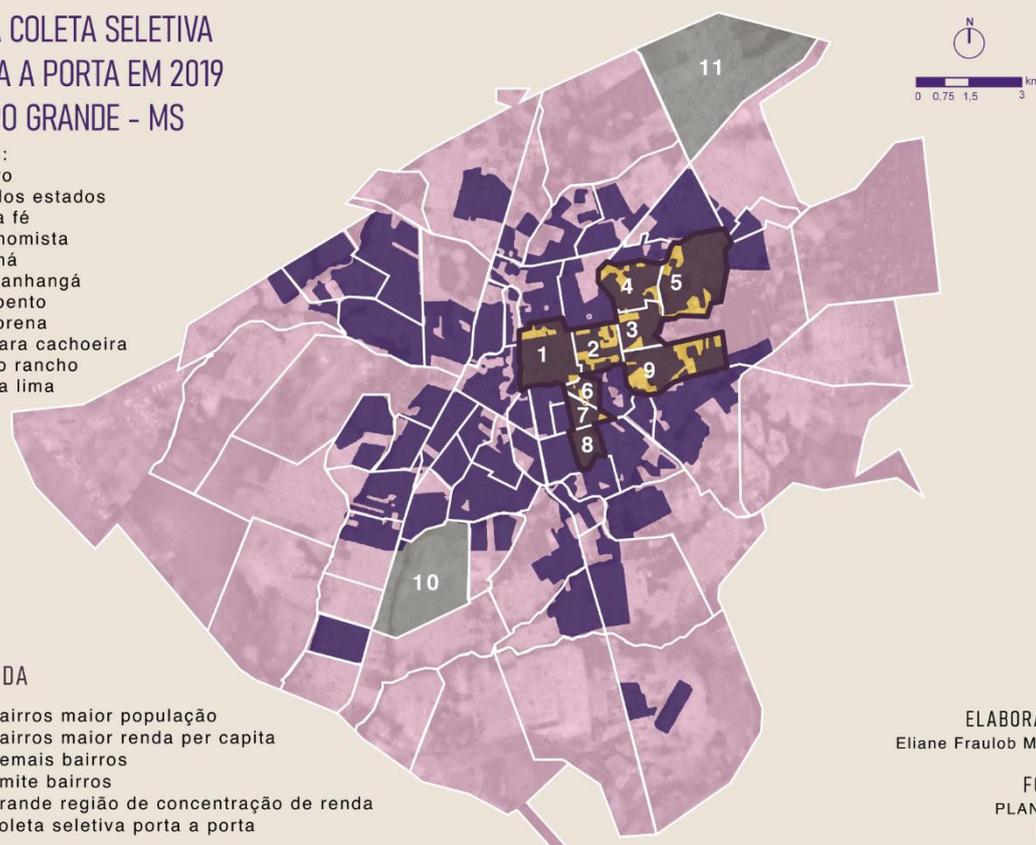
FIGURA 14

MAPA COLETA SELETIVA PORTA A PORTA EM 2019 CAMPO GRANDE - MS

bairros:
1 centro
2 jrd. dos estados
3 santa fé
4 autonomista
5 caraná
6 itanhanhangá
7 são bento
8 tv morena
9 chácara cachoeira
10 aero rancho
11 nova lima

LEGENDA

■ bairros maior população
■ bairros maior renda per capita
■ demais bairros
— limite bairros
■ grande região de concentração de renda
■ coleta seletiva porta a porta



ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

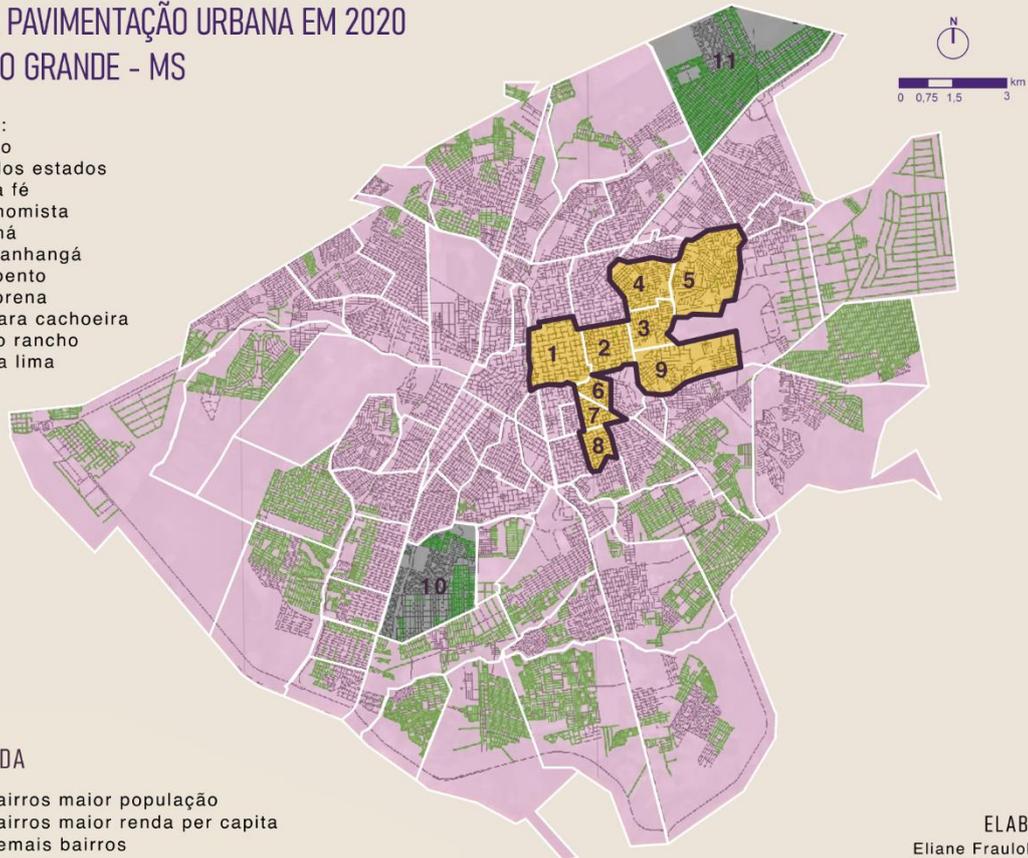
FONTE
PLANURB
IBGE

FIGURA 14

MAPA PAVIMENTAÇÃO URBANA EM 2020 CAMPO GRANDE - MS

bairros:

- 1 centro
- 2 jrd. dos estados
- 3 santa fé
- 4 autonomista
- 5 caraná
- 6 itanhanhangá
- 7 são bento
- 8 tv morena
- 9 chácara cachoeira
- 10 aero rancho
- 11 nova lima



LEGENDA

- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda
- ruas pavimentadas
- ruas não pavimentadas

ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

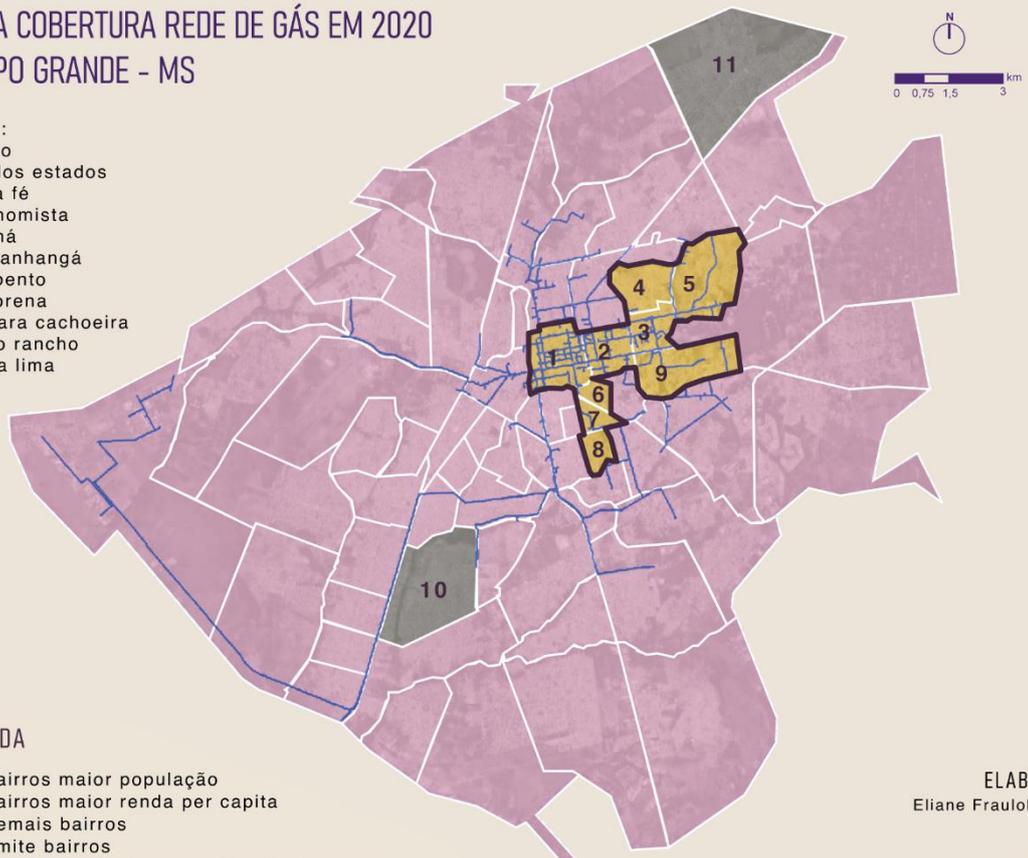
FONTE
PLANURB
IBGE

FIGURA 15

MAPA COBERTURA REDE DE GÁS EM 2020 CAMPO GRANDE - MS

bairros:

- 1 centro
- 2 jrd. dos estados
- 3 santa fé
- 4 autonomista
- 5 caraná
- 6 itanhanhangá
- 7 são bento
- 8 tv morena
- 9 chácara cachoeira
- 10 aero rancho
- 11 nova lima



LEGENDA

- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda
- cobertura rede de gás

ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

FONTE
PLANURB
IBGE

Com os mapas apresentados acima, o que pretendemos é identificar a existência de um privilégio no que diz respeito a infraestrutura nas regiões de alta renda, bem como seu oposto nos bairros com maior população da cidade. No mapa de coleta seletiva porta a porta (ver Figura 14), observa-se que a porção sudoeste da cidade não conta com esta prestação de serviço, bem como a maioria dos bairros afastados da região centro. Nota-se que os bairros mais populosos da cidade em 2010 ainda não possuem coleta seletiva em 2019 (ano do mapa de coleta seletiva), o que demonstra a falta de atenção dada aos bairros afastados do centro urbano campo-grandense. Também se observa que apesar da porção que contempla a grande região de concentração de renda estar bem servida, o restante da porção leste também não apresenta infraestrutura, o que mais uma vez reforça a segregação do espaço urbano no que diz respeito a infraestrutura.

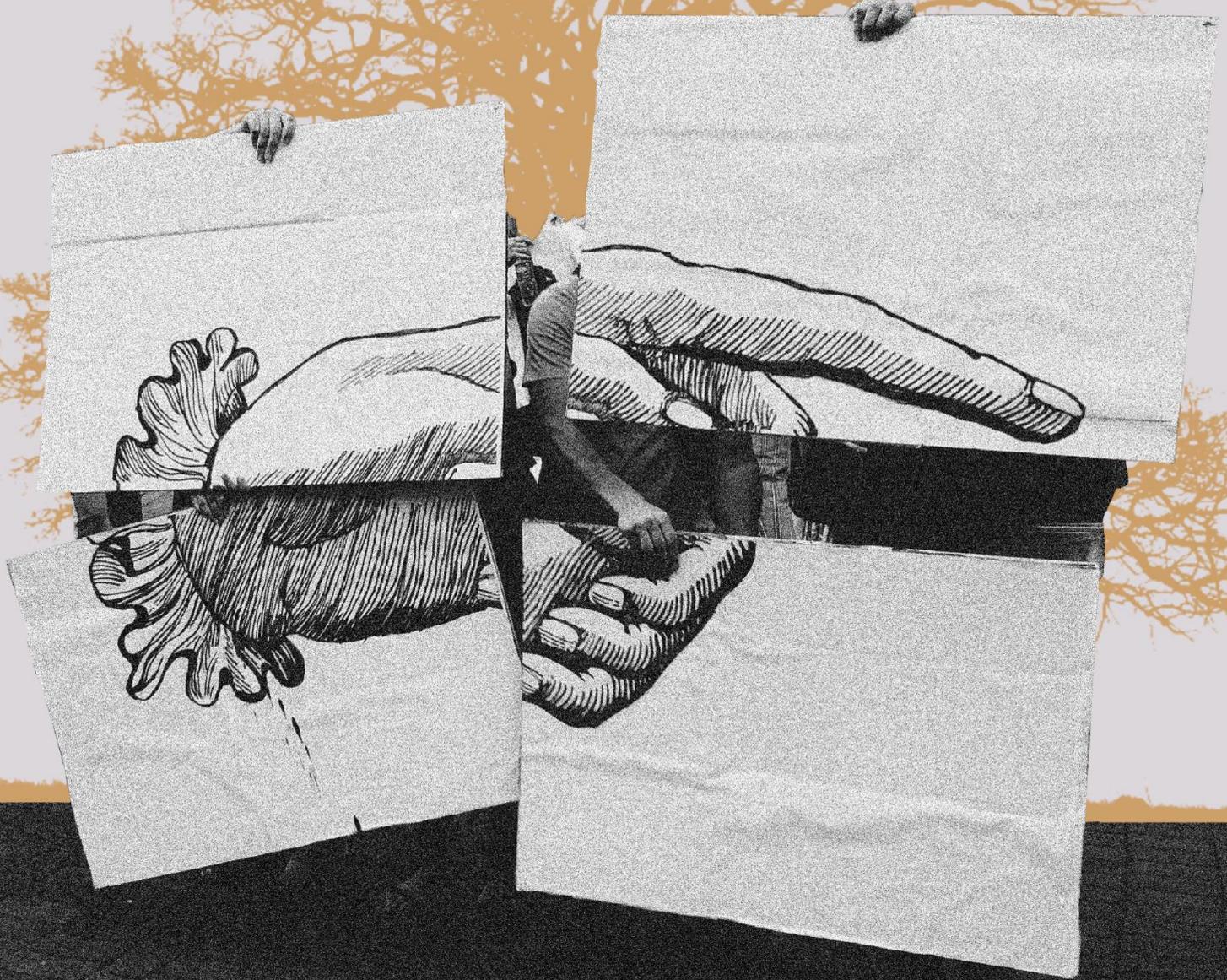
No mapa de pavimentação urbana (ver Figura 15), podemos observar que as regiões mais distantes do centro urbano carecem de pavimentação, sendo a região sul e sudoeste as mais prejudicadas, bem como a região leste, excluindo a região de mais alta renda da cidade. Enquanto isso, no mapa de cobertura da rede de gás (ver Figura 16), notamos uma peculiaridade: ao passo que comentamos a falta de infraestrutura na região sudoeste nos mapas anteriores, a mesma é a única que apresenta rede de gás na região periférica de Campo Grande.

O que fica evidente após analisar os mapas anteriores é a existência da segregação socioespacial em Campo Grande, sendo que a grande região de concentração de renda, apresentada também como os bairros com maior renda *per capita*, conta com infraestrutura em sua área. Enquanto isso, em bairros afastados nota-se a falta da mesma. Com o destaque nos bairros de maior população da cidade, podemos perceber que apesar de contarem com mais de trinta mil habitantes cada, os bairros continuam a carecer de infraestrutura, à medida que apesar da região de concentração de renda não contar com a quantidade populacional dos bairros supracitados, nelas não faltam qualidade de vida à população.

Também fica claro que as teorias apresentadas por Ebner (1999) e Villaça (2011) sobre o espaço de segregação é consonante à cidade de Campo Grande, pois, como visto, na grande região de concentração de renda estão contidos os melhores serviços, lazer público e privado, melhor estrutura viária, infraestrutura e até mesmo o

centro urbano da cidade. Com isso, pretendemos neste capítulo ter explicitado a questão da segregação socioespacial em Campo Grande, englobando a discussão conceitual em torno do tema da segregação. Tratamos do crescimento de Campo Grande, em sua razão social e espacial, e, enfim, neste subcapítulo, da segregação socioespacial no território campo-grandense.

2.



2. Ativismo Urbano

“A arte urbana como prática crítica, ao antepor-se a narrativas pré-montadas, percorre as vias de interrogação sobre a cidade, sobre como esta tem sido socialmente construída, representada e experienciada. É deste ponto que deriva um dos aspectos de notado interesse na reflexão sobre seu vínculo com o espaço público, qual seja, sua possibilidade de ser, ao mesmo tempo, inflexão e espelhamento.”

(PALLAMIN, 2015, p. 147)

2.1. Arte Urbana

Arquitetura é uma arte que pode nos direcionar a diversas leituras. Anthony Vidler, em seu artigo “Campo Expandido da Arquitetura” (2012), discute sobre tal versatilidade. Para ele, a grande questão é como definir cada tipo de arte “quando não parece haver mais nenhuma divisão entre o espacial e o textual, ou mais problematicamente no caso da escultura e da arquitetura, entre o espacial construído esteticamente e o espacial construído funcionalmente” (VIDLER, 2012, s/p.). Para apresentarmos neste capítulo 2 uma leitura mais adequada a nossa proposta - não exercitando a arquitetura das construções, mas sim os fundamentos da arquitetura e urbanismo, discutindo estética e funcionalidade social, bem como trabalhando arquitetura como parte fundamental na discussão da arte urbana – iremos estabelecer fundamentos conceituais para a intervenção urbana que será proposta no capítulo 3.

De início, é importante esclarecer a relação entre arquitetura e arte, em especial a arte urbana, pois é costumeiro levarmos a discussão arquitetônica ao status de funcionalidade *da construção*, bem como estética *da construção*. Vidler (2012) elucida esse encaminhamento:

“[...] há ainda a suspeita de que existe uma distinção fundamental inerente aos tipos de usos adequados para cada arte que vai além de simples questões de função versus forma, uso versus inutilidade. E, como Kant intuiu, tais distinções têm sido procuradas desde o Iluminismo. Na arquitetura, a questão foi interpretada como um conflito dual entre arte e vida. O filósofo e matemático Jean le Rond d’Alembert coloca o problema mais concisamente quando ele definiu arquitetura como ‘a máscara embelezada de nossa maior necessidade,’ o que significou que a arquitetura de olho filosófico foi um pouco mais que o estético ou o suplemento ‘retórico’ para abrigo. Pode-se interpretar todas as tentativas para definir a ‘essência’ da arquitetura desde então como se lutasse para reduzir este dualismo para uma singularidade. Assim, os apelos para uma arquitetura de ânimo puramente metafísico (John Ruskin através de Louis I. Kahn) ou puramente funcionalismo

(Jean-Nicholas-Louis Durand através de Hannes Meyer) e todos os tons da estética funcionalista entre eles. Cada fase do modernismo trapaceou a equação de acordo com seus próprios padrões de política e estética. Assim 'função' tem sido reduzida para integridade estrutural ou economia espacial enquanto 'metafísica' tem sido definida como elevação espiritual ou efeito sublime." (VIDLER, 2012, s/ p.)

O que fica evidente, dessa forma, é que, conforme a história da arquitetura foi sendo construída, alguns autores começaram a direcionar as discussões estéticas e funcionais para o lado que mais lhes interessa, voltando o exercício da arquitetura para o mercado imobiliário e discussões puramente estéticas e, conseqüentemente, ignorando a arquitetura e urbanismo em sua discussão de função social e urbana. Vera Pallamin, autora de "Arte, cultura e cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos" (2015) também discute sobre esse olhar tendencioso na discussão artística, arquitetônica e urbanística:

"No domínio das dimensões culturais contemporâneas envolvidas diretamente com o espaço público - como é o caso de projetos urbanos, da produção arquitetônica e da arte urbana (não exclusivamente) - estamos em meio a uma estridente ten-são entre o estético e o político. As pressões nesse sentido derivam, por um lado, da instrumentalização e da espetacularização da cultura, associadas ao atual estágio de mundialização da economia de mercado e às tecnologias de informação e controle em operação e, por outro lado, à reiteração e o espraiamento da banalização do novo, gerando uma indiferença generalizada. Esta, associada ao distanciamento crescente em relação àquilo que é público, perfaz uma atmosfera corrosiva para as proposições projetuais e artísticas." (PALLAMIN, 2015, p. 12)

Essa "ten-são" descrita por Pallamin (2015) é identificada na segregação socioespacial, visto a existência de um movimento de privatização do espaço público, bem como o crescimento das desigualdades sociais. Não apenas isso, a existência dessa "ten-são" torna inviável para grupos menos favorecidos o acesso a arte urbana, bem como restringe a possibilidade de criação. Para a autora, tais questões são essenciais na relação entre arte e espaço público, pois são consonantes a arte urbana (PALLAMIN, 2015, p. 143). Desta forma, a arte urbana está ligada a discussão da arquitetura e urbanismo, no sentido em que nela "repercutem as contradições, conflitos e relações de poder que constituem esse espaço" (Ibid, p. 144). Ou seja, se associa à arte urbana as questões "de identidade social e urbana, de gênero, e a expressões culturais que possam ou não nele vir a ocorrer, enfim, às condições de cidadania e democracia" (Ibid, p. 144).

Assim, entendendo a amplitude da arte urbana, focaremos em tratar a temática como prática crítica do exercício urbanístico, em especial na discussão segregação socioespacial. Mais do que isso, é importante entender que o exercício

da arte como uma prática crítica aqui englobará a vontade de tornar a urbe acessível a todos os grupos. Adotando a linha de pensamento de Pallamin (2015) esse exercício também:

“[...] inclui entre seus propósitos estéticos o desafio a certos códigos de representação dominantes, a introdução de novas falas e a redefinição de valores como abertura de outras possibilidades de apropriação e usufruto dos espaços urbanos físicos e simbólicos.” (PALLAMIN, 2015, p. 145 – 146)

Com isso em mente, a autora trata a estética da prática da arte urbana como um exame dos “modos de constituição dessas relações, seus discursos e papéis, como nela se engendram o trabalho de arte, o espectador e a espacialidade em que estão situados” (PALLAMIN, 2015, p. 146). Trazendo a abordagem anterior para a temática dessa monografia, o que temos intensão de aparentar esteticamente na intervenção artística urbana gerada (discutida mais a fundo no capítulo 3) é então a análise das relações socioeconômicas localizadas na cidade de Campo Grande, pretendendo, dessa forma, gerar no espectador o exercício de pensar a respeito da espacialização da segregação no ambiente campo-grandense.

Em meio a esta análise, a abordagem da arte urbana como método de reflexão urbanística é completamente cabível ao campo da arquitetura e urbanismo, visto toda a leitura urbana por trás da mesma, bem como a inserção da arquitetura como um campo vasto de execução projetual, onde instalações urbanas estão inseridas, especialmente aqui as instalações de arte urbana. Destacando a fala de Pallamin (2015):

“Como prática crítica, a arte urbana associa-se à ideia de intervenção negativa na microescala e acentua tal validade antepondo-se a essa cultura puramente afirmativa que tem sido promulgada e divulgada pela mídia e pelos processos de globalização. Seus modos de intervenção no espaço público podem estabelecer descontinuidades significativas do ponto de vista cultural, mesmo que perfazendo-se de modo muito discreto, como tem sido a característica de várias intervenções artísticas de caráter efêmero. Um dos pontos de maior interesse de suas realizações é a possibilidade que oferece de contribuir com a desregulação de certos valores aí cristalizados, gerando novas formas de esclarecimento e abrindo novas extensões do espaço vivido.” (PALLAMIN, 2015, p. 147)

Voltando para Anthony Vidler (2012), o autor busca debater a ambiguidade entre escultura e a arquitetura como demonstração da expansão no campo das artes nos dias atuais:

“[...] com a instalação da escultura na esfera pública como uma construção espacial [...]; questões de ‘uso’ como definidas tradicionalmente são lançadas à dúvida. Como distinguimos, por exemplo, entre o ‘uso’ de uma praça pública como uma experiência espacial e recreativa e da mesma praça habitada por uma obra como

o *Tilted Arc* de Serra? Ambos pareceriam ocupar uma esfera uma vez definida como arquitetônica, e juntos eles formam uma entidade espacial muito diferente daquela uma vez fornecida por uma figura escultural autônoma no centro da praça. Um *Tilted Arc* é ao mesmo tempo escultural e arquitetônico, assim como os arquitetos contemporâneos que defenderiam que as formas internas e externas de seus edifícios são ambas igualmente arquitetônicas e esculturais. Ambos no fim são experienciados não apenas de forma tátil por projeção, mas também oticamente através da visão; ambos são igualmente impostos sobre e respondem ao corpo; ambos preenchem uma combinação de ‘uso’ experiencial, estético e funcional.” (VIDLER, 2012, s/p.)

O exemplo do *Tilted Arc* (ver Figura 17), instalação *site-specific* de Richard Serra que consiste em uma placa sólida de 36 metros de comprimento posicionada na praça *Foley Federal Plaza* em Manhattan, Nova York, entre 1981 e 1989 nos mostra a ambiguidade interpretativa que a arquitetura e urbanismo com arte urbana pode ter, e também por onde devemos nos guiar, visto que as funções de uso e funcionalidade são encontradas na instalação, mesmo que subjetivamente.

Figura 17 – *Tilted Arc*, instalação de Richard Serra, na praça *Foley Federal Plaza*.



Fonte: ArchDaily, 2020.

Para Vidler (2012), importa saber que agora a arquitetura se encontra em um campo expandido, onde “multiplicidade e pluralidade são celebradas” (Vidler, 2012, s/p.). Nesses termos, consolidar a experimentação na arquitetura é uma forma de dar um novo significado as bases já conhecidas “enquanto buscam superar o dualismo

problemático que tem atormentado a arquitetura por mais de um século: forma e função, historicismo e abstração, utopia e realidade, estrutura e delimitação” (Ibid, s/p.).

É interessante apontar esse “campo expandido” da arquitetura discutido por Vidler (2012), assim nomeado em referência a Rosalind Krauss, “Sculpture in the Expanded Field”, ao passo de que, como apontado pelo autor, a:

“exploração experimental de linguagens e técnicas que, se inteligentemente aplicadas, podem oferecer, e algumas vezes já ofereceram, respostas críticas às questões colocadas na agenda pelo modernismo, mas ainda não satisfatoriamente respondidas, tanto em termos políticos ou arquitetônicos: a questão da habitação que ainda assombra a arquitetura e o desenvolvimento em uma escala global; a questão da densidade elevada por explosões populacionais e escassez de terra; a crise ecológica em recursos e modos de conservação que, com mudanças radicais no clima e fontes de energia decrescentes, apresenta problemas mais fundamentais para a arquitetura do que aqueles abordados por desenvolvimentos em materiais e “construção verde” sozinha.” (VIDLER, 2012, s/p.)

Assim, ao tratar da discussão da arte urbana como intrínseca a urbanística e arquitetônica, o que se pretende é justamente promover, com esse “campo expandido” uma melhor leitura do espaço urbano de Campo Grande, bem como trazer esta leitura ao espectador em forma de intervenção.

Esperamos então, nesse subcapítulo 2.1 ter conseguido abordar a temática da arte urbana sobre uma perspectiva de crítica urbanística, para mais a frente elaborar nossa intervenção urbana com mais propriedade, amparada pela presença da arquitetura e urbanismo na discussão.

“Inventamos a arquitetura e o urbanismo que não podem ser realizados sem a revolução da vida quotidiana; ou seja, a apropriação do condicionamento por todos os homens, seu crescimento indefinido, seu fim.”

(KOTANYI & VANEIGEM, 1961, p. 104)

2.2. *Internacional Situacionista e a Teoria da Deriva*

A IS - Internacional Situacionista foi uma vanguarda artística e política que teve seu início no fim na segunda metade do século XX. O grupo fazia críticas a sociedade capitalista como “prisão mental e física do espetáculo” (SOUZA, 2007, p. 6), propondo uma nova concepção para a cidade. Aos olhos de Harvey (2014), os situacionistas:

“defendiam, para superar a alienação do fetiche da mercadoria e fazer uma revolução, não a promoção de formas tradicionais de luta (como, por exemplo, manifestações e greves) e a participação em organizações (por exemplo, partidos e sindicatos), mas a criação de situações revolucionárias, e, para tanto defendiam ações espontaneístas e intervenções artísticas, como *happenings* e outras formas de expressão que causassem algum choque (como cartazes, palavras de ordem e pichações).” (HARVEY, 2014, p. 12)

A origem da crítica situacionista se deu a partir do processo de reconstrução urbana e política que ocorreu na Europa do século XX após o período de guerras, em que a publicidade e o consumo ganhavam cada vez mais força (SOUZA, 2007, p. 6). No filme *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord (1973), o diretor (fundador da internacional situacionista e autor do livro de mesmo nome) define o “espetáculo” como reflexo do consumismo, ao mesmo tempo que é a própria economia se desenvolvendo para si mesma. Sob essa perspectiva, a sociedade que os situacionistas criticam é a sociedade do consumo, na qual o homem se torna uma máquina consumista, e o espetáculo é a única razão aparente de viver. Segundo Debord (1973):

“O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que finalmente não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião desse sonho. [...] É a especialização do poder, a mais velha especialização social, que está na raiz do espetáculo. O espetáculo é, assim, uma atividade especializada que fala pelo conjunto das outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, onde qualquer outra palavra é banida. [...] O espetáculo reúne o separado, mas reúne enquanto separado. [...] O homem separado do seu produto produz cada vez mais poderosamente todos os detalhes do seu mundo e, assim, encontra-se cada vez mais separado do seu mundo. Quanto mais a sua vida é agora seu produto, tanto mais ele está separado da sua vida.” (DEBORD, 1973)

É importante ressaltar, dentro dessa noção de espetáculo que no texto “Programa Elementar da Oficina de Urbanismo Unitário” de Kotanyi e Vaneigem

(1961/2007) os autores posicionam o espetáculo como organizado pelo capitalismo moderno, de forma que o urbanismo é uma ideologia espetacular, um sonho de nossa alienação espetacular (KOTANYI & VANEIGEM, 1961/2007, p. 95). Segundo eles, “o desenvolvimento do meio urbano é a modelação capitalista do espaço. Representa a escolha de uma certa materialização do possível, com exclusão de outras” (Ibid, p. 96). É por isso que se tratando de urbanismo os situacionistas buscam novas análises e interpretações; o urbanismo que conhecemos também é ideológico e gerido por um consumo, moldado pelo capitalismo, pois cria a ilusão de que mobilidade urbana é sinônimo de ter seu próprio carro para percorrer a cidade, bem como desenvolvem mais ruas, sempre aprimorando o tráfego da cidade, pelo mesmo motivo.

Assim, “o espetáculo se manifesta no habitat e no deslocamento” (Ibid, p. 98). Isso, pois, “de fato não se mora em um bairro de uma cidade, mas se mora em algum lugar da hierarquia” (Ibid, p. 98). O que podemos aproximar é que, com relação ao que os situacionistas afirmam, o urbanismo moderno reforça a segregação socioespacial, é o local de seu desenvolvimento, promovendo bairros modelos, desejados por fatores como localização e padrão social, bem como criando loteamentos afastados do centro da urbe para a população de mais baixa renda. Esses fatores coincidem com o espetáculo, bem como com os conceitos de segregação socioespacial estudados anteriormente.

Com esse pensamento, os situacionistas promoveram um campo de ideias políticas englobando arquitetura, urbanismo, ciências sociais, história e filosofia. Isto é, “não limitavam a cidade ao concreto, pensavam principalmente no poder” (SOUZA, 2007, p. 11), dessa forma conseguiam se posicionar para além de um espaço físico da discussão arquitetônica e urbanística, tratando o espaço como social. Para eles, se fossem criados procedimentos de pesquisa mais coerentes, e os mesmos fossem aplicados na sociedade, seria possível acabar com a exploração humana (Ibid, p. 13).

Como já discutimos anteriormente, simplificando, o capitalismo trouxe o consumismo, e desse desenvolvimento a segregação urbana é uma de suas consequências, dividindo a sociedade, invalidando a presença de grupos inferiores em determinados espaços urbanos, bem como reforçando benefícios e vantagens a uma classe mais favorecida. Desse modo, na discussão urbana os situacionistas entram como aqueles que conseguiram, por se afastar do meio físico e buscar pensar

a cidade como sociedade, melhor entender as questões de segregação. Segundo Souza (2007):

“Os situacionistas contribuíram muito no pensar a cidade. Vejamos: a marginalidade processual das pesquisas deu atenção à rede de territórios e ao poder das zonas psíquicas na cidade; a militância contra o funcionalismo sinalizou a desorganização dos territórios sociais pelo urbanismo; a vida nos “guetos” europeus percebeu a cidade como observatório dos grupos subalternos e insubordinados, num terreno de luta de classes; e a posição crítica situou o social como condição para as proposições no urbanismo.” (SOUZA, 2007, p. 9 – 10)

Isso, pois, para os situacionistas a arquitetura era a forma “mais simples de *articular* o tempo e o espaço, de *modular* a realidade, de formar sonhos” (IVAIN, 1958/2007, p. 22). Essa articulação e modulação não se referiam a questões estéticas, mas à criação de influências para o progresso da sociedade. Tanto é que tratavam o complexo arquitetônico como aquele que “combinará parcial ou totalmente segundo a vontade de seus habitantes” (Ibid, p. 22), por isso tinham como necessário discutir e criticar a sociedade e sua relação com o consumo naquele presente momento. Para eles, a civilização era móvel, e a arquitetura “um meio para experimentar mil formas de modificar a vida, com vista a uma síntese que só pode ser lendária” (JORN, 1954/2007, p. 23). Sendo assim, a arquitetura é apontada por eles como a “realização última da evolução intelectual e artística, a materialização de uma fase da economia” (Ibid, p. 33), pois a “criação arquitetônica implica na construção de um ambiente e o estabelecimento de um modo de vida” (Ibid, p. 33).

Desse ponto de vista, os situacionistas criticavam os funcionalistas, pois eles “ignoram a função psicológica dos ambientes” (JORN, 1954/2007, p. 31), aparentando uma funcionalidade que não cabe na prática do ambiente projetado. Não apenas isso, para eles os funcionalistas e formalistas são ideológicos, como apontado:

“É importante entender que este conservadorismo das formas é complemento ideológico, porque não é o resultado do não saber o que é a forma definitiva de um objeto, mas sim o fato de que nos sentimos perturbados quando não encontramos algum elemento de *deja vu* num fenômeno pouco familiar ... O radicalismo das formas é o resultado de que a gente se entedia quando não encontra algum elemento inesperado no conhecido. Uns podem achar este radicalismo ilógico, como fazem os defensores da padronização, mas não devemos perder de vista que esta necessidade humana é a única que faz possível os descobrimentos.” (JORN, 1954/2007, p. 32 – 33)

Nessa linha, o que transparece é que os membros da IS criticavam toda criação que difundisse um tipo de ideologia formalista. À luz dessa afirmação, os situacionistas posicionam a necessidade do estudo geográfico e urbanístico sob a metodologia da psicogeografia. Para eles a psicogeografia é uma ciência

experimental que estuda os efeitos do meio geográfico “em função de sua influência direta sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (DEBORD, 1955/2007, p. 36). Ou seja, a psicogeografia é uma investigação física do meio geográfico que busca desvendar questões referentes ao espaço urbano sob o que diz respeito a função social do mesmo.

Essas questões precisam ser investigadas, pois, segundo os situacionistas, existem questões de privilégio e conquista dentro do espaço urbano que são geridas por um sistema que faz parte de uma concepção burguesa de felicidade, pensamento este que também cabe à segregação socioespacial anteriormente estudada. Essa concepção é difundida sistematicamente de forma que tende a “converter a vida em um jogo apaixonante, e o contínuo menosprezo de todas as diversões para com o uso, na medida em que estas não podem ser desviadas para servir à construção de ambientes” (DEBORD, 1955/2007, p. 38). Assim, as pessoas são induzidas a terem pensamentos segregacionistas a respeito da cidade em que vivem, bem como são influenciadas a terem um certo tipo de consumo, daí o espetáculo descrito por Guy Debord (1973). Essa segregação social está presente na cidade e em sua vivência, e por isso:

“Entre diversos meios de intervenção muito difíceis, parece apropriada uma cartografia renovada para sua utilização imediata. A elaboração de mapas psicogeográficos, inclusive de diversos truques como a equação pouco fundada ou completamente arbitrária, estabelecida entre duas representações topográficas, pode contribuir para esclarecer certos deslocamentos de caráter não precisamente gratuitos, mas sim absolutamente insubmisso às influências habituais. As influências deste tipo estão catalogadas em termos de turismo, droga popular tão repugnante como o lazer ou a compra a crédito.” (DEBORD, 1955/2007, p. 44)

Um exemplo da prática psicogeográfica foi apontado por Guy Debord (1955/2007, p. 44): “recentemente, um amigo me disse que percorreu a região de Harz, na Alemanha, com a ajuda de um mapa da cidade de Londres cujas indicações havia seguido cegamente”. Para ele, esse exercício apesar de ser apenas um início na concepção do futuro da arquitetura e urbanismo, serve de como exemplo da percepção do ambiente urbano (DEBORD, 1955/2007, p. 45).

Outro argumento da IS diz respeito ao urbanismo unitário. No texto “Fragmentos do documento fundacional por uma Internacional Situacionista”, de Guy Debord (1957/2007), o urbanismo unitário é explicado como aquele que emula, pela

união das artes e técnicas, o meio qual permeia (DEBORD, 1957/2007, p. 49). Assim, nele:

“A arte integral, da qual tanto se fala, não pode realizar-se a não ser em nível de urbanismo. Porém não corresponderia a nenhuma das definições tradicionais da estética. Em cada uma de suas cidades experimentais, o urbanismo unitário atuaria mediante um certo número de campos de força que momentaneamente designaríamos com o termo clássico de bairro. Cada bairro poderá tender para uma harmonia exata e romper com as harmonias vizinhas; ou agir no sentido de uma máxima ruptura da harmonia interna.” (DEBORD, 1957/2007, p. 49 – 50)

Outra forma que concerne ao urbanismo unitário se refere a sua dinamicidade, “ou seja, tem estreita relação com o estilo de comportamento” (DEBORD, 1957/2007, p. 50). Desse modo, o espaço em desenvolvimento deve levar em conta as realidades da experimentação. Outra leitura sobre o urbanismo unitário é a de Kotanyi & Vaneigem (1961/2007), no sentido que o urbanismo unitário “é o contrário de uma atividade especializada; e reconhecer um campo urbanístico separado é reconhecer já toda a mentira urbanística e a mentira de toda a vida” (KOTANYI & VANEIGEM, 1961/2007, p. 101). Por isso, para os autores:

“O exercício elementar da teoria do urbanismo unitário será a transcrição de toda mentira teórica do urbanismo, desviando como um fim de desalienação: deve-se defender em todo instante da epopeia dos bardos do condicionamento; inverter seus ritmos.” (KOTANYI & VANEIGEM, 1961/2007, p. 102)

Sob essa perspectiva, a relação que os situacionistas buscam desenvolver com a arquitetura e urbanismo é de uma arquitetura livre, sob os efeitos do espaço em que está inserida. É a partir dessas observações psicogeográficas que serão possíveis intervenções no urbanismo. Sendo assim, para a IS, o complexo arquitetônico é o elemento mais reduzido dentro do urbanismo unitário; é a “reunião de todos os fatores que condicionam um ambiente ou uma série de ambientes diversos na escala da situação construída” (DEBORD, 1957/2007, p. 50). Isso, pois, para eles “o desenvolvimento espacial tem de levar em consideração as realidades sensíveis determinadas pela cidade experimental” (Ibid, p. 50). Esse pensamento sobre a arquitetura leva Debord (1957/2007, p. 51) a concluir que o futuro da arquitetura se fundamentará cada vez mais em situações do que fórmulas, pois dessa fundamentação surgirão novas formas, desconhecidas. Por este motivo, Debord (1959/2007) posiciona:

“Sabemos que o urbanismo unitário não tem fronteiras; que pretende constituir uma unidade total do meio ambiente humano onde as separações, do tipo trabalho/ócio, coletivos/vida privada, serão finalmente dissolvidas. Mas antes disso, a ação mínima do urbanismo unitário há de ser o terreno de jogos alargado a todas as

construções desejáveis. Este terreno terá o grau de complexidade dum cidade antiga.” (DEBORD, 1959/2007, p. 92)

Assim, a psicogeografia como metodologia busca, em um primeiro momento, criar jogos experimentais para poder, com essa primeira coleta de análise, criar soluções iniciais. Segundo Debord (1957/2007), “o progresso da psicogeografia depende em grande medida da extensão estatística de seus métodos de observação, porém principalmente da experimentação mediante intervenções concretas no urbanismo” (p. 52). Assim, somente com a experimentação, com o jogo situacionista, que nada mais é do que a própria experimentação psicogeográfica, existe a construção de situações e a criação de análises pertinentes aos estudos situacionistas. Esse jogo, para Debord (1957/2007):

“se distingue da concepção clássica de jogo pela negação radical do caráter lúdico da competição e de separação da vida corrente. O jogo situacionista não é alheio a uma escolha moral, à tomada de partido visando assegurar o reino futuro da liberdade e do jogo. Ele se relaciona à certeza do contínuo e rápido aumento do tempo livre, ao nível de força produtiva, típico de nosso tempo. Ele se relaciona ao reconhecimento do fato que se descortina diante de nossos olhos: uma batalha de tempo livre, cuja importância na luta de classes não tem sido suficientemente analisada.” (DEBORD, 1957/2007, p. 53)

Não apenas isso, o jogo situacionista se pauta, segundo Debord (1957/2007, p. 56), “pela destruição da moderna noção de espetáculo”. Sendo assim, deve-se quebrar a noção de unidade da vida (crente da divisão do trabalho), buscando a mudança, contrapondo ideologias, confrontando o espetáculo, a ideia burguesa de felicidade, bem como outros reflexos da vida capitalista.

Tendo em mente as propostas situacionistas, o texto “Teoria da Deriva”, de Guy Debord (1958/2007) apresenta a deriva como uma metodologia experimental. É importante ressaltar, antes de discutirmos a deriva situacionista, que essa atividade não se originou com a IS. Desde o século XIX existiam pessoas que vagueavam por Paris. Mais tarde, em 14 de abril de 1921, os membros do movimento Dadá fizeram a sua primeira excursão urbana na cidade parisiense (ver Figura 18), vagueando por lugares banais da cidade (CARERI, 2013, p. 71). Para Francesco Careri, autor do livro “Walkscapes: o caminhar como prática estética” (2013), “é através do dadá que se realiza a passagem do *representar* a cidade do futuro ao *habitar* a cidade do banal” (Ibid, p. 74). Assim, a IS ao trazer a deriva propõe um outro método de sua aplicação que não apenas um vaguear, mas como os dadaístas, tentam analisar essa experiências para melhor entender a cidade.

Figura 18 – Divulgação da *Grande Saison Dada*.

Fonte: CARERI, 2013.

Tratando, então, dos situacionistas, para Debord (1958/2007), a deriva é uma técnica situacionista de exploração entre ambientes, reconhecendo a psicogeografia e seus efeitos. Essa exploração pode ser feita tanto em uma cidade inteira, quanto em um bairro específico, ou até mesmo uma quadra, sendo que estabelecer um local para a deriva não é necessário, podendo simplesmente sair de casa e passar a derivar. O importante é que “o terreno apaixonadamente objetivo em que se move a deriva deve definir-se ao mesmo tempo de acordo com seus próprios determinismos e com suas relações com a morfologia social” (DEBORD, 1958/2007, p. 67). Caso venha a escolher um local, é importante dizer que o fato da área de seleção ser desconhecida ou familiar não necessariamente intervém no resultado (Ibid, p. 75). Além disso, escolher uma região espacial determinada para derivar “supõe tanto o estabelecimento das bases e o cálculo das direções de penetração” (Ibid, p. 74), sendo válido para se estudar mapas de âmbito ecológico como também psicogeográficos, bem como para retificar e/ou melhorar os mesmos. Apesar de poder, então, determinar o local da deriva, o importante é que “a parte da exploração é pelo contrário mínima comparada com a do comportamento desorientador” (Ibid, p. 75). Sendo assim:

“O sujeito é convidado a dirigir-se só, em uma hora marcada a um lugar que lhe fixe. Acha-se livre das pesadas obrigações do cotidiano, já que não tem nada a esperar. Sem, no entanto, ter levado esta ‘ocasião possível’ inesperadamente a um lugar que pode não conhecer, observa os arredores. Podem dar-se ao mesmo tempo outra “ocasião possível” no mesmo lugar com alguém cuja identidade não é previsível. Pode inclusive não tê-lo visto nunca, o que o incita a conversar com alguns transeuntes. Pode não encontrar nada, ou encontrar por acaso algo que o tenha fixado à “ocasião possível”. De todas as formas, sobretudo se o lugar e a hora foram bem escolhidos, o emprego do tempo e do sujeito terá uma mudança imprevisível. Pode inclusive pedir por telefone outra “ocasião possível” a alguém que ignora onde lhe foi conduzido a primeira vez. Há recursos quase infinitos para este passatempo.” (DEBORD, 1958/2007, p. 75 – 76)

Outro fator relevante na deriva é com quantas pessoas derivar. Apesar de Debord (1958/2007) ter posto o sujeito na citação anterior como derivando sozinho, pode-se derivar com mais de uma pessoa. O autor chega a esclarecer que “a divisão numérica mais produtiva consiste em vários grupos pequenos de duas ou três pessoas que chegaram a um mesmo estado de consciência” (Ibid, p. 71), pois com a análise destes grupos poderia se obter conclusões mais precisas. Apesar disso, o grupo de pessoas pode não ser segmentado em pequenos grupos, mas Debord (1958/2007) aponta que neste caso a deriva se fragmentaria em várias derivas simultâneas, o que não necessariamente é um problema, na verdade é de “grande interesse, mas as dificuldades que implicam não têm permitido organizá-la com a amplitude desejável até o momento” (Ibid, p. 71).

Para Debord (1958/2007), quanto a duração de uma deriva, a mesma pode ser considerada dentro um período de sono até o outro - o autor também aponta que se deve situar as últimas horas da noite como impróprias para a deriva. Apesar disso:

“Esta duração média da deriva só tem um valor estatístico, sobretudo porque raramente se apresenta real, já que não se podem evitar os interessados, ao princípio ou ao final da jornada, distrair uma ou duas horas para dedicá-las a ocupações banais; ao final do dia o cansaço contribui muito com este abandono. Além do mais a deriva se desenvolve a miúdo em certas horas fixadas casualmente, ou inclusas deliberadamente durante breves instantes ou pelo contrário durante vários dias sem interrupção. Apesar das paradas impostas pelas necessidades de dormir, algumas derivas bastante intensas tem se prolongado três ou quatro dias, e até mais.” (DEBORD, 1958/2007, p. 72)

Um outro apontamento do autor é de que apesar do campo espacial da deriva poder ou não ser determinado, o uso de meios de transporte (o autor cita o taxi) pode ser um obstáculo. Para ele, “se nos dedicarmos à exploração direta do terreno é que preferimos a busca de um urbanismo psicogeográfico” (DEBORD, 1958/2007, p. 74). Dessa forma o que fica implícito na fala de Debord (1958/2007) é que a deriva não possui uma metodologia correta de exploração, apenas algumas recomendações,

dada a divergência da análise resultante. Derivas mais longas e com mais pessoas resultam em análises diferentes das derivas em pequenos grupos e em menor tempo, por exemplo. A questão é que importa na deriva é definir as primeiras conexões psicogeográficas de uma urbe (Ibid, p. 76). Assim, com a experiência da deriva:

“Além do reconhecimento de unidades de ambiente, de seus componentes principais e de sua localização espacial, se percebe seus eixos principais de caminhos, suas saídas e suas defesas. Chegasse assim à hipótese central da existência de placas giratórias psicogeográficas. Medem-se as distâncias que separam efetivamente os lugares de uma cidade que não têm relação com o que uma visão aproximativa de um plano urbano poderia perceber. Pode-se compor, com ajuda de mapas velhos, de fotografias aéreas e de derivas experimentais, uma cartografia influencial que faltava até o momento, e cuja incerteza atual, inevitável antes que se tenha cumprido um imenso trabalho, não é maior que a das primeiras descrições, com a diferença de que não se trata de delimitar precisamente áreas dum continente, mas sim de transformar a arquitetura e o urbanismo.” (DEBORD, 1958/2007, p. 77)

Deste modo, é possível posicionar a deriva neste trabalho como uma metodologia para melhor compreender como a segregação socioespacial se apresenta na geografia campo-grandense. Para isso, o jogo da deriva, que será executado no subcapítulo 2.3, buscará com os artifícios da psicogeografia situacionista entender o espaço tanto social quanto físico em que se insere a segregação no sítio de Campo Grande. Essa busca é consoante com o escrito por Debord (1958/2007):

“As diferentes unidades da atmosfera e de moradia não estão, hoje em dia, exatamente demarcadas, sem aproximar-se dos limites mais ou menos extensos. O maior ganho que propõe a deriva é a diminuição constante desses limites, até sua supressão completa.” (DEBORD, 1958/2007, p. 77 – 78)

Com isso, a deriva serve a esta monografia como experiência para entender a atmosfera que permeia os diferentes bairros da cidade de Campo Grande, e futuramente, ao elaborar o projeto final deste trabalho, termos condições de estabelecer o real espaço de segregação socioespacial e psicogeográfico da cidade, bem como entender os aspectos que lhe concernem.

2.2.1. Paola Berenstein Jacques e a Estética da Ginga: percepções sobre as instalações de Hélio Oiticica e considerações quanto a deriva

Antes de realizarmos a experiência da deriva na cidade de Campo Grande, trazemos um estudo de caso do livro de Paola Berenstein Jacques, “Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica” (2003), como artifício para compreender a deriva em relação à arte, arquitetura e urbanismo – assim pretendendo

situar o leitor no campo expandido da arquitetura e urbanismo que estamos traçando quanto a leitura e realização do projeto desta monografia.

No livro, a autora estuda a obra de Hélio Oiticica e sua história como artista para melhor compreender o espaço urbano das favelas e sua arquitetura. Inicialmente, destacando aspectos do espaço onde a favela está inserida, trabalhando conceitos como os de heterotopia e utopia. Posterior a isso, ela elabora o conceito de fragmento como análise dos barracos nas favelas. Para a autora, os barracos são fragmentos porque nunca estão prontos, sempre se transformando. Dessa forma, para Jacques (2003):

“As construções numa favela - e, conseqüentemente, a própria favela - jamais ficam de todo concluídas. [...] A construção é quase cotidiana: é contínua, sem término previsto, pois sempre haverá melhorias ou ampliações a fazer. A maneira de construir, ao contrário da construção convencional, é implicitamente fragmentária, em função desse contínuo estado de incompletude.” (JACQUES, 2003, p.24)

Por esta análise, Jacques (2003) passa a adotar a construção na favela não como arquitetura, mas como bricolagem, e os “arquitetos-favelados” passam a ser chamados de *bricoleurs* (JACQUES, 2003, p. 24). O termo bricolagem é utilizado em referência à Levi-Strauss, autor que trata a bricolagem como o pensamento selvagem dos “primitivos”, assim, a construção das favelas, por ser selvagem aos olhos dos padrões da arquitetura, é tida como bricolagem.

Dessa forma, ao estudar a bricolagem na favela, e os “arquitetos-favelados”, Jacques (2003) evidencia o fato de que esta fragmentação da arquitetura nas favelas se dá pela necessidade de abrigo, pela função de proteção. Isso ocorre em vista da falta de recursos financeiros que possibilitem um pensamento a frente dessa necessidade básica dos *bricoleurs*. Assim:

“como os abrigos construídos pelos favelados estão mais próximos da bricolagem (e do vestuário) que da arquitetura, sua maneira de viver se aproxima mais da ideia de abrigar que de habitar. Isso muda a relação de temporalidade, já que a grande diferença entre abrigar e habitar vem do fato de que abrigar é da ordem do temporário e do provisório, enquanto habitar é da ordem do durável e do permanente. O abrigo é provisório mesmo que ele deva durar para a eternidade; a habitação, ao contrário, é durável, mesmo que vá desmoronar amanhã. É essa relação com a temporalidade que faz a diferença. É a diferença entre o ser e o estar. E, como a noção de ‘se tornar’ faz parte do estado provisório, o abrigo pode vir a se tornar habitação.” (JACQUES, 2003, p.26)

Sob esta análise a autora de “A Estética da Ginga” (2003) relaciona a experiência de Hélio Oiticica na favela da Mangueira com sua primeira obra, *Parangolés* (ver Figura 19). Para ela, essa experiência desencadeou no artista

descobertas como a de outra arquitetura, outra forma de sociedade, outra comunidade, outro ritmo (Ibid, p. 28-29). Na obra *Parangolés*, então, essa descoberta é mostrada pelos tecidos. Isso, pois, apesar das fachadas dos abrigos das favelas, conforme foram sendo aprimorados, serem mais formais, o interior desses abrigos é uma peça única, subdividida por tecidos ou plásticos para que haja a intimidade dos casais dentro do local. Assim, os tecidos fragmentados dos *Parangolés* de Oiticica refletem o espaço público/privado dos abrigos das favelas.

Figura 19 – Obra de Hélio Oiticica, *Parangolés*.



Fonte: CARERI, 2013.

Apesar de essa ser a obra mais conhecida do autor, não nos interessa nesse estudo a não ser para introduzir a obra de Oiticica e mostrar sua relação com a arquitetura e com a Mangueira. Para compreendermos o espaço da deriva, precisamos entrar na discussão do Labirinto trazida por Jacques (2003). O labirinto é posto às favelas como parte da experiência de adentrar em uma. Mais do que isso, o labirinto é como a autora define o percorrer da favela, pois “é um espaço efetivamente labiríntico, tal é o emaranhado dos caminhos internos, e, ainda, como não há sinalização, placas, nomes ou números, qualquer pessoa de fora, ali, se perde facilmente” (JACQUES, 2003, p. 65). O único modo de não se perder na favela labiríntica, então, seria com um guia, seja este mapa ou pessoa.

O próprio nome do livro de Jacques (2003), *A Estética da Ginga*, é retomado para entender o labirinto da favela. Nesse momento, a ginga é explicada como o

“caminhar diferente, imposto pelo próprio percurso das vielas” (Ibid, p. 66). Essas ruas da favela estão sempre em um plano inclinado, tendo passagens enviesadas e pessoas pelo caminho. Por esta ginga, segundo Jacques (2003), “perambulando pelos meandros das favelas, compreendemos como as crianças do morro sabem dançar o samba antes mesmo de saber andar direito” (Ibid, p. 66).

Andando por este caminho labiríntico é que Jacques (2003) analisa o conjunto de obras os *Penetráveis* (para uma de suas obras *Penetráveis*, ver Figura 20), de Hélio Oiticica. Esses foram os primeiros trabalhos verdadeiramente denominados pelo artista como labirintos (Ibid, p. 68). Citando Jacques (2003), os *Penetráveis* são:

“prolongamentos lógicos dos Núcleos, também labirínticos: tábuas de madeira pintadas, suspensas por fios de náilon, que descem e, ao tocar o solo, formam paredes – os *Penetráveis*. Oiticica começa, então, deixando o campo da pintura – seus últimos quadros são os *Monocromáticos* – entrando no da escultura, com os *Relevos espaciais* e *Núcleos*, para, enfim, através dos *Penetráveis*, chegar ao domínio da arquitetura.” (JACQUES, 2003, p. 68)

Figura 20 – Penetrável PN1 de Hélio Oiticica.



Fonte: <https://www.nytimes.com/2017/07/13/arts/design/cool-heat-an-art-outlaw-who-still-simmers.html>

Essa relação com a arquitetura é também explicitada por Oiticica, não ficando apenas na fala de Jacques (2003). Hélio Oiticica posiciona a arquitetura como o “sentimento sublime de todas as épocas, é a visão de um estilo, é a síntese de todas

as aspirações individuais e a sua justificativa mais alta” (Ibid, p. 68). Para ele, ao realizar estes labirintos em sua obra, o mesmo pretende:

“que a estrutura arquitetônica recrie e incorpore o espaço real em um espaço virtual, estético, e num tempo, que é também estético. Seria a tentativa de dar ao espaço real um tempo, uma vivência estética, aproximando-se assim do mágico, tal o seu caráter vital. O primeiro indício disso é o caráter de labirinto, que tende a organizar o espaço de uma maneira abstrata, esfalecendo-o e dando-lhe um caráter novo, de tensão interna. O labirinto, porém, como labirinto, ainda é a ideia abstrata mais próxima a arquitetura estática no espaço. Seria uma arquitetura estática desenvolvendo-se até tornar-se espacial. Seria portanto a ponte para uma arquitetura espacial, ativa, ou espaço-temporal.” (JACQUES apud OITICICA, 2003, p. 68)

Assim, essa organização do espaço de forma abstrata demonstrada nos *Penetráveis* (outro exemplo da série *Penetráveis* pode ser visto na Figura 21) é também imposta ao espectador, pois, o mesmo pode entrar na obra, permeando-a e podendo modificar a posição das placas que compõe a mesma. Deste modo, “os espectadores tornam-se participantes e passam a ser os construtores de seus próprios labirintos” (Ibid, p. 71).

Figura 21 – Penetrável Filtro, obra de Hélio Oiticica.



Fonte: <https://aia-luisagrassi.blogspot.com/2012/05/helio-oitica-e-os-penetraveis.html>

Evidentemente, a vivência de Hélio Oiticica na favela da Mangueira lhe trouxe essa ampliação da perspectiva sobre as favelas, mas suas obras *Penetráveis* ainda

não estavam completas sem a obra *Tropicália* (ver Figura 22). Segundo Jacques (2003), “*Tropicália* é um ambiente constituído de dois *Penetráveis* – A pureza é um mito e *Imagética*” (Ibid, p. 75), estes dois *Penetráveis* estão “dispostos num cenário tropical, com plantas e araras; no chão, caminhos de areia, de cascalho ou de terra, que meio-escondem poemas-objetos” (Ibid, p. 75). Com esse ambiente, Oiticica demonstra mais explicitamente sua relação com a vivência na favela da Mangueira e sua urbanidade. A respeito disso, Jacques (2003) afirma:

“Oiticica jamais escondeu a influência direta da Mangueira no seu novo trabalho, uma espécie de prolongamento dos ‘Parangolés’, também inspirado na arquitetura das favelas. Mais aqui ele muda de escala: em lugar do abrigo para o corpo, em lugar do barraco, representa o morro inteiro em ‘*Tropicália*’.” (JACQUES, 2003, p. 75)

Figura 22 – *Tropicália* PN2, instalação de Hélio Oiticica.



Fonte: <https://www.nytimes.com/2017/07/13/arts/design/cool-heat-an-art-outlaw-who-still-simmers.html>

A instalação *Tropicália* também busca da parte dos espectadores uma performance. Com as diferentes sensações de tato e visão que são possíveis com as texturas de *Tropicália*, Oiticica cria espaços inacabados, propondo experiências das

mais diversas. Segundo Jacques (2003), destoando do feito convencionalmente pelos arquitetos, “Oiticica, em vez de criar um espaço para determinado programa de usos e funções, propõe o espaço para, em seguida, deixar que sejam descobertos os usos e funções possíveis” (Ibid, p. 83). Sendo assim, esse labirinto a ser explorado, que é, então, a instalação *Tropicália*, se promove não como um lugar para se perder, mas para se encontrar, para buscar criar relações e perder as imagens estereotipadas do ambiente da favela. Essas instalações “são espaços de convívio, espaços para viver” (Ibid, p. 84).

Outro aspecto que Oiticica destaca tem relação com sua vivência na Mangueira. Para ele, *Tropicália* é um tipo de mapa, o que Jacques (2003) aponta como uma “cartografia sentimental” da vivência do artista (Ibid, p. 82). Para ela, os labirintos do artista “são espaços inacabados, sempre abertos às experiências” (Ibid, p. 82) e por isso a mesma associa à ideia de Labirinto. Sobre este labirinto, a autora de “A Estética da Ginga” (2003) posiciona:

“A complexidade do labirinto é temporal; quem se perde é aquele que acaba de surgir, que desaparece tão depressa quanto surgiu. É o aspecto desconhecido do porvir que cria a estranheza; e o estranho é também o estrangeiro, o que nos é estranho, o que não dominamos, porque desconhecemos. Conhecer um labirinto exige nele penetrar, nele se perder, para descobrir as armadilhas do caminho. Em cada escolha, a dúvida: ‘Pode ser que sim, pode ser que não’. Jamais sabemos se estamos no bom caminho; na realidade, não há bom caminho. A incerteza do caminho é intrínseca ao labirinto. O percurso é o próprio labirinto.” (JACQUES, 2003, p. 86)

Assim, entendemos que Hélio Oiticica, ao vivenciar e explorar o labirinto da favela da Mangueira pôde então compreender melhor as relações sociais, arquitetônicas e urbanísticas propostas naquele ambiente. Essa vivência tem relação com a deriva, pois o artista, sem conhecer a Mangueira anteriormente, explora a mesma, e dessa análise surgem como resultado as influências para suas obras. Dessa forma, a experiência na Mangueira, transcrita na obra *Tropicália*, reflete o resultado da experiência; é para ele um mapa sentimental.

Esta cartografia mental é o que nos interessa. Destacar que, sem pretensões anteriores à experiência da deriva, o ato de derivar pode nos trazer resultados e perspectivas diferentes das tradicionais, que não seriam as mesmas se fossem feitas com uma metodologia diferente. Ou seja, associando a deriva com as instalações de Oiticica, o que pretendemos é apontar como a metodologia, nesse caso, pode servir à prática de compreensão do ambiente urbano, bem como nos será útil a abordagem

dessa leitura obtida pela deriva à concepção e elaboração do projeto de intervenção urbana que será proposto nessa monografia. Com Berenstain e com os labirintos de Oiticica, podemos ver “que a experiência espacial pessoal e coletiva é primordial para constituir um labirinto e que é impossível ter-se qualquer previsão (projeto) dessa experiência sensorial e subjetiva do espaço” (JACQUES, 2003, p. 97).

Finalizando este subcapítulo, Jacques (2003) faz alguns apontamentos a respeito da ideia de Labirinto:

“Contra a prática do planejamento urbano, a ideia do Labirinto nos sugere uma volta à cartografia, que reflete uma situação, acompanhando os movimentos de transformação da paisagem. Em lugar das cartografias (quase) militares do espaço real, podemos ver as cartografias da experiência do espaço, cartografias subjetivas, do próprio movimento. Cartografias da temporalidade, e não do tempo cronológico, como as anamorfoses. Não são cartografias da forma do percurso, mas da experiência do percurso, da ação de percorrê-lo, de descobri-lo.” (JACQUES, 2003, p. 97)

Assim, concordando com o pensamento dos situacionistas em relação ao desenvolvimento urbano, Jacques (2003) também revela a necessidade de voltar a descobrir os ambientes urbanos e suas anamorfoses. Tendo esse pensamento em mente, seguiremos para nossa própria deriva campo-grandense.

“Aspiro ao grande labirinto’ é a única frase escrita por Oiticica em seu diário, no dia 15 de janeiro de 1961, um domingo.”

(BERENSTEIN, 2003, p. 67)

2.3. A cidade das vivências - uma deriva campo-grandense

Como vimos anteriormente, a deriva não precisa ser programada, mas caso possua algum tipo de programação isso não necessariamente afeta os resultados de sua metodologia. Com isso em mente, trazendo o método psicogeográfico da deriva situacionista a Campo Grande, nesse subcapítulo pretendemos analisar a segregação socioespacial na cidade pelo exercício da deriva.

De início, é preciso que voltemos ao mapa feito a respeito da segregação socioespacial em Campo Grande (ver figura 13). Ao discutirmos sobre o assunto no subcapítulo 1.3, identificamos como problema maior a situação dos bairros Aero Rancho e Nova Lima, bairros estes que possuíam, em 2010, as maiores populações da cidade e uma renda per capita de menos de um salário mínimo. Nesse mesmo mapa, identificamos a grande região de concentração de renda, localizada entre a região Centro e Prosa na cidade, mais especificamente nos bairros TV Morena, São Bento, Itanhangá, Centro, Jardim dos Estados, Autonomista, Santa Fé, Chácara Cachoeira e Carandá.

Esses dois destaques, de regiões de mais baixa renda e maior população, bem como da região de maior concentração de renda, serão os locais da nossa deriva. É importante destacar que sabemos da amplitude da segregação socioespacial no território campo-grandense, e que não pretendemos aqui restringir essa segregação apenas aos locais destacados anteriormente; a experiência seguirá pelas áreas ressaltadas acima apenas como uma forma de entender a dinâmica da segregação socioespacial, não ignorando o fato de que a mesma se estende por toda a cidade.

Assim, não existindo um caminho correto para a prática da deriva, o que propomos nesta experiência não é um roteiro, mas uma estratégia para conseguirmos derivar pela maior quantidade de lugares possíveis entre os bairros que destacamos. Com isso, dividiremos este subcapítulo em uma estratégia inicial de abordagem da deriva, seguida por relatos sobre a deriva executada e em sequência serão expostas

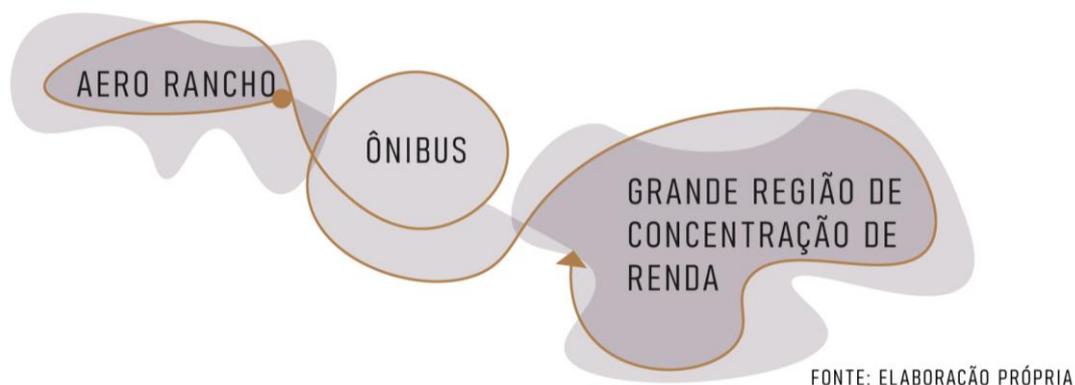
algumas conclusões sobre a experiência, levando em consideração as sensações vivenciadas através dessa metodologia concernentes aspectos conceituais da teoria da deriva.

2.3.1. Uma forma de abordagem

Antes de derivarmos por Campo Grande buscando analisar a segregação socioespacial, pensamos sobre a estratégia para conseguir realizar esta deriva pelo maior número possíveis de bairros que foram discutidos anteriormente. Esse pensamento está esclarecido abaixo:

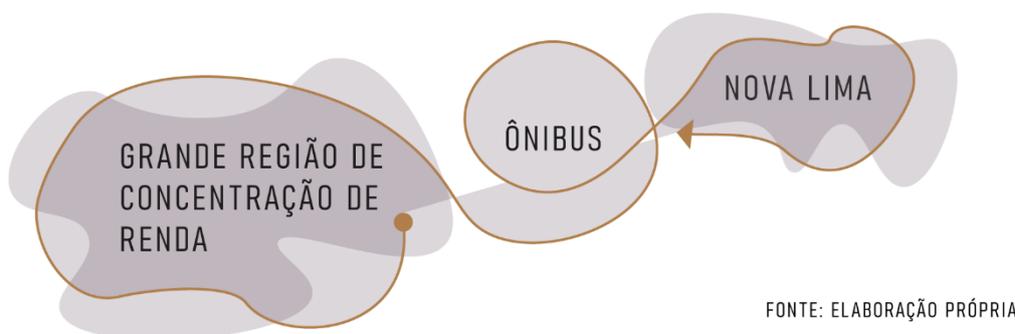
1. Entendemos que não existem requisitos para explorar a segregação socioespacial pelo método da deriva, porém, para compreender melhor as diferenças entre os bairros de maior e menor concentração de renda, pensamos que se vivenciarmos cada bairro separadamente e então compararmos ambas experiências;
2. Por isso, decidimos derivar separadamente entre os bairros de alta e baixa renda, nos utilizando do transporte público como mediação pela deriva. Esse percurso utilizando o transporte público também vem com a proposta de entender como se dão as mudanças psicogeográficas entre esses bairros segregados, sendo a experiência do transporte público uma deriva em si mesma.
3. Também foi decidido que, por termos destacado dois bairros de mais baixa renda situados em locais opostos da cidade, essa deriva seria feita em dois dias. Isso nos possibilitará explorar tanto os dois bairros de mais baixa renda destacados, quanto explorar mais amplamente a grande região de concentração de renda.
4. Dada essa possibilidade de deriva em dois dias, dividimos então o primeiro dia para efetuarmos uma experiência pelo bairro Aero Rancho, seguido do uso do transporte público para o bairro TV Morena. Essa escolha foi feita pela proximidade entre os dois bairros, o que reduz nosso tempo no tráfego. Ao chegar no bairro TV Morena, derivaremos na grande região de concentração de renda. Pode-se observar essa intenção de fluxo na Figura 23.

FIGURA 23
DIAGRAMA DO PRIMEIRO DIA DE DERIVA



5. No segundo dia, faremos o caminho inverso. Isso, pois, assim a experiência tem novas possibilidades de compreensão. Assim, sairemos do bairro Santa Fé, situado na grande região de concentração de renda, derivando pela grande região, onde pegaremos o transporte público até a região do Nova Lima, seguindo o percurso a pé. Esse planejamento da deriva do segundo dia pode ser visto na Figura 24.

FIGURA 24
DIAGRAMA DO SEGUNDO DIA DE DERIVA



6. Esse percurso será feito pela autora e um acompanhante, procurando trazer mais segurança a experiência. A data escolhida são os dias 17 e 18 de junho de 2021. Para registro do experimento, será utilizado o aplicativo de celular Strava⁵ como forma de registrar o perímetro circulado. Também serão feitos registros com câmera fotográfica e celular.

⁵ O aplicativo Strava pode ser encontrado nas lojas de aplicativos celulares Play Store e App Store. Este aplicativo é uma rede social de ciclistas e corredores onde o usuário pode divulgar o percurso percorrido pelo mesmo na prática de seu esporte em questão para seus amigos, estejam estes dentro ou fora do aplicativo em questão.

É importante ressaltar que esta experiência será realizada no período de pandemia de Covid-19, em especial na cidade de Campo Grande, o estado da epidemia na cidade é determinado como bandeira vermelha⁶, o que sugere algumas restrições de fluxo na cidade. Dito isso, não pretendemos estender esse assunto nesta monografia, apenas ressaltar que esta realidade trará efeitos outros para a compreensão do ambiente.

2.3.2. Relatos do primeiro dia de deriva

O andar pela deriva nos leva a experienciar a cidade de uma forma diferente, com sentimentos e compreensões antes não vistos. Por este motivo, ao trazer os relatos a seguir, a linguagem adotada pode parecer diferente do restante da escrita desta monografia: assim isso foi feito buscando proximidade com as sensações vividas. As experiências que aqui serão relatadas também foram fotografadas, e algumas das fotos serão expostas aqui com objetivo de documentar a experiência. Dessa forma, o decorrer da deriva será separado em tópicos, onde serão apresentadas as percepções da autora, sendo que cada tópico será associado a uma ou mais fotografias, apresentadas juntamente ao relato, sendo a nomenclatura da foto feita respeitando o dia da fotografia (D1 para dia 1, D2 para dia 2) + o tópico do relato referente + o número da foto (pois alguns tópicos possuem mais de uma foto).

O primeiro dia do experimento da deriva foi em 17 de junho de 2021, seguindo o programado. Iniciamos nosso caminhar, eu e meu parceiro, Alberto Warmling, no restaurante Ki Sabores, localizado na Avenida Graciliano Ramos, nº 107, às 08:32.

1. Andamos pela Rua Miguel Ângelo até a Avenida Raquel de Queiroz. Enquanto fazíamos a caminhada, não usei a câmera para fotografar, fazendo apenas alguns registros no celular, pois estava insegura: a vizinhança se apresentava quieta, não haviam pessoas andando pelas ruas, apenas cachorros latindo pelas casas. No meio de uma das quadras havia uma igreja, a Congregação Cristã no Brasil, o que nos chamou atenção pois destoava das demais construções ao redor por seu bom estado de conservação e pela existência de uma cerca

⁶ A bandeira vermelha demarca a existência de um alto risco de contágio do vírus, sendo grande parte das atividades não essenciais para o funcionamento da cidade suspensas.

elétrica na grade que cercava o local: até então esse foi o primeiro lugar visto que tinha o equipamento instalado.

2. Haviam muitas residências com pouco acabamento, algumas em madeira e alguns terrenos baldios. Encontramos lixo pelas calçadas, e apesar de as mesmas estarem majoritariamente limpas não havia sinalização alguma no piso nem da rua e nem da calçada. Chamou minha atenção uma construção em especial, onde apenas restavam as paredes erguidas, com vazios no lugar de portas e janelas. Até então não havíamos observado movimento pelas ruas, e o terreno parecia inabitado.
3. Passamos pela Avenida Raquel de Queiroz. Nesse percurso havia um muro baixo com diversas propagandas, onde avistei uma pintura de uma janela que me chamou atenção. O andar pela avenida seguiu desconfiado, pois quando fotografei a pintura me senti observada.
4. Atravessamos para a Avenida Presidente Tancredo Neves. Já no início da caminhada pela avenida notamos lojas dos mais variados produtos, com preços mais baratos dos que os encontrados no centro da cidade, desde roupas até lojas de pets, mas não havia muito movimento pela rua. O que chamou minha atenção foi uma casa com vários tipos de objetos entulhados a frente, além de lixo espalhado pelo chão. Seguimos cerca de 4 quadras pela avenida até decidirmos virar para andar pelas ruas menores.
5. Entramos na Rua Luiz Arruda Camargo Neto, notando que as calçadas reduziram e muito de tamanho, sendo apenas possível a passagem de um pedestre pela mesma, rente ao meio fio e aos muros das casas. Não apenas o tamanho das calçadas reduziu, mas as ruas também eram bem estreitas, por esse motivo alguns carros optavam por estacionar subindo a calçada, o que impedia a travessia de pedestres. Caminhando pela região encontramos dois homens panfletando uma propaganda de internet por baixo custo. Nessa região haviam muitas casas geminadas e os muros tinham cerca de 2,5 a 3



D1.1.1



D1.2.1



D1.3.1



D1.3.2



D1.4.1



D1.5.1



D1.5.2



D1.5.3

metros, não passando disso. Algumas residências colocavam em cima dos muros cacos de vidro como forma de segurança. Não me senti insegura andando pelo local, porém uma certa claustrofobia com o tamanho da calçada me fez optar por andar na rua.

6. Encontramos uma praça na Rua Tokuei Nakao. Apesar de extensa, nela havia apenas um escorregador para as crianças, um banco e um campo gramado com traves de gol. A parede da lateral da praça estava cheia de grafites antigos, quase não sendo possível visualizar alguns deles. Ao atravessarmos a praça notamos que descendo a Rua Plínio Mendes dos Santos haviam homens trabalhando em um poste de energia por razões desconhecidas. Vimos também que um homem perambulava pelo lugar e gritava pela rua fazendo afirmações sobre sua condição financeira, segundo ele “ele tinha dinheiro e não precisava daquilo”. Nesse momento fiquei com medo pois o homem estava gritando e andando pelas ruas parecendo sem rumo. Também me deixou insegura o fato de que haviam alguns homens na Rua Tokuei Nakao observando a minha passagem e de meu acompanhante. Comecei a andar mais rápido para sair da região e meu acompanhante me perguntou o porquê de eu me sentir daquela forma, pois ele não tinha observado a postura dos homens com a forma que eu havia. Me senti com medo por ser mulher.
7. Andando pelo bairro chegamos a outro local que aparentava ser uma praça, porém que não possuía equipamento algum. Achamos o local um tanto estranho: existia uma casa de prostituição do outro lado da rua e na praça em frente ao local havia algo que poderia ser chamado de estacionamento dado os carros que ali estavam, estacionados no que identificamos como praça. Além disso, o terreno estava limpo, com árvores vistosas e não possuía gramado em grande parte da clareira que se formava ao centro. O que mais nos chamou atenção, e que mais nos fez questionar sobre o local ser uma praça, foi a existência de alguns restaurantes no arredor, que davam de frente para a Avenida Arquiteto Vila Nova Artigas, mas que no fundo (que dava para a praça) pareciam residências abertas para a clareira. Não foram feitos muitos



D1.6.1



D1.6.2



D1.7.1

registros sobre esse local pois dada a casa de prostituição fiquei receosa de alguém vir questionar sobre a intenção da foto.

8. Descemos duas quadras até a Rua Jornalista Valdir Lago, parando na esquina do Parque Ayrton Sena. O parque, nesse período de pandemia, é um dos pontos de vacinação contra a covid-19, porém naquele dia a vacinação não estava ocorrendo por falta de doses, o que me fez perguntar se o mesmo estaria aberto, e estava. Perto das dez horas da manhã entramos no parque. Assim que entramos haviam várias quadras para prática de esporte, o que me deixou surpresa. Seguimos caminhando em direção a uma quadra coberta, onde estavam postas as instalações para a vacinação. Andamos para de trás da mesma, observando a Avenida Vereador Thyerson de Almeida e o único prédio existente na região, o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, que se estendiam ao longe. Ao ir para de trás da quadra coberta notamos que a pista de caminhada dali estava em mau estado, além de conter lixo em seu perímetro. Por ali também haviam duas traves de gol formando um campo de futebol no gramado.
9. Paramos para descascar em uma árvore próxima a entrada da Avenida Vereador Thyerson de Almeida, onde permanecemos por cerca de 1hr. Ao retornarmos para a entrada da Rua Jornalista Valdir Lago, notamos 3 meninas de aparentemente não mais do que doze anos brincando sozinhas em um carrinho de bebê em uma das quadras de areia. Além disso, percebemos um garoto de cerca de 10 anos andando sozinho pelo parque. Notamos também a ausência de vigilantes na central policial existente no parque, central essa que estava em mau estado e aparentava estar abandonada. Essa percepção sobre o ambiente me fez sentir como se as crianças corressem perigo no local, pois estavam desprotegidas. Apesar de tudo, o parque me trouxe uma sensação de segurança, haviam pessoas praticando esportes e o gramado não estava comprido.
10. Saindo do parque, próximo às onze horas da manhã, andando pela Rua Jornalista Valdir Lago, notamos que as crianças brincando no



D1.8.1



D1.8.2



D1.9.1



D1.9.2



D1.10.1



D1.10.2



D1.10.3

carrinho de bebê que avistamos no parque anteriormente moravam na frente do local, pois elas se dirigiam a uma casa com sofá na calçada. Logo que saímos do parque havia um quebra-molas na rua, onde um homem atravessava com sua carroça e seu cavalo. Me senti mais segura naquela região por conta do pequeno fluxo de carros que circulava e a inexistência de homens parados observando a passagem, então passei a tirar fotos com a câmera fotográfica. Rente ao quebra-molas estava um senhor varrendo o meio fio da rua em frente à sua casa, enquanto seu cachorro observava a rua na beirada do portão aberto. A paciência do cachorro observando seu dono sem sair da residência me deu uma impressão de calma sobre aquele lugar.

11. Ao olhar para as ruas que cruzavam com a Jornalista Valdir Lago, avistamos um boteco “raiz” e decidimos que ali comeríamos mais tarde, mas continuamos na mesma rua que seguíamos pois eu queria contornar o parque e observar a Avenida Vereador Thyron de Almeida de perto. Seguindo a caminhada, ainda na mesma rua, notamos uma casa que se ocupava de uma parte da calçada para que os carros coubessem na garagem. Esse não era um problema para a passagem dos pedestres, mas é uma cena um tanto incomum e não tenho certeza da procedência legal dessa situação. Também avistamos em um dos cruzamentos de rua que havia um bueiro entupido no local, que aparentava estar neste estado a algum tempo pois a água estava bem suja.
12. Descendo a Avenida Ezequiel, que circunda o parque, notamos a existência de um pequeno estacionamento para o parque, seguido de uma entrada para o mesmo em direção a quadra coberta. Logo do outro lado da rua existia um comércio simples, porém bem cuidado, que vendia ovos a um preço muito barato comparado com o preço atual do mercado.
13. Chegando na Avenida Vereador Thyron de Almeida haviam pedintes no semáforo, bem como algumas pessoas atravessando a rua. Observei que apesar da largura da Avenida o fluxo de veículos não era



D1.11.1



D1.11.2



D1.12.1



D1.13.1



D1.13.2

alto, o que concluí que não era por conta do horário, já que era quase onze e meia da manhã. Também notei a existência de um rio no meio da Avenida, que estava aparentando descuido.

14. Após essa observação voltamos ao cruzamento da Avenida Ezequiel Ferreira Lima com a Rua Jornalista Valdir Lago e seguimos entrando na Rua Jornalista Valdir Lago, adentrando o trecho sem asfalto. Logo que entramos observei que havia uma parte da rua empoçada em frente a um terreno com muro sem reboque. Na frente desse muro estavam empilhados areia e brita em dois montes. Também havia na frente do portão do local um pequeno monte de entulho. Seguindo a rua, apesar de existirem muitas casas com muros sem reboco, havia uma casa de esquina na segunda quadra do trecho não pavimentado que aparentava ser nova, estava com o muro pintado, o telhado estava limpo e possuía telhas brancas, além de uma calçada limpa, sem mato (ali as calçadas eram majoritariamente descuidadas), que estava à venda.
15. Viramos na Rua Igarassú, essa também sem asfalto, onde logo na esquina havia uma construção com a porta que dava para a esquina fechada com tijolos, isso chamou nossa atenção. Notamos no meio da quadra uma senhora em frente à sua casa em pé observando a nossa passagem. Conforme fomos nos aproximando de sua residência ela entrou em casa, mas ainda olhava nossa passagem. A rua acabava depois de duas quadras, sendo que a construção em frente ao fim da rua era os fundos da Igreja Batista da Fé. Decidimos virar à direita, entrando então na Rua Abaté, com intenção de retornar para comermos no boteco encontrado anteriormente. Apesar da senhora nos observando, fiquei com a sensação de que a região era tranquila, ao menos se mostrava assim de dia.
16. Seguimos pela Avenida Presidente Tancredo Neves, onde andamos em direção ao boteco de antes, localizado na Avenida Engenheiro Lutero Lopes. Chamou minha atenção que apesar de ser nomeada avenida, a rua tinha o porte pequeno, cabendo apenas duas faixas de



D1.14.1



D1.14.2



D1.15.1



D1.15.2



D1.16.1

tráfego e duas de estacionamento. Lá, do outro lado da rua havia uma casa simples com anúncio de venda de gelo na frente. Essa residência chamou atenção não apenas pelo comércio informal, mas também pela quantidade de brinquedos infantis que estavam no telhado da mesma. O boteco se chamava “mercearia e conveniência Karolina” e tinha uma propaganda de batata frita em uma placa próxima as duas mesas lá existentes. Ao pedirmos a refeição a atendente explicou que a mesma não estava disponível, então escolhemos dentre as opções que nos foram dadas um aperitivo de salaminho e azeitonas. O aperitivo foi servido com quadradinhos de mortadela no lugar do salaminho, o que me fez sentir enganada.

17. Meio dia e meia saímos da mercearia indo em direção ao Terminal Aero Rancho. Para isso, foi feito o trajeto Avenida Engenheiro Lutero Lopes, Rua Jornalista Valdir Lago, Avenida Vila Nova Artigas, chegando a Avenida Gunter Hans, onde está o terminal de ônibus em questão. Apesar do horário, o terminal não estava cheio, o que nos chamou atenção. Pegamos o ônibus 112, ao meio dia e quarenta, em direção ao Terminal Morenã. Em seguida, no Terminal Morenã foi feita a integração para a linha 070, onde tive que ficar em pé no veículo, pois dessa vez não havia vaga para sentar.
18. Duas horas da tarde descemos no ponto de ônibus quase esquina com a Rua Bom Pastor, rua gastronômica famosa em Campo Grande localizada no bairro TV Morena. Me dei conta do horário e por isso decidi, ao invés de adentrar o bairro TV Morena para depois descer para o centro da cidade, ir rumo ao bairro Itanhangá, pois ainda tínhamos um longo caminho a percorrer.
19. Andamos pela Rua Rodolfo José Pinho, onde ficou nítida uma diferença na sinalização das ruas, principalmente na pintura do asfalto, já que a rua foi pintada a apenas alguns meses. Saímos para a Rua Pau Brasil, que fica no bairro Jardim Bela Vista (vizinho ao Itanhangá) e nos deparamos com casas de muros pintados de cores claras e calçadas majoritariamente em bom estado. É importante ressaltar que



D1.17.1



D1.18.1



D1.19.1



D1.19.2

a obrigatoriedade do piso tátil não é cumprida fidedignamente em nenhum local da cidade exceto alguns condomínios fechados, porém ao contrário do bairro Aero Rancho, onde não me recordo de ter visto essa importante sinalização, o bairro Itanhangá já apresenta alguns locais com o mesmo instalado. Não apenas isso, as calçadas estavam em sua maioria limpas, algumas com pedras brancas que aparentavam não ter passagem alguma de pedestres pela região.

20. Seguimos pela Rua Dona Joana, onde avistamos muros altos e uma escola em funcionamento, a Escola Harmonia. Viramos na rua da fachada da escola (Rua José Caetano), onde existia uma pequena praça triangular, quase que uma rotatória, cercada de carros. Esta foi a primeira vez que identificamos uma quantidade grande de veículos estacionados pela rua. Além disso, notamos um terreno baldio de aproximadamente 4 lotes padrões em frente à escola, porém que estava cercado por uma grade branca. Naquela rua foi possível visualizar ao fundo parte do trajeto que percorreríamos, já que o bairro Jardim Bela Vista não tem esse nome atoa; é possível ver, entre a baixada e a sequente subida que existe entre o local e o centro da cidade, uma vista muito bonita.

21. Passando a Rua dos Vendas, pela Rua Piraju, comecei a me sentir em casa, já que resido no bairro que entramos, o Itanhangá, sendo difícil ignorar os fatores sentimentais que envolviam a minha passagem pela região. Ficou ainda mais difícil me dar o direito de perder-me em um local onde conheço todas as ruas, onde passeio com meu cachorro com toda sensação de segurança. Notei esse sentimento muito claro dentro de mim e tentando ainda assim separar-me daquele lugar observei algumas peculiaridades que não havia encontrado no Aero Rancho, e que apesar de naturalizadas por mim no cotidiano, eram claras evidências da diferença entre os bairros; os muros daquela região ou são mais altos ou não existem e alguns possuem cercas vivas. Além disso, duas casas se destacaram, uma de tijolinho a vista com uma grade de cerca de 1,5m que dividia o terreno da mesma, onde logo na entrada avistava-se uma grande janela com vasos de cerâmica



D1.20.1



D1.20.2



D1.21.1



D1.21.2

portuguesa expostos para a rua, e outra na quadra seguinte, onde o muro foi substituído por vidros temperados que permitiam visualizar o jardim de entrada ornamentado com orquídeas floridas.

22. Seguimos a Rua Piraju em direção à Rua Chaadi Scaff, onde visualizamos um grande fluxo de carros. Nessa rua foi possível visualizar novamente um cuidado com a pintura das faixas de pedestre, bem como as demais sinalizações, todas bem dispostas. A Rua Chaadi Scaff foi também recapeada a não muito tempo atrás, junto com a Rua Rodolfo José Pinho. Observei que na rua em questão haviam muitos casarões, alguns desgastados pelo tempo e o descuido, e alguns com guaritas a frente. Descendo esta rua movimentada estava localizada, quase esquina com a Rua Joaquim Murtinho, a praça Itanhangá. Essa era a praça onde eu ia quando criança. Em sua frente havia um carro onde eram vendidos frutas e doces, estacionado no estacionamento do parque.

23. Ao entrarmos no local avistamos uma moça passeando com duas crianças, o que me fez lembrar da minha infância. A praça estava em bom estado, com grama cortada, lixeiras espalhadas pelo local, o parquinho e a academia ao ar livre estavam limpos. Passando pela pista de caminhada foi possível observar uma parede repleta de grafites, onde havia uma arte em homenagem a Conceição dos Bugres. O ambiente era calmo e me trazia uma sensação de segurança, apesar de não ter visto nenhum guarda no local. Também havia uma quadra e um coreto, onde eu já realizei uma apresentação escolar quando pequena. Paramos para descansar brevemente na fonte desativada que existe no centro da praça.

24. Logo em seguida atravessamos a Avenida Ricardo Brandão, onde ficou clara a diferença com os cuidados do córrego Prosa, que passa pela avenida, quando comparado com o Rio Anhanduí, encontrado na Avenida Vereador Thyron de Almeida, no bairro Aero Rancho. Notamos que, além das árvores próximas ao córrego serem ipês



D1.22.1



D1.22.2



D1.23.1



D1.23.3



D1.23.2



D1.23.4



D1.24.1

vistosos e a vegetação rasteira estar bem cuidada, haviam homens trabalhando na melhoria das barragens do local.

25. Subimos então a Rua Bahia, que dá sequência a Rua Chaadi Scaff, e decidimos entrar à direita, na Rua Alberto Neder, onde encontramos na quadra seguinte o Comper Joaquim Murtinho. Atravessamos o mesmo dentro de suas instalações, aproveitando para comprar um chocolate, e subimos a Rua Castro Alves. Nesse trajeto adentramos o bairro Centro, onde observei diferenças entre o bairro anterior, já que as casas ali localizadas aparentavam serem antigas, seja por sua arquitetura ou a falta de pintura. Além disso, a sinalização parecia não ser nova como a observada no bairro anterior.
26. Subindo a Rua Castro Alves, observamos uma viela com casas que diferiam do restante, se tratando da Rua Boa Vista, e decidimos andar por aquela quadra, mesmo que estivéssemos com uma sensação de falta de segurança sobre o lugar. Na rua, as primeiras casas tinham muros de tijolo sem reboco, o lugar não possuía calçada alguma e seu asfalto estava todo remendado. Mais a frente na mesma quadra, o cenário começou a mudar, haviam um poste instalado, o que forçou um pequeno trecho de calçada a existir por ali, e apesar das primeiras casas vistas, vimos agora que haviam algumas que possuíam acabamento.
27. Saindo da viela, três e quarenta da tarde, subimos para a Rua 15 de Novembro, onde novamente o fluxo de carros era constante, visto que a mesma é uma rua importante da capital. Ainda naquela mesma rua os prédios começaram a ficar mais próximos e o barulho dos carros mais alto. Andamos apenas uma quadra por ali e decidimos subir, chegando a Avenida Afonso Pena, a mais famosa da cidade. Nessa avenida existe um canteiro central com uma ciclovia em bom estado, um gramado vistoso com vegetação típica, além de um grande movimento de veículos. Em especial, no cruzamento que estávamos na Rua 25 de Dezembro com a Avenida Afonso Pena, estava localizada a Prefeitura de Campo Grande.



D1.25.1



D1.25.2



D1.26.1



D1.27.1



D1.27.2

28. Subindo a Rua 25 de Dezembro, na Rua da Paz, rua seguinte a avenida, está situado o prédio do Fórum de Campo Grande. Viramos na rua seguinte, a Rua José Abrão, notando uma densificação na quantidade de carros estacionados na rua, praticamente lotada. A Rua José Abrão termina em uma mini rotatória, onde estão 3 bancos brancos instalados. Eram quatro horas da tarde quando passamos pelo local.
29. Seguimos por uma das ruas que dão na rotatória, a Rua Oswaldo Cruz, virando na conhecida Rua Euclides da Cunha, uma das principais ruas do bairro onde estávamos, o Jardim dos Estados. Continuando nosso percurso subindo a rua, onde notamos que algumas das butiques estavam lotadas de carro, o que chamou a atenção especialmente por estarmos em tempos de pandemia e o comércio estar com restrições. Durante a passagem observamos a quantidade de locais que estavam à venda, e também que nessa região haviam mais prédios residenciais do que nas demais anteriormente visitadas.
30. Decidimos entrar na Rua Espírito Santo para observar melhor as casas da região, vendo muitas casas com bastante vegetação e pintura recente. Passamos pelo hospital Unimed, na Rua da Paz, onde notei na esquina uma residência construída por um arquiteto famoso na cidade.
31. Seguimos pela Rua da Paz, atravessando a Avenida Ceará, que nesse momento estava em uma de suas horas mais cheias, com muito movimento de carro. Após essa passagem, os prédios residenciais aumentaram ainda mais em quantidade - entrávamos agora no bairro Santa Fé, onde está localizado o Shopping Campo Grande.
32. Viramos na Rua João Akamine, que terminava em uma praça pequena em frente ao estacionamento do Carrefour, no Shopping Campo Grande, com vista para a cidade. Ali foi o momento onde menos me senti segura em todo o trajeto na grande região de concentração de renda, pois o local é conhecido por ser região de assaltos. Por este motivo, apesar da minha grande vontade em registrar com a câmera



D1.28.1



D1.28.2



D1.29.1



D1.29.2



D1.30.1



D1.31.1



D1.31.2



D1.32.1

fotográfica o local, optei por não o fazer, tirando apenas algumas fotos com o celular. Era cerca de cinco horas e vinte minutos da tarde quando decidimos sentar no meio fio de um prédio em frente a praça para pedirmos Uber e terminamos por ali nosso primeiro dia de deriva.

Toda a caminhada que se estendeu no primeiro dia, juntamente com o trajeto feito no transporte público, resultou em um percurso de 33,56 km, de seis horas e vinte minutos de duração. O trajeto foi coletado pelo aplicativo Strava e pode ser visualizado a seguir, na Figura 25.

Figura 25 – Trajeto do primeiro dia de deriva.



Fonte: Aplicativo STRAVA.

2.3.3. Relatos do segundo dia de deriva

No segundo dia de deriva estávamos cansados, com bolhas nos pés do dia anterior. Partindo do Quiosque do Poeta, localizado na Avenida do Poeta, às oito e cinquenta da manhã, eu e meu parceiro, Alberto Warmling, fomos caminhando pelo bairro Chácara Cachoeira.

1. Quando chegamos o quiosque estava fechado e decidimos andar pela Rua Artúrio, que cruzava com a avenida em questão. Logo de início achamos o bairro meio sem vida, as casas eram todas bem cuidadas, não haviam pessoas andando pelas ruas e a infraestrutura era semelhante ao que tínhamos avistado nos bairros da grande região de concentração. Por este motivo, decidimos virar na Rua Junquilhos, pegando a Rua Imbé, onde estava situada uma praça, a Praça Jamil Nahas. Passando pela rua enquanto observávamos a praça não notamos nenhum equipamento público na mesma, apenas um extenso gramado com vegetação. A calçada em torno da praça era aparentemente o único local com piso que não era vegetal. Chegando na esquina, observamos algumas pessoas fazendo um piquenique no lugar.
2. Viramos na Avenida Centaurea, onde notamos um aumento nos locais não-residenciais no bairro. Ali encontramos a primeira construção religiosa que não fosse uma igreja protestante, o Centro Espírita Renovando Atitudes. A Avenida Centaurea acabava em um dos condomínios fechados da região, o Condomínio Parque Avenida, na Rua Gardênia. Na Rua Gardênia, ao lado da entrada do Condomínio Parque Avenida, havia um grande paredão que parecia não ter fim até a Avenida dos Poetas, que se tratava do fundo de outros condomínios da região. Enquanto isso, do outro lado da entrada do condomínio havia a Rua San Marino e o fim da Rua Gardênia, onde estava uma casa muito diferente das demais da região por seu mau estado, e que estava à venda.
3. Essa casa se destacou das demais pois nela a calçada era cheia de terra, que vinha de dentro do terreno, e também tinha muita terra aparente. As grades da casa eram baixas e haviam dois cachorros latindo para nós enquanto passávamos. Essa era a única casa do fim de rua da Rua Gardênia; o restante da rua era um grande matagal sem fim, que supomos ser algum tipo de área



D1.1.1



D1.2.1



D1.2.2



D1.2.3



D1.3.1

de preservação. Em frente à casa havia um terreno de esquina que estava baldio e à venda.

4. A rua que não a Rua Gardênia era a Rua San Marino, que descia com vista ao Parque das Nações, de encontro com a Avenida Afonso Pena. Nela observamos mais um condomínio, e enquanto passávamos uma viatura policial trafegava por lá; a primeira que vimos em nossa deriva. Mais próximo à Avenida Afonso Pena, havia um grande terreno baldio na região, o que nos fez pensar sobre a especulação imobiliária daquele lugar. De esquina com a avenida estava localizado o Santuário Nossa Senhora da Abadia, igreja católica localizada onde antes era uma boate.
5. Atravessamos a Avenida Afonso Pena, rumo ao Parque das Nações Indígenas, enquanto notamos um homem que aparentava ser morador da região passeando com seus cachorros enquanto falava com alguém ao telefone. Eram nove e vinte da manhã. Logo na entrada do parque, à nossa esquerda, estava o Museu das Culturas Dom Bosco, o que nos chamou a atenção por seu tamanho e por estar dentro do parque.
6. Andando pelo parque, observamos uma grande área cercada que ao fundo se lia “Eipmmont. Cavalaria 2021”, o que imaginei ser referente à cavalaria do exército. Logo após essa área, estava localizada a central de manutenção do parque, onde haviam dois carros de mini golf utilizados pelos vigias para andar pelo local.
7. Continuando o passeio pelo parque, passamos por uma parte da pista de caminhada mais rente à rua, onde observamos um condomínio residencial com sobrados do outro lado, conhecido por ser o local onde moram alguns servidores públicos. Nessa mesma região, dentro do parque, havia um playground reformado, mas não haviam crianças brincando. Logo em sequência havia uma entrada para o parque; toda a caminhada pelo parque era tranquila e sozinha, tendo encontrado apenas um casal caminhando pelo percurso.
8. Avistamos uma quadra de areia bem grande e mais algumas quadras com diversas possibilidades de uso, que estavam em bom estado. Em uma dessas



D1.4.1



D1.5.1



D1.6.1



D1.6.2



D1.7.1



D1.7.2



D1.8.1

- quadras estavam seis meninos adolescentes jogando basquete. Essa parte do parque também é próxima à rua, e observamos que do outro lado dela havia um conjunto de prédios residenciais de alto padrão, que aparentava ser de onde os garotos vieram, visto que estavam desacompanhados e havia apenas uma bicicleta no local.
9. Sequencialmente, as quadras tinham uma pista de skate equipada com várias rampas para uso. O local estava repleto de grafites e me surpreendi com a limpeza da região. De lá era possível ver o Aquário do Pantanal se erguendo dentre as árvores, o que dava certa imponência para a construção que está sendo finalizada. Senti mais segurança quando vi que próximo ao local, ainda dentro do parque, havia um posto policial com algumas viaturas por lá. O lugar transparecia segurança, visto que este já era o terceiro local destinado a assegurar os frequentadores do parque da tranquilidade do lugar.
 10. Paramos para analisar a infraestrutura do Parque das Nações Indígenas e chegamos à conclusão que o local era bem servido, possuindo torneiras por todo o percurso, provendo água aos visitantes, além de terem limpeza e manutenção do local. A respeito das quadras, todas estavam bem pintadas, e os locais com piso de areia não aparentavam estarem sujos. Também não notamos no piso de asfalto do passeio nenhum tipo de buraco, apenas um leve apagado em algumas partes da ciclofaixa por lá existente.
 11. Próximo a uma das entradas, observamos a Concha Acústica, que já foi palco para grandes artistas um dia. Saímos do Parque das Nações pela Rua Antônio Maria Coelho, onde havia um grande estacionamento para servir o mesmo, que estava sendo ocupado por diversos carros, no que concluímos não estarem usando do parque, já que não avistamos muitas pessoas no local. Logo a nossa esquerda, na saída, estava o MARCO, Museu de Arte Contemporânea do Mato Grosso do Sul, e do outro lado da rua observamos a construção da futura OAB-MS. Ao lado da mesma está o prédio do Hospital Unimed Campo Grande.
 12. Seguimos na Rua Antônio Maria Coelho, rumo à Rua Antônio Theodorowich, onde está localizada na esquina o edifício residencial Le Corbusier, um dos mais requintados da cidade. Na Rua Antônio Theodorowich havia dos dois



D1.9.1



D1.10.1



D1.11.1



D1.12.1



D1.12.2

lados da rua grandes terrenos baldios, e no meio de um deles um ponto de ônibus. A localização desse ponto nos fez pensar que aquela rua não devia ser segura à noite para os que pegavam o transporte público. Até eu mesma, em plena luz do dia não me sentia segura ali.

13. Seguindo pela mesma rua e atravessando a Avenida Mato Grosso decidimos virar à direita e entrar no bairro Carandá, pela Rua Miraflores. Logo que entramos nesta rua, notamos uma diferença no tempo; o lugar era fresco, com árvores por todo percurso e um vento calmo que passava por nós, o que nos deixou calmos. A Rua Miraflores nos surpreendeu, pois estava repleta de casas grandes e vistosas, as mais bonitas que vimos até então, e se tratava de uma curva que acabava novamente na Rua Antônio Teodorowick. Logo depois da curva da rua, depois de uma casa gigantesca, havia um terreno baldio em que a calçada tinha uma grama baixa e onde havia uma árvore que fazia sombra. O local transpareceu tanta calma e frescor que decidimos sentar por ali um pouco.
14. O cansaço tomou conta de mim depois de toda a caminhada que havíamos feito no dia anterior e nesse, e voltando a Rua Antônio Teodorowick decidimos pegar um Uber até o Shopping Campo Grande para almoçarmos e pegarmos o ônibus. Eram onze e meia. Depois de almoçarmos, ao chegar no ponto de ônibus do Shopping Campo Grande, ao meio dia e quarenta, me surpreendi. Primeiro que o lugar estava recém pintado, e segundo que ao entrarmos no transporte um dos servidores do local oferecia álcool em gel para os passageiros, algo muito diferente dos ambientes de transporte público que havíamos passado, visto que nos demais, apesar de terem postos para lavagens das mãos, estavam sem sabonete ou álcool em gel para efetuar a limpeza.
15. Entramos no ônibus de linha 070, rumo ao terminal General Osório. Chegando ao terminal, às uma e dez da tarde, notei que o mesmo era o mais lotado até então, e o maior também. Lá fizemos integração para a linha 211, rumo ao bairro Nova Lima, passando pelo terminal Nova Bahia. Antes de descer no local o ônibus teve de fazer um desvio da rota programada, que deveria seguir



D1.13.1



D1.13.2



D1.15.1



D1.15.2

pela Avenida Marquês de Herval, mas passou pela Rua Dona Maria Isabel para desviar de uma obra que estava acontecendo na avenida.

16. Descemos na Rua Dona Maria Isabel às uma e meia da tarde, subindo a Rua Jeronimo de Albuquerque. Nessa rua havia uma casa que não possuía muro, de onde saía uma moça. A casa tinha um monte de brita em frente, sobre o gramado alto. A rua era uma subida onde haviam alguns comércios, em um deles um homem observava nossa passagem com a câmera fotográfica, o que me deixou insegura.
17. Viramos na Rua Júlio Prestes, que ficava logo após a Avenida Dona Carlota Joaquina, e em seguida pegamos a Avenida Cândido Garcia Lima. A quantidade de avenidas no bairro me impressionou, e ao andar pela Avenida Cândido Garcia Lima observamos alguns sobrados à venda no lugar. Essa avenida em questão possuía alguns coqueiros no canteiro central, o que chamou a atenção pois não havíamos observado essa vegetação nas demais avenidas.
18. Todo o bairro aparentava desenvolvimento, e parecia não ter fim. Após andar algumas quadras na avenida, observamos mais um conjunto habitacional, além de outra casa sem muro, essa feita de madeira e com o chão de terra batida, onde abrigava um carro antigo.
19. Viramos na Rua Botafogo, que tinha outra casa sem muros, de tijolos, sem reboco, dessa vez com dois varais em sua frente, ambos lotados de roupas.
20. Viramos então na Rua Alberto da Veiga, e em uma de suas quadras havia o mais próximo do que pensei ser uma praça no local; um terreno baldio, com mato e chão de terra batida, onde estavam dispostos na parte com mais chão de terra uma trave de gol e duas colunas segurando uma rede em um improvisado de quadra de futebol. Uma das ruas que circundava o terreno não era asfaltada, e vimos uma mulher agredindo seu cachorro (que aparentava ser um Pinscher por seu porte pequeno) que saiu de casa quando ela entrava com sua moto.
21. Entramos na Rua Alfredo Borba, que é perpendicular à Avenida Zulmira Borba, onde notamos em um dos terrenos baldios uma passagem entre estas duas vias supracitadas. O caminho estava demarcado pelo chão de terra batida,



D1.16.1



D1.17.1



D1.17.2



D1.18.1



D1.19.1



D1.20.1



D1.21.1

- dentre o mato do terreno, e nos fez questionar sobre a segurança do local, o que não me impediu de fazer um registro do lugar com a câmera fotográfica. Notamos que naquela região havia uma propaganda de internet sendo divulgada em panfletos grudados com fitas nas frentes das casas, muito semelhante ao que vimos acontecer no bairro Aero Rancho no dia anterior.
22. Andamos até chegar à Avenida Gualter Barbosa, onde havia uma tenda que vendia salgados por um real. Ali paramos para tomar um refrigerante, pois estava muito quente naquele dia. Fomos atendidos por um garoto que eu imaginei ter por volta de 12 anos, que morava ali com sua mãe e irmãos. A simplicidade do lugar e o carinho do garoto no atendimento me tocaram, e acabei levando alguns salgados para casa pra ajudar a família deles.
23. Subimos uma quadra até a Avenida Zulmira Borba. Eram duas e meia da tarde e já estávamos exaustos da caminhada, visto o tanto que andamos no dia anterior também. Por este motivo, decidimos descer a avenida até a Avenida Cônsul Assaf Trad, para concluirmos o experimento. Enquanto fazíamos esta descida, reparamos em um terreno privado com campo de futebol, o único local encontrado na região que aparentava estar bem cuidado para a prática de esportes.
24. O andar pela avenida me trouxe mais cansaço, e ao longe, na descida rumo a Av. Cônsul Assaf Trad, avistávamos os condomínios fechados da rede Alphaville, o que caiu como um presente para o meu trabalho; era inegável a existência da segregação naquela vista. Essa segregação ficou ainda mais clara quando reparamos que todas as ruas que cruzávamos a esquerda da descida da avenida eram ruas sem asfalto.
25. Fiquei triste por não ter disposição física de adentrar mais o bairro Nova Lima dado o cansaço, mas valeu a pena a visita. Chegando a Avenida Cônsul Assaf Trad, atravessamos a mesma e reparei na existência de uma ciclovia no local, que não estava no melhor dos estados e não possuía pintura. Ali, ao atravessar, nos dirigimos até à loja da Leroy Merlin ali localizada para pedirmos o Uber e terminarmos nossa deriva.



D1.23.1



D1.25.1



D1.24.1

2.4. Considerações sobre a deriva

Com os relatos fotográficos e textuais presentes no item anterior, poderíamos explicitar a segregação socioespacial na infraestrutura dos locais percorridos, e assim faremos, - os aspectos que envolvem o cuidado dos governantes com diferentes bairros de diferentes classes econômicas é uma questão real e auto evidente pelos relatos e dados apresentados anteriormente - mas não nos limitaremos a isso, já que buscamos também entender as diferenças sensoriais de cada ambiente percorrido pelo experimento da deriva.

De início, vale lembrar sobre essa nossa construção teórica no capítulo 1 a respeito da segregação socioespacial, quando destacamos alguns mapas que posicionam os locais onde há e não há a infraestrutura adequada na cidade. Esses mapas são os de coleta seletiva porta a porta (ver Figura 14), pavimentação urbana (ver Figura 15) e cobertura de rede de gás (ver Figura 16), que foram selecionados para que fosse feita a comparação sobre a presença de infraestrutura nos bairros da grande região de concentração de renda (região concebida pela autora que destaca os bairros com maior renda *per capita*, que também são alguns dos bairros com menor população da cidade), que incluem os bairros TV Morena, São Bento, Itanhangá, Jardim dos Estados, Centro, Autonomista, Carandá, Santa Fé e Chácara Cachoeira, bem como fosse comparado com os demais locais da cidade, em especial nos bairros que em 2010 foram apontados como de maior densidade demográfica da cidade e que apresentavam nessa mesma época a renda *per capita* de menos de um salário mínimo, os bairros Aero Rancho e Nova Lima.

Essa análise da segregação socioespacial no primeiro capítulo feita pelos dados disponibilizados pela PLANURB (Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano) nos mostrou geograficamente a existência da segregação socioespacial na cidade de Campo Grande. A identificação da espacialização da segregação na cidade a partir desses artifícios foi extremamente importante para a realização da deriva, pois a partir dos bairros apontados no primeiro capítulo como parte da grande região de segregação e os bairros com maior renda *per capita* e maior população é que selecionamos o percurso a se derivar.

Esse percurso feito no exercício da deriva trouxe novas perspectivas de análise para essa monografia. Isso, pois, o tema da segregação socioespacial pode até

parecer algo óbvio pela comparação dos dados apresentados no primeiro capítulo, porém, a partir da experiência da deriva, outros fatores entraram em cena. Vale destacar que a deriva não precisa ser programada, mas que especificar o local da experiência não necessariamente afeta o resultado da mesma, por isso foi possível o experimento nos bairros anteriormente destacados. Não atoa os situacionistas trabalham a deriva como parte da psicogeografia; apenas um pesquisador ativo tem acesso as informações consoantes ao experimento, pois, novamente, sem o exercício desse os dados seriam os únicos argumentos para a discussão. Por isso, após a realização da deriva como metodologia deste trabalho, ficaram claros alguns posicionamentos para a autora. Porém, antes de elaborarmos melhor sobre as aproximações feitas, é preciso retornar brevemente ao que discutimos a respeito da deriva no item 2.2 deste capítulo.

Retomamos então a influência do capitalismo no desenvolvimento da urbe como algo que afeta o comportamento dos indivíduos da cidade. Esse é o motivo da psicogeografia ser necessária, é uma ciência que estuda os “efeitos do meio geográfico”. O privilégio e a conquista burguesa, e o espetáculo de Debord (1973), são questões que a deriva busca investigar, como forma de buscar uma possível mudança futura dessa forma de vida disseminada pelo capital. A deriva foi, assim, apresentada anteriormente como “uma técnica situacionista de exploração entre ambientes, reconhecendo a psicogeografia e seus efeitos”.

Agora, após passar pelo experimento da deriva, a autora se vê como uma pensadora ativa, amparada pelas sensações espaço-temporais vivenciadas. Assim, os dados urbanísticos apresentados no capítulo 1 dessa monografia são agora complementados pelo experimento situacionista.

Um dos tópicos presentes nos relatos diz respeito ao cansaço, por exemplo. Esse cansaço foi associado ao declive e distância presente nos bairros derivados; o Aero Rancho é um bairro com relevo mais plano, onde foi possível percorrer uma maior quantidade de ruas sem a necessidade de descanso. O mesmo aconteceu nos altos do bairro Jardim dos Estados, rumo ao Santa Fé, onde o declive existia, mas não era tão rigoroso. Já na passagem do bairro Itanhangá para o bairro Centro e o começo do percurso do bairro Jardim dos Estados, bem como percorrendo o bairro Nova Lima, esse declive era muito maior, com longas subidas. A questão que queremos refletir

aqui é, se essa declividade era presente tanto na grande região de concentração de renda (ao caminhar nos bairros Itanhangá, Centro e Jardim dos Estados), quanto no Nova Lima (um dos bairros com maior população e menor renda *per capita*), por que o cansaço apareceu principalmente no caminhar pelo bairro nova lima?

Pode-se pensar que isso se daria por conta de já ser o segundo dia de caminhada e este ser o trecho final, o que gera uma ansiedade sobre o futuro descanso depois da deriva. Porém, é preciso levar em conta de que o percurso feito no segundo dia foi 10km a menos que no primeiro, sendo assim teoricamente os derivantes ainda teriam disposição para prosseguir a deriva por um pouco mais de tempo.

Tem-se a impressão de que há outros motivos para o cansaço não ter sido relatado no percurso do primeiro dia; havia um ambiente urbano agitado pelo barulho dos automóveis e com a paisagem mais polida que distraiam tanto a mim, pesquisadora, quanto meu acompanhante. Essa divergência no modo de como um percurso com as mesmas características de relevo tem em bairros de diferentes classes econômicas também concerne a respeito da segregação socioespacial e apenas através os relatos da experiência da deriva é que foi possível refletir sobre isso.

Outra sensação experimentada durante o percurso, que gera uma reflexão até mais direta em torno do tema da segregação socioespacial, diz respeito à sensação de segurança. Pensava-se constantemente sobre estar ou não segura em determinados locais do experimento, seja pelo fato dela estar sendo observada, seja pela falta de movimento nas ruas ou os latidos dos cachorros. Porém, a única vez que foi relatado como estando insegura na “grande região de concentração de renda” foi quando estava em uma quadra com terrenos abandonados em ambos os lados das ruas. Ou seja, é possível de se interpretar que a sensação de segurança não se refere ao medo direto, por alguém ou alguma ação, mas principalmente o ambiente urbano como um local que demarca a sensação de segurança. Mais ainda, sente-se até mesmo como um local hostil, que a presença das pessoas pode ser ameaçadora.

Existem outros fatores que explicitam, no entanto, a sensação de insegurança da autora nos bairros Aero Rancho e Nova Lima, como o fato de que não foi visto nenhuma viatura policial no percurso de nenhum bairro que não o Chácara Cachoeira,

bairro vizinho ao Parque das Nações Indígenas. Vale lembrar que no mesmo parque foram vistos um posto policial, um local destinado a cavalaria do exército e um local de manutenção do parque, o que a autora relatou como uma forma de sentir-se segura na região. Tratando dos bairros Nova Lima e Aero Rancho, o único posto visto no percurso foi o posto policial encontrado dentro do Parque Ayrton Senna, que aparentava estar abandonado, segundo descrito pela autora no tópico 9 nos relatos do primeiro dia de deriva.

Essa falta de vigilantes identificada no principal e maior parque dentre os bairros Aero Rancho e Nova Lima, bem como o reforço policial presente no Parque das Nações Indígenas, localizado na grande região de concentração de renda, reforçam não apenas uma maior infraestrutura presente na grande região, mas também a sensação de segurança sentida pela autora no percurso da deriva.

Outras figuras que podem ser contrapostas nesse cenário de análise da segregação podem ser encontradas quando tratado dos parques visitados em regiões de diferentes classes sociais. Traremos aqui, em oposição, de algumas capturas feitas no entorno e no percurso dos parques Ayrton Senna e Parque das Nações Indígenas, para que fique mais fácil a visualização das sensações espaço-temporais encontradas durante a deriva.

2.4.1. As brincadeiras das crianças nos parques

Figura 27 – Comparação entre fotografia d1.9.1 e fotografia d2.8.1



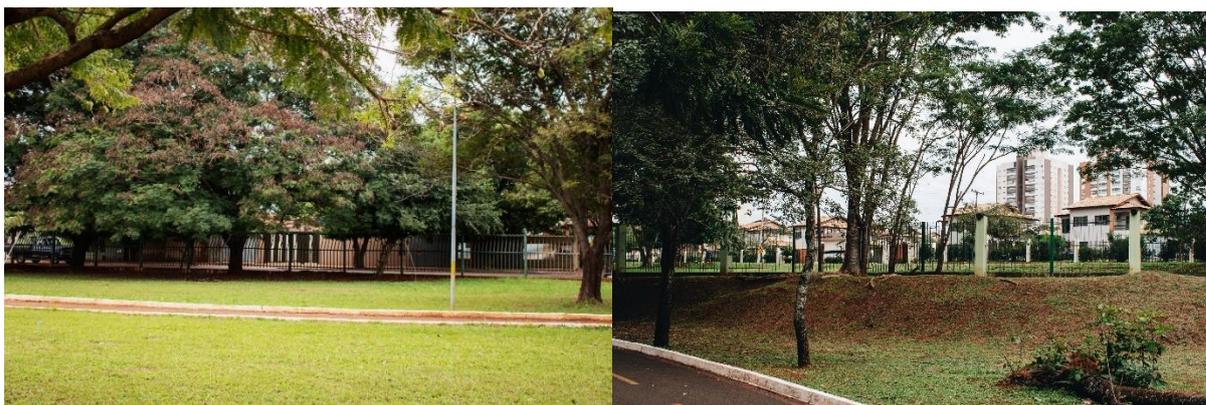
Fonte: autoria própria.

Visualizando a Figura 27, as meninas que não aparentavam ter mais de doze anos, descritas no primeiro dia, tópico 9, andavam desacompanhadas pelo Parque Ayrton Senna, brincando com um carrinho de bebê. A questão que mais chama a

atenção nesse cenário é que próximo a elas estava o posto policial abandonado do parque, o que causou preocupação. Contraposta a esta situação está o ocorrido no segundo dia, relatado no tópico 8, onde encontrou-se alguns garotos jogando basquete no Parque das Nações Indígenas. Nesse segundo cenário, havia um posto policial próximo as quadras, e nem passou pela cabeça dos derivantes questionar a segurança dos garotos ali presentes. Uma outra comparação possível diz respeito a residência desses menores; no primeiro dia, só foi identificada a proximidade da moradia das meninas pois acabamos percebendo a presença das mesmas em uma residência logo ao sair do parque, já no segundo dia, apesar dos garotos não terem sido avistados em rumo aos prédios próximos ao local, presumiu-se que ali moravam, sem nem mesmo se questionar se esta seria uma conclusão precipitada ou não.

2.4.2. As moradias através das grades dos parques

Figura 28 – Comparação entre fotografias d1.9.2 e d2.7.1



Fonte: autoria própria.

Ao andar pelo Parque Ayrton Senna e pelo Parque das Nações Indígenas, foram tiradas fotos através das grades dos locais (ver Figura 28), onde fica visível a diferença de classes sociais entre os moradores de ambos os bairros. Na fotografia do primeiro dia, de número 9.2, observando o entorno do Parque Ayrton Senna, em especial visualizando a Rua Jornalista Valdir Lago pelas grades, pode-se observar que as residências eram térreas, com fachadas lisas e portões metálicos onde parte do interior das residências fica visível. Também se observou que uma das casas na fotografia não possuía reboco, sendo a alvenaria visível. No segundo dia, ao andar pelo Parque das Nações Indígenas, também foi fotografada a Rua Antônio Maria Coelho através das grades do local, onde havia um condomínio conhecido por ser a

moradia de alguns servidores públicos. Na foto 7.1 do segundo dia de registros foi possível identificar os sobrados do residencial, que possuía portões de madeira e uma grade cercada de plantas arbustivas que criavam uma separação entre o interior do condomínio e a rua. Avistou-se também que as casas possuíam pinturas em mais de uma cor, algumas com acabamentos diferentes nas fachadas.

2.4.3. A manhã dos moradores da região

Figura 29 – Comparação das fotografias d1.10.3 e d2.5.1.



Fonte: autoria própria.

Outra comparação fotográfica é o caso da foto 10.3 do primeiro dia de relato e a foto 5.1 do segundo dia de relato (ver Figura 29), onde são vistos moradores locais e seus animais de estimação em uma interação matinal. O primeiro caso se trata de um morador varrendo a calçada em frente à sua casa que se localizava em frente ao Parque Ayrton Senna, próximo às onze horas da manhã de uma quinta-feira, com seu cachorro, que estava parado em frente ao portão aberto da casa observando a rua. O segundo caso, fotografado em uma sexta-feira próximo às nove e meia da manhã, se trata de um homem que passeava com seus dois cães na Avenida Afonso Pena em frente ao Parque das Nações Indígenas enquanto falava ao telefone. Apesar da hora da fotografia não ser similar nesses casos, a análise que podemos tirar destes dois exemplos é a diferença no cotidiano desses moradores ao redor dos parques; um discute ao telefone enquanto pratica atividade física e leva os cães para passear enquanto o outro limpa a calçada. Ambos exercitam o corpo, mas o homem que caminha com os cachorros tem um semblante descontraído e trabalhava suas pernas em um passeio livre, enquanto o homem que varre a calçada aparenta estar cansado, executando um trabalho doméstico que exigia esforço braçal.

2.4.4. A infraestrutura dos parques

Figura 30 – Comparação fotografia d1.8.1 e d2.10.1



Fonte: autoria própria.

A infraestrutura dos parques Ayrton Senna e das Nações Indígenas já foi descrito anteriormente no que concerne à segurança dos locais, mas nos voltaremos agora para a análise dos cuidados gerais de ambos. Anterior a essa comparação é válido dizer que é presumível que o cuidado com o Parque das Nações Indígenas exija mais atenção do que os demais parques da capital, pois o mesmo é o maior parque da cidade. Porém, isso não desconsidera a sua localização, muito pelo contrário, já relatamos anteriormente ao tratarmos da origem do Parque dos Poderes no primeiro capítulo, que a localização do Parque das Nações Indígenas só reafirma a existência de uma qualidade “superior” na infraestrutura da grande região de concentração de renda. Por este motivo, poderíamos supor antes mesmo da experiência da deriva que o parque estaria em melhor estado que os demais, porém, com a realização do experimento essa comparação com outros locais fica ilustrada; a deriva nos permitiu enxergar que a limpeza de um simboliza o descaso do outro, ou seja, a desigualdade que a segregação socioespacial aponta.

Dessa forma, ao contrapor a imagem das pistas de ambos os parques (ver Figura 30), sendo a fotografia 8.1 do primeiro dia (referente ao Parque Ayrton Senna) e a fotografia 10.1 do segundo dia (referente ao Parque das Nações Indígenas), fica evidente o descuido com o parque localizado no bairro Aero Rancho. Isso, pois, a partir da fotografia do parque visitado no primeiro dia, vimos irregularidades no piso asfaltado e lixo jogado no chão, enquanto no parque visitado no segundo dia o único

descuido observado é com a pintura da faixa de ciclistas, que está parcialmente apagada. Um ponto de vista a se considerar é de que a fotografia tirada no Parque Ayrton Senna se trata dos fundos da quadra coberta onde estavam instalados os equipamentos necessários para a vacinação contra a Covid-19, tratando-se, então, de um local que exigiria ainda mais cuidados da prefeitura no momento em que visitamos. Outra consideração sobre o parque supracitado é que, apesar de o mesmo não ser o maior da cidade, ainda tem um porte grande que atrai aos moradores de várias regiões para a visita. Esses motivos evidenciam, através das diferenças entre os parques, a existência de uma segregação socioespacial na cidade de Campo Grande.

2.4.5. Uma observação entre os dados e a vivência

Este destaque não diz respeito a identificar a segregação socioespacial através da experiência da deriva, mas sim de uma das observações mais pertinentes que a deriva proporcionou em contraposição com os dados coletados no primeiro capítulo deste trabalho.

Já era sabido que os dados disponibilizados pela PLANURB no Perfil Socioeconômico de Campo Grande do ano de 2020 estavam desatualizados. Foi discutido também que isso provavelmente ocorrera graças à inexistência de um Censo Demográfico mais atual, visto que o último realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) data de 2010, ou seja, onze anos antes da execução desta monografia. Por essa diferença entre as datas dos dados encontrados e o período de elaboração desse trabalho, era esperado que pudessem haver algumas divergências, mas só a partir da deriva isso poderia ser verificado.

Ressalta-se que a comparação dos dados no primeiro capítulo levou-nos a demarcar os bairros Aero Rancho e Nova Lima como alguns dos piores cenários no que diz respeito a qualidade de vida da população campo-grandense, pois os bairros eram, de acordo com os dados de 2010, os únicos com a população residente maior do que trinta mil pessoas na cidade e ambos diziam respeito a uma renda *per capita* de menos de um salário mínimo. Dessa forma, os bairros foram escolhidos como destaque por serem locais onde existe uma alta população residente com baixa renda.

O interessante é que a partir da vivência experienciada através da deriva foi possível analisar que houve um crescente desenvolvimento nas regiões visitadas, em

especial no que concerne ao bairro Nova Lima, que possui avenidas vistas com asfalto novo e sobrados em construção. É possível que a proximidade do bairro com o novo shopping da cidade, o Shopping Bosque dos Ipês, e a existência de condomínios de alto padrão existentes no bairro vizinho, o bairro Novos Estados, tenha influenciado a evolução do local, porém, a análise que queremos chegar aqui é de que a desatualização dos dados coletados no capítulo anterior entra em conflito com o crescimento da cidade de Campo Grande nos últimos dez anos.

2.4.6. A diferença entre as demais áreas de lazer

Figura 31 – Comparação entre fotografia d1.6.2 e d2.23.4



Fonte: autoria própria.

Não apenas os parques de diferentes regiões podem evidenciar a segregação socioespacial; os ambientes de lazer de menor porte encontrados no caminhar pela deriva podem transparecer isso até melhor. Para complementar essa análise, evidenciamos aqui a diferença entre as praças e demais locais de lazer público encontradas no percurso.

Primeiro, no bairro Aero Rancho, os únicos locais de lazer público encontrados foram a praça onde havia um único escorregador e um único banco (tópico 6 dos relatos do primeiro dia de deriva) e a clareira onde havia uma casa de prostituição em frente (tópico 7 dos relatos do primeiro dia de deriva). Já ao andar na região de grande concentração de renda, observamos no primeiro dia de deriva a praça em frente à escola Harmonia, localizada no bairro Jardim Bela Vista (tópico 20), a praça Itanhangá, localizada no bairro Itanhangá (tópicos 22 e 23), a pequena rotatória com bancos instalados localizada no bairro Jardim dos Estados (tópico 28) e a praça ao lado do Shopping Campo Grande (tópico 32), no bairro Santa Fé. No

segundo dia de deriva, essa diferença entre as áreas de lazer público novamente é explicitada, isso pois ao passo de que encontramos uma praça no bairro Chácara Cachoeira (tópico 1), este inserido na grande região de concentração de renda, ao andarmos no bairro Nova Lima o único local de lazer encontrado foi um terreno baldio (tópico 20) que continha um improvisado campo de futebol.

Com essa análise sobre as demais áreas de lazer público das regiões percorridas o que fica claro não é somente a existência de mais ambientes de lazer na grande região de concentração de renda (concernente ao parágrafo anterior nos bairros Itanhangá, Jardim dos Estados, Santa Fé e Chácara Cachoeira), mas também a precariedade desses ambientes no bairro Aero Rancho. Tratando aqui, em especial, do bairro Nova Lima, o cenário se torna ainda mais infeliz, pois não foram encontradas áreas de lazer públicas no local. Essa situação é ainda mais preocupante pois, de acordo com o evidenciado no destaque anterior – “Uma observação entre os dados e a vivência”, o bairro Nova Lima já era em 2010 um dos maiores bairros da capital no que se refere a população moradora, e foi possível analisar um desenvolvimento ocorrendo na área, mas esse desenvolvimento não pode ser comprovado no que diz respeito ao lazer público na região.

Separamos aqui, então, fotos que buscam ilustrar as diferenças entre os ambientes públicos de lazer (que não os parques) nas regiões. Assim, na Figura 31 é possível visualizar a diferença entre o único banco da praça encontrada no bairro Aero Rancho e um dos bancos da praça Itanhangá (fotografias 6.2 e 23.4 dos relatos do primeiro dia de deriva).

2.4.7. Outros apontamentos pertinentes e conclusões

Acreditamos que com as comparações e considerações anteriores foi possível entender um pouco melhor a dinâmica da segregação socioespacial através da experiência da deriva, mas sabe-se que existem outros fatores observados e fotografados durante a vivência que também referem-se a análises dessa temática. Mais do que isso, sabe-se que, além da vivência experienciada e dos dados coletados e interpretados anteriormente, existem ainda outras análises possíveis no que diz respeito à segregação socioespacial em Campo Grande. Dessa forma, não pretendendo prolongar a discussão das considerações a respeito da experiência da

deriva, apontaremos brevemente algumas outras observações feitas sobre as diferenças encontradas.

Como visto no subcapítulo 1.3, os bairros com as camadas mais favorecidas economicamente tendem a ter para si as melhores infraestruturas e serviços. Isso pôde ser observado também durante a experiência da deriva, visto que observamos durante o percurso a Prefeitura Municipal de Campo Grande e o Fórum Municipal de Campo Grande, ambos localizados na grande região de concentração de renda (relatado nos tópicos 27 e 28 do primeiro dia de deriva).

Outra observação que reflete essa espacialização da segregação social diz respeito à mobilidade urbana, visto que a grande região de concentração de renda possui uma movimentação de carros muito maior do que o restante da cidade, assim como uma maior malha viária com melhor infraestrutura (reflexo também da localização do centro da cidade no interior da grande região, o que também foi apontado anteriormente como fator de segregação e uma das vantagens que a população de classe econômica mais alta toma para si). Essa diferença no tráfego de carros pode ser melhor analisada quando comparamos o tópico 10 do primeiro dia de relatos, em que encontramos um homem andando em uma carroça com um cavalo na via pública no bairro Aero Rancho, contrastando com o observado no tópico 27 do relato de primeiro dia da deriva, na Avenida Afonso Pena, onde havia um grande movimento de veículos.

Além disso, foram muitos os registros fotográficos que ilustram as diferenças nas residências encontradas em diferentes regiões, assim como foram muitos os detalhes que buscavam explicitar as questões dos muros em ambos os casos. Todos esses apontamentos feitos reafirmam a segregação socioespacial, pois mostram que as moradias das classes de mais alta renda estão contidas na grande região de concentração de renda, bem como a maioria dos prédios da cidade, da mesma forma em que não se observou nenhuma moradia de alto padrão nos bairros Aero Rancho e Nova Lima. As questões referentes a localização das moradias de alto padrão na cidade, e a concentração das mesmas na grande região demarcam a grande região de concentração de renda como sendo uma região existente.

Assim, ao demarcarmos algumas observações sensoriais e comparações fotográficas e textuais a respeito dos locais onde executou-se a deriva, pretendemos

aqui ter elaborado uma construção mais fundamentada a respeito da segregação socioespacial em Campo Grande, que agora é amparada não somente pelos dados do primeiro capítulo, mas também pela experiência psicogeográfica da deriva. Fica claro, com todos os aspectos destacados até então, que a grande região de concentração de renda é a região que tem o maior controle sobre as vantagens locacionais da cidade. Esse favorecimento das classes mais abastadas de Campo Grande é visto em localização, mobilidade urbana, infraestrutura, serviços públicos, entre outros. Quando comparado com a região de grande concentração de renda, fica evidente a falta de infraestrutura nos bairros Aero Rancho e Nova Lima, bem como de serviços públicos e estruturação viária.

3.



3. Intervenção Urbana

“Sendo partícipe na produção simbólica do espaço urbano, a arte urbana – compreendida no plano das relações sociais, e não reduzida a uma dimensão estetizada – repercute as contradições, conflitos e relações de poder que constituem esse espaço. Nesse registro específico de sua tematização, associa-se direta e internamente à natureza constituinte do espaço público, a questão de identidade social e urbana, de gênero, e a expressões culturais que possam ou não nele vir a ocorrer, enfim, às condições de cidadania e democracia.”

(PALLAMIN, 2015, p. 143-144)

Após brevemente discutirmos sobre a arte urbana no item 2.1, em que abordamos a mesma como uma prática crítica do exercício da arquitetura e urbanismo, e após analisar a obra de Hélio Oiticica através da leitura do livro de Paola Berenstein Jacques (2003) no item 2.2.1, pretendemos, neste capítulo, retomar essas construções anteriores a respeito da arte e intervenção urbana, que agora serão discutidas de forma a amparar e influenciar a identidade de nossa obra final.

Essa construção em torno do objeto final deste trabalho contará também com exemplos que tenham relacionado estudos sociais e urbanos com arte, arquitetura e urbanismo – discussão essa que será feita no item 3.1 com o propósito de amparar a concepção formal do mesmo. Aqui destacamos que o objeto final desse trabalho é consequência do estudo realizado em todo o percurso dessa monografia, e que terá como objetivo produzir interação e reflexão com o espectador a respeito da existência da segregação socioespacial em Campo Grande. Assim, ao discutir o terreno desse objeto final nos ampararemos em englobar todas as regiões da cidade como nosso local de projeto, o que será melhor discutido no item 3.2.

Após essa definição dos precedentes conceituais e locacionais da obra final, no item 3.3 iniciaremos a conversa sobre como essa reflexão será exposta para o espectador, e quais elementos discutidos durante a elaboração desta monografia constarão no objeto final.

Em uma sociedade desigual e com práticas segregadoras, serão também híbridos os territórios que constituam espaços de encontro e trocas.

(NOMADS.USP, 2013, p. 16)

3.1. Estudos urbanos, sociais, arquitetônicos e urbanísticos

Os estudos de caso que serão discutidos nesse subcapítulo são uma forma de entender as alternativas possíveis de serem adotadas em nossa intervenção urbana, que será feita como objeto final desta monografia. Os textos estudados são “Territórios Híbridos: ações culturais, espaço público e meios digitais” organizado pelo grupo Nomads.usp (2013), “Arte, Cultura e Cidade” de Vera Pallamin (2013), a tese de Maria Martins, “ENTREMEIOS: produzindo imagens em zonas de fronteiras urbanas” (2020), a obra “Big Fat Dumb Cities for Sale” e a tese de Brigida Campbell, “Arte Para uma Cidade Sensível” (2018). Com esses estudos, pretende-se amparar a preparação do objeto final desta pesquisa.

3.1.1. Territórios Híbridos

O livro “Territórios Híbridos: ações culturais, espaço público e meios digitais” (2013) se trata de uma coletânea de vivências conjuntas do grupo Nomads.usp, da Universidade de São Paulo – USP, com outros colaboradores no decorrer de dois anos. O livro relata ações de curta duração que integrem políticas culturais duradouras, utilizando-se, dentre outros artifícios, dos meios digitais (NOMADS.USP, 2013, p. 5).

De início, os autores esclarecem a posição da universidade como um ator social, visto a disposição de equipamentos e pessoal para esse exercício, bem como a necessidade de produzir conhecimentos que vão além da academia. Desta forma, as ações englobando políticas culturais compartilham da vontade de tornar essas discussões uma prioridade do Estado, chamando a atenção das pessoas para reflexões “que levem à ampliação de sua capacidade de fazer escolhas” (Ibid, p. 16). Assim, os meios digitais se inserem na temática como uma forma de interligar a comunicação entre o “concreto e o virtual” (Ibid, p. 17), levando as discussões do meio físico a um novo território, bem como hibridizando as ações, diminuindo distâncias e aumentando suas repercussões.

Dentre as intervenções realizadas no livro, destacamos a que mais se relaciona com questões urbanas, buscando criar uma maior relação com o estudo desta monografia.

Felipe Anitelli, Denise Santos e Marcelo Tramontano foram os autores da ação urbana “Cenas urbanas: o foco no espaço público” (2013), relatado na coletânea. A ação buscava provocar, através da fotografia, novas leituras de lugares e edifícios das cidades de médio porte do país. Para isso, grupos de diferentes locais do país fizeram o registro e compartilhamento das fotos, em redes como *Facebook* e *Skype*, de forma simultânea, pretendendo criar uma leitura mais abrangente sobre aspectos culturais e qualidade urbana. Segundo os autores:

“Ações culturais dessa natureza contribuem para destituir as pessoas de ideias pré-concebidas a respeito da cultura material e imaterial de lugares ou regiões que se situam distantes geograficamente dos seus, e que são, para elas, pouco conhecidos. Essas ideias pré-concebidas derivam de noções de senso comum construídas a partir de um conjunto de informações veiculadas exaustivamente, seja pelos meios de comunicação tradicionais, seja pela publicidade, facilmente assimiladas e assumidas como sentenças gerais. A ação Cenas Urbanas procura fazer emergir pontos de vista sobre lugares distantes e pouco conhecidos, mais condizentes com a realidade vivida cotidianamente nesses lugares. Faz isso convidando os participantes a, primeiramente, ressituar o olhar sobre sua própria cidade através do enquadramento fotográfico. Procura, assim, aproximar contextos geográficos e culturais diferentes a partir da possibilidade de interação entre grupos imersos em tais contextos, e do estabelecimento de reflexões coletivas que possam fazer emergir particularidades e similaridades em decorrência desses olhares distanciados.” (ANITELLI, SANTOS & TRAMONTANO, 2013, p. 67)

Tal ação foi feita com crianças e adolescentes de escolas públicas das cidades de Rio Branco, no Acre, Uberaba, em Minas Gerais, e São Carlos, em São Paulo. As fotografias resultantes desse projeto foram expostas em formato de banner nas próprias fachadas dos edifícios presentes nas fotografias, possibilitando interação da população com o projeto. Assim:

“Os cidadãos que circulam por seus entornos mostram-se curiosos em examinar imagens de lugares do seu cotidiano, agora enquadrados e transformados em obra a ser apreciada em uma exposição. Nos banners, eles aparecem lado a lado com seus congêneres das outras cidades, claramente identificadas, de modo a permitir comparações e leituras individuais ou compartilhadas. Lugares do espaço público são, assim, utilizados como suporte de insumos para reflexões, estímulos à crítica e à discussão, que é o que, no fim, espera-se da população.” (ANITELLI, SANTOS & TRAMONTANO, 2013, p. 71)

A exposição de inauguração foi realizada em praça pública, também fotografada, onde constam banners com as fotos tiradas, sendo transmitida via *streaming* nas diferentes praças das diferentes cidades participantes. Essa interação entre o digital e o público de diferentes locais formam reflexões sobre o ambiente

urbano no indivíduo que interage com os locais, e são ainda mais esclarecidas pelas falas do evento inaugural, em que um estudioso sobre a cidade é convidado a falar, bem como conta com participação do público, convidados a contarem relatos sobre os locais fotografados.

3.1.2. Arte, Cultura e Cidade

O livro “Arte, Cultura e Cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos” da autora Vera Pallamin (2013) discute, dentre outras coisas, a interligação de expressões artísticas-sociais com arquitetura e urbanismo. Essa discussão leva em consideração que:

“Muito da produção contemporânea em arquitetura e em projetos urbanos, neste país, tem-se caracterizado por ‘dar as costas’ à cidade, dificultando ou impossibilitando a ampliação do convívio democrático e impondo-se como intervenções voltadas predominantemente a interesses imobiliários, que reduzem o solo urbano à lógica material de (re)produção do valor. Aspectos históricos ou sociais que não se alinham com as premissas dessas transações são postos em segundo plano ou desconsiderados, o que significa, em termos práticos, a segregação acirrada de espaços e o deslocamento forçado de grupos sociais – quase sempre das camadas pobres – das áreas que se tornam o foco dessas intervenções.” (PALLAMIN, 2013, p. 185)

Sob essa luz, Pallamin relata o dossiê espetáculo de “Bom Retiro 958 metros”, teatro esse que, segundo a autora, contradiz a citação anterior, adotando os espaços urbanos como local de espetáculo, evidenciando a rotina de bairros e a vizinhança, bem como tratando da “vulnerabilidade das relações de trabalho, o enrijecimento dos afetos e a destruição de marcos urbanos” (PALLAMIN, 2013, p. 185).

Para entender melhor o dossiê de Pallamin é preciso entender do que se trata o teatro em questão. Bom Retiro 958 metros foi um espetáculo *site-specific* feito pelo Teatro da Vertigem, sendo dirigido por Antônio Araújo, que propunha uma caminhada pelo bairro de Bom Retiro, em São Paulo – SP⁷. A peça é adotada como *site-specific* pois foi feita para ser apresentada no bairro em questão, entendendo e englobando sua localidade e por isso não sendo possível de ser apresentada em outro local. Os 958 metros do nome vem do trajeto feito durante a peça, sendo várias as locações do bairro por onde a peça caminha junto ao público; tratando-se destas locações é válido destacar que a peça se inicia em um shopping center e finda em um local antigo do

⁷ Para saber mais detalhes sobre a peça em questão, confira a entrevista da Jovem Pan News com a atriz Sofia Boito em: JOVEM PAN NEWS. Peça Bom Retiro 958 metros propõe caminhada pelo bairro paulistano. **Youtube**, 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/DuVIBCsrVRO>>.

bairro, com uma arquitetura mais tradicional, o que gera discussão sobre a arquitetura local.

Figura 32 – Fotografia do espetáculo *Bom Retiro 958 metros*.



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/bom-retiro-958-metros/>

Assim, Vera Pallamin analisa o espetáculo de um ponto de vista em que “o público é conduzido por meio de um saber-fazer artístico que o convida à vivência espacial dos lugares encenados” (Ibid, p. 188). Essa vivência traz o público para dentro das cenas, envolvendo-os em arte, arquitetura e intervenção urbana. Eles permeiam lugares onde a vida do bairro acontece, e onde há uma história a ser contada; por isso, conforme o espetáculo acontece é impossível “dar as costas” ao Bom Retiro. É nisso em que o Teatro da Vertigem e Vera Pallamin tem a nos acrescentar em nossa pesquisa, que através da vivência dos espaços em questão o público passa a ter novas leituras do bairro.

3.1.3. ENTREMEIOS

Maria Martins escreveu sua tese de doutorado, “ENTREMEIOS – Produzindo imagens em zonas de fronteiras urbanas” (2019), a respeito de *Performance Art*, fotografia e audiovisual como uma metodologia para aproximação, intervenção, leitura e expressão de dinâmicas urbanas. Assim, em sua tese a autora relata diversas

experiências feitas guiando essa produção de imagens, dentre elas, a que destacamos aqui se trata do capítulo dois, “Foto Instante e Zonas de Fronteiras”.

No capítulo em questão, Martins (2019) busca relacionar corpo, cidade e imagem guiando-se inicialmente pela sua participação na ação Grande Caminhada Urbana⁸, experiência essa que trouxemos em nossa monografia. A caminhada em questão se deu pelas bordas da cidade de São Paulo, entre os dias 16 e 23 de setembro de 2017, período em que os participantes foram “convidados a refletir sobre modos de interagir e intervir na cidade como formas de coprodução do espaço urbano” (MARTINS, 2019, p. 76). Além disso, os participantes também fotografaram o percurso (120km ao redor da cidade), o que a autora interpretou como uma “prática política que se apresenta como elemento potencializador de escuta, observação e diálogo a partir da conexão entre diferentes regiões e grupos culturalmente ativos da cidade de São Paulo” (Ibid, p. 76). Para a autora, a ação:

“possibilitou reflexões e discussões a fim de abrir caminhos sobre possíveis formas de produção da cidade, envolvendo diversos agentes na sua construção coletiva para um lugar em comum. Neste sentido, o termo ‘projeto’ pode ser entendido como processo de construção por meio da ação compartilhada por diferentes autores para a transformação coletiva da cidade.” (MARTINS. 2019, p. 79)

Com essa definição, a ação se apresenta como uma experiência que permite discutir questões artísticas: relacionadas à fotografia, intervenções urbanas e o corpo em movimento, e questões arquitetônicas; como um processo de enriquecimento informativo a respeito de perspectivas sobre o urbano, o que também é amparado pelas fotografias que revelam em imagens, dentre outros aspectos, questões referentes ao urbanismo (Ibid, p. 80). Essas questões levantadas são consoantes à produção de nosso objeto final, pois assim como na tese de Martins (2019) nosso projeto possui vertentes artísticas, arquitetônicas e urbanísticas de reflexão sobre o perímetro da cidade, bem como participa de um processo metodológico semelhante, visto o percurso caminhado através da deriva e o relato fotográfico feito. Deste modo, entende-se que interpretações sobre o urbano através de diferentes leituras agregam na metodologia de projeto e reforçam questões pertinentes ao objeto final.

⁸ “A ação Grande Caminhada Urbana (*Big Urban Walk*) fez parte da programação da 11ª. Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo – Em Projeto (2017), e foi coordenada pelo arquiteto e fotógrafo alemão Martin Kohler, com o apoio do articulador cultural Thiago Kinzári.” (MARTINS, 2019, p. 75)

3.1.4. “Big Fat Dumb Cities for Sale”

Tratando de questões gráficas e possíveis interpretações das metodologias feitas na monografia pertinentes ao processo de projeto para a obra, trazemos a exibição de um grupo de estudantes de especialização em “Architecture & Urban Design” coordenados pelo Prof. Peter Trummer em 2016, pela *Städelschule Architecture Class (SAC)*, nomeada “Big Fat Dumb Cities For Sale”⁹.

Essa exposição foi resultado do trabalho dos alunos Fariba Shafiee, Hanieh Khaleghian, Hossein Hamdieh, Huey Hoong Chan, Jitendra Sawant, Jonathan Sutanto, Jorge Ruiz, Peeradorn Warithkorasuth e Victor Sardenberg. A origem do projeto veio de uma investigação acerca do crescimento das metrópoles que se favorecem do declínio das áreas rurais e pequenas cidades. Segundo eles, dada a esse esvaziamento, para ser vista novamente como potencial, a vila deve se tornar uma mercadoria, um objeto a ser comprado. Com esse pensamento, foram desenvolvidos objetos arquitetônicos eletrônicos, vulgo arranha-céus gigantes, capazes de hospedar 10.000 pessoas, abrigando toda uma vila em seu interior¹⁰. É essa a base projetual de “Big Fat Dumb Cities for Sale”.

A partir deste pensamento, os alunos desenvolveram projetos impressos em miniaturas por impressoras 3D, feitos de mistura entre cortes, vistas e plantas de construções, que gerassem uma megaestrutura “habitável”, refletindo a ideia de uma cidade em um grande arranha-céu. O resultado foram diversas pequenas maquetes impressas expostas em *Städelschule* em 2016, possíveis de serem adquiridas.

⁹ Confira o site do projeto para mais imagens e informações. CITIES FOR SALE. Cities for Sale, 2016. Homepage. Disponível em: <https://citiesforsale.wordpress.com/>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

¹⁰ EL, Eugen. *Städelschule Rundgang 2016*. **Schirn Mag**. Frankfurt, 2016. Disponível em: https://www.schirn.de/magazin/schirn_tipps/staedelschule_rundgang_2016/. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

Figura 33 – Modelo digital de como o arranha-céu seria visto se construído em um campo aberto.



Fonte: CITIES FOR SALE, <https://citiesforsale.wordpress.com/prints/>

Figura 34 – Maquetes impressas em exposição em Städelschule, 2016.



Fonte: http://victorsardenberg.com/wp-content/uploads/2016/03/IMG_9650.jpg

3.1.5. Arte Para Uma Cidade Sensível

Em “Arte Para Uma Cidade Sensível”, tese de doutorado de autoria de Brígida Campbell (2018), a autora reúne uma série de práticas artísticas nos espaços públicos ao redor do Brasil desde 2000, como forma de analisar teoricamente as mesmas bem como refletir sobre sua própria produção artística.

Dentre as práticas apontadas durante a tese, o “Projeto CicloCOR”¹¹ chama atenção por trazer a temática dos fluxos de tráfego de bicicleta, como uma forma de gerar um itinerário que servisse de guia para outros ciclistas percorrermos. Segundo a autora, a ação foi produzida “como uma espécie de *flashmob*, as pessoas eram convidadas a pedalar pela cidade com o dispositivo na bicicleta e a produzir, com tinta, traços que iam ocupando toda a rua” (CAMPBELL, 2018, p. 198).

Figura 35 – Fotografia da prática artística Projeto CicloCOR.



Fonte: CAMPBELL, 2018, p. 200.

Essa ocupação mostra um interesse em diversificar as tipologias de uso de locais da cidade, neste caso em questão, a rua. A intervenção também busca envolver

¹¹ Você pode conferir o vídeo do projeto em ACIDUM PROJECT. CicloCOR – Acidum. **Youtube**, 05 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3bgbU3QWfA&t=1s>. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

o público, promovendo integração da população com o ambiente urbano e pensando junto a ela sobre padronização das ruas e seus fluxos. Essa abordagem demonstra, então uma preocupação com a utilização da cidade e busca o envolvimento do público diretamente na intervenção.

Um outro caso que compactua com essa mesma abordagem é visto em outra prática artística exemplificada na tese de Campbell, o projeto “Lotes Vagos”. A prática propõe transformar lotes vagos das cidades de Belo Horizonte e Fortaleza em espaços públicos de uso coletivo. Esses terrenos não são simplesmente utilizados, mas sim emprestados pelos donos, sendo que o “grupo que participa da transformação do lote torna-se responsável pela implantação do projeto, pelo cuidado com o espaço e pelos acontecimentos” (CAMPBELL, 2018, p. 97). Assim as possíveis utilizações dos lotes são incontáveis, e só dependem da organização dos que se disporem a participar do cuidado.

Essas ocupações foram feitas para problematizar o modo de vida social de hoje em dia e pôr em discussão questões como meio ambiente, ética, estética e relações de propriedade (CAMPBELL, 2018, p. 97). Assim, o caráter de abandono do local é mantido como forma de refletir a respeito da especulação imobiliária e da espetacularização dos espaços públicos.

Figura 36 – Fotografia do projeto Lotes Vagos onde vemos uma ocupação do terreno sem retirar suas características de abandono.



3.1.6. Considerações sobre os estudos de caso

É importante ressaltar que, dado todo o aparato dos dados e relatórios feitos, e tendo nos guiado de forma a relacionar arte e intervenção urbana como formas de manifestação a respeito de questões consoantes a arquitetura, urbanismo e demais questões sociais, que afetam diretamente a vivência dos habitantes na cidade (bem como suas relações entre si) – e também percorrendo estudos que têm direcionamentos que vão ao encontro com as demais questões – os estudos foram selecionados não de forma aleatória, mas sim prezando uma certa interação com a monografia, buscando deste modo entender como o objeto final desta obra pode ser passado da escrita para uma obra de intervenção. Ou seja, os estudos de caso apresentados anteriormente foram discutidos de forma a evidenciar aspectos possíveis de serem adotados no projeto da obra final desta monografia.

Em Territórios Híbridos, a ação urbana que destacamos é interessante para pensarmos em uma possibilidade de interação da população com o objeto de intervenção urbana que irá ser criado nessa monografia. Em “Cenas urbanas: o foco no espaço público” (2013) foram utilizados artifícios de exposição em praça pública e em banners, *streaming*, interação com estudantes, etc. Essa busca por formas de gerar reflexão na população é algo que o objeto de intervenção urbana deve conter, pois sem a reflexão da população na obra que será realizada seria muito difícil a promoção de debates sobre a análise feita nesta monografia. Vemos então em “Cenas urbanas” uma forma de integrar a difusão da pesquisa com a reflexão do espectador, promovendo debates sobre políticas públicas como uma consequência do estímulo da propalação deste conhecimento adquirido.

Em “Arte, Cultura e Cidade” (2013) de Pallamin, com “Bom Retiro 958 metros” pretendemos destacar como o *site-specific* pode acrescentar a nossa obra de intervenção urbana. Com a discussão desta monografia girando em torno da cidade de Campo Grande, enxergamos nela o local de nossa intervenção, onde o público passará a ter novas leituras sobre o ambiente onde está inserido. No caso do bairro Bom Retiro essa leitura foi introduzida pela peça de teatro, mas em nosso caso será feito através da obra final.

Com a tese de Maria Martis, ENTREMEIOS (2019), nota-se que a autora definiu a ação Grande Caminhada Urbana como uma abertura para possíveis

caminhos de produção da cidade, o que é um dos objetivos que buscamos alcançar com esta monografia. Sendo assim, reforçamos aqui que a resignificação de questões urbanas através do trabalho que vem sendo executado nesta monografia concerne também a dinâmica de produção e concepção do objeto final de intervenção urbana. Dessa forma o que buscamos através desse estudo de caso é uma compreensão do impacto que a obra final de intervenção deve ser capaz de abranger.

O desenvolvimento da obra “Big Fat Dumb Cities for Sale” é interessante pois podemos analisar a partir dele como a crítica a arquitetura e urbanismo pode gerar um objeto físico capaz de ser exposto. Ao tratarmos de nosso objeto de intervenção, nota-se a necessidade em conseguir traduzir nossa crítica a segregação socioespacial na cidade de Campo Grande para uma obra final capaz de ser exposta ao público, bem como foi executado na exposição vista no estudo de caso.

Os projetos apresentados por Brígida Campbell em “Arte Para Uma Cidade Sensível” (2018) nos mostram exemplos de projetos de ação urbana realizados com a participação direta da população. A partir deles podemos visualizar como um grupo ou comunidade pode agir de forma a realizar a intervenção urbana eles mesmos. Sendo assim, nessa monografia tentaremos trazer a participação do público para parte da realização da aplicação prática da obra final.

Assim, depois de apresentarmos os estudos de caso, destacamos aqui possíveis aspectos a serem levados em consideração em nosso projeto para a obra final de intervenção urbana: possibilidades de interação entre o observador e a obra (item 3.1.1.); o *site-specific* como uma forma de visualizar a relação entre o local de escolha da obra e o efeito de reflexão causado no observador (item 3.1.2.); a abordagem de diferentes leituras urbanas como uma forma de agregar na metodologia e interpretações sobre o projeto como um todo (item 3.1.3.); as possibilidades gráficas que podem ser geradas a partir da elaboração crítica (item 3.1.4.); formas de envolver a população com o ambiente urbano por seu envolvimento direto na intervenção (item 3.1.5.).

Após essas leituras, pretendemos ter criado uma base inicial para começar a imaginar abordagens possíveis de serem adotadas em nosso objeto final de intervenção urbana. Partiremos, então, ao próximo item, para a definição inicial do local da obra.

3.2. O local de encontro da população

Procurando meios de alcançar como a população da cidade de Campo Grande pode interagir e conhecer a obra de intervenção urbana a ser feita, interessou sabermos quais seriam os locais públicos de lazer da capital. Dessa forma, ao pesquisar a seção de mapas do site do Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande – MS (SISGRAN), encontramos uma série de dados expostos graficamente que auxiliaram nessa análise. Contudo, é importante ressaltar que o órgão não disponibilizou dados que contivessem todos os parques e praças da cidade de forma clara, apenas divulgaram os dados das maiores áreas verdes da cidade (nomeadas como “parques”, mas que continham áreas de reservas particulares patrimoniais em meio aos maiores parques da cidade ali destacados) e os dados de espaços de “parquinhos” e academias ao ar livre (de forma que acreditamos que esses mobiliários estão inseridos em parques e praças pela cidade). Esses dados foram utilizados para criar um mapa de manchas (Figura 37), que ressaltam, então, as áreas onde acreditamos estarem inseridos os parques e praças da cidade de Campo Grande.

A partir dessa primeira análise dos locais de praças e parques da cidade, e ressaltando a intenção de alcançar a maior parte da população possível, foram selecionadas algumas praças pelas regiões. Essas praças foram localizadas inicialmente pelas manchas, e, posteriormente identificadas, de forma a manter um distanciamento entre as mesmas para que, tanto não fossem muitas as praças selecionadas, mas também que houvesse equidistância que possibilitasse proximidade entre os bairros vizinhos para com o objeto de intervenção urbana. Essa seleção de praças é exposta na Figura 38, onde também é possível, através do QR Code disponível no mapa, ter acesso online a essa seleção.

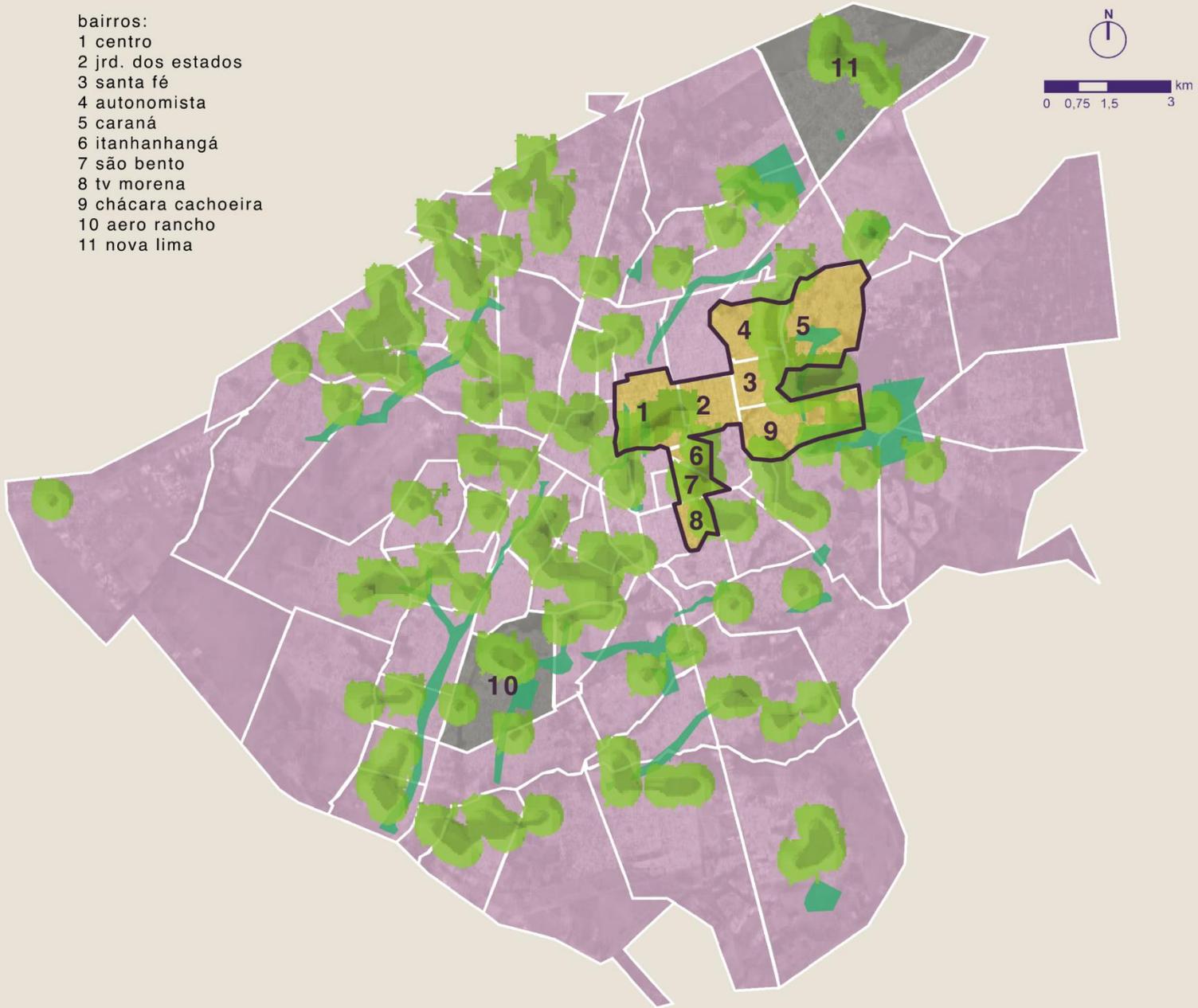
Essa seleção de bairros inicial serve para elucidar algumas intenções do projeto de intervenção. Pois, é a partir dessa seleção que fica visualmente claro a intenção de que o objeto de intervenção seja posto em vários locais da cidade, de forma a facilitar o acesso da população ao mesmo.

Com isso em mente, a intenção é de que esse objeto criado possa ser reproduzível nas praças da cidade, embora ele não necessariamente seja diferente em todos os locais. Posteriormente, no capítulo quatro, essa seleção inicial passará a indicar com mais clareza os locais onde iremos situar o objeto de intervenção urbana.

FIGURA 37

MAPA SELEÇÃO DE PRAÇAS EM CAMPO GRANDE

- bairros:
1 centro
2 jrd. dos estados
3 santa fé
4 autonomista
5 caraná
6 itanhanhangá
7 são bento
8 tv morena
9 chácara cachoeira
10 aero rancho
11 nova lima



LEGENDA

- áreas verdes
- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda
- áreas de academia ao ar livre e parquinho

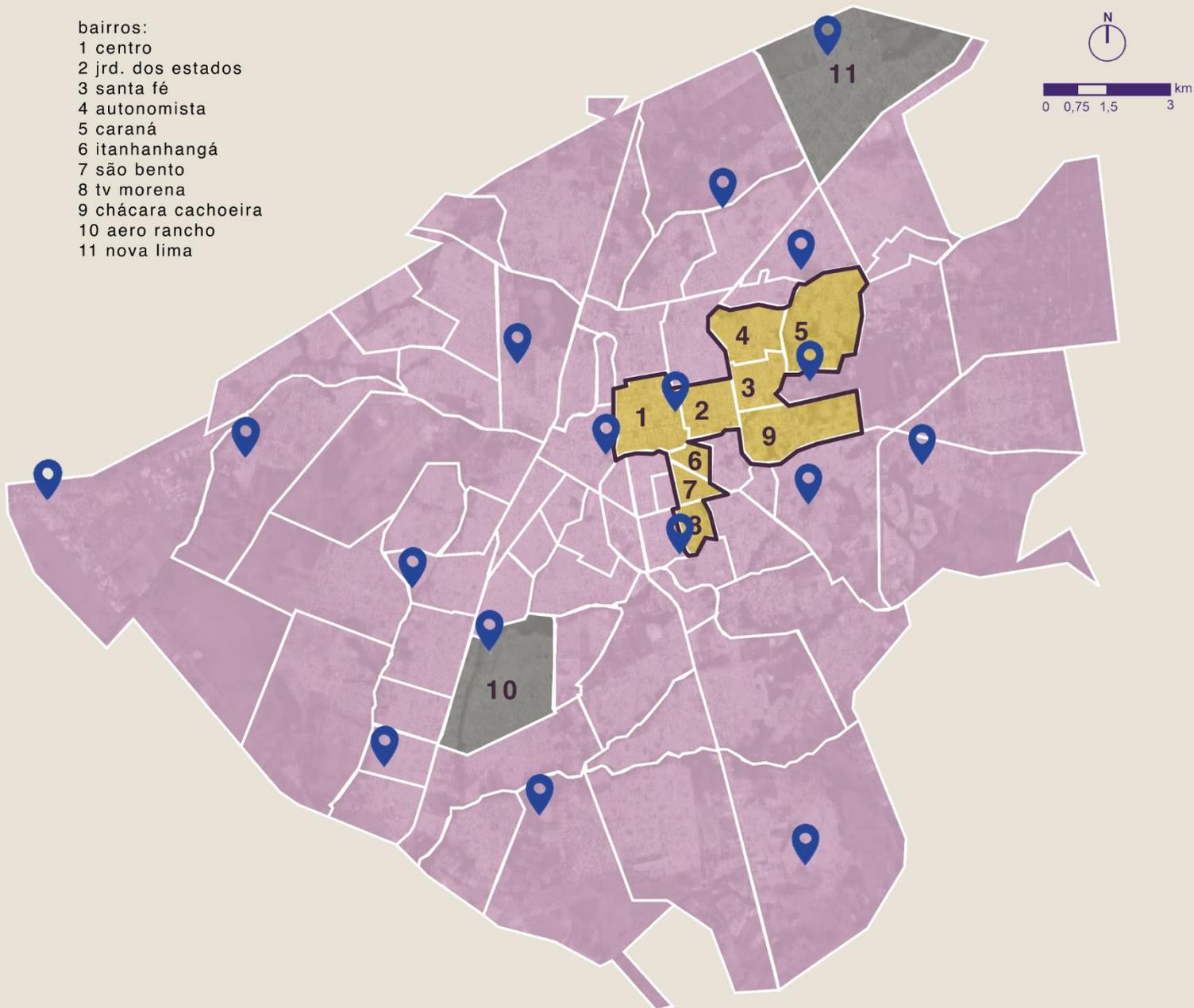
ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

FONTE
PLANURB
IBGE

FIGURA 38

MAPA SELEÇÃO DE PRAÇAS EM CAMPO GRANDE

- bairros:
1 centro
2 jrd. dos estados
3 santa fé
4 autonomista
5 caraná
6 itanhanhangá
7 são bento
8 tv morena
9 chácara cachoeira
10 aero rancho
11 nova lima



LEGENDA

- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda
- 📍 praças selecionadas

ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

FONTE
PLANURB
IBGE

4.



4. Objeto de Intervenção Urbana

“O conceito de heterotopia defendido por Lefebvre (radicalmente diferente do de Foucault) delinea espaços sociais limítrofes de possibilidades onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. [...] Não precisamos esperar a grande revolução para que esses espaços venham a se concretizar.”

((HARVEY, 2014, p. 22)

Após discutirmos a respeito da segregação socioespacial na cidade de Campo Grande neste trabalho, agora voltamos à criação deste objeto de intervenção urbana, parte final dessa pesquisa.

Inicialmente, é importante esclarecer o percurso a ser feito a partir deste ponto. Isso, pois, para começarmos a elaborar um pensamento a respeito de um objeto físico, será preciso elaborar um percurso que transpareça esta conexão entre a discussão teórica e a prática crítica acerca da segregação socioespacial no objeto final. Para isso, assim como foi feito no estudo de caso “Big Fat Dumb Cities for Sale”, trabalharemos com a criação de modelos digitais advindos de nossa abordagem crítica teórica (4.1). Desse molde, surgirão os primeiros passos para a concepção do objeto físico final, a ser discutido no item 4.2.

Por fim, no item 4.3, será feita uma reflexão sobre as considerações dos estudos de caso e o cumprimento destas considerações no projeto do objeto de intervenção urbana e sua pesquisa.

4.1. O Objeto Digital (estudo preliminar da obra de intervenção)

Pensando a respeito da pesquisa efetuada até então, voltemos aos dados e teorias utilizados que possam esclarecer essa primeira formação volumétrica da segregação socioespacial em Campo Grande. Partindo desse pressuposto, retorno à Figura 1121 – Mapa população por bairro em Campo Grande – MS (Censo 2010), e a Figura 1112 – Mapa rendimento per capita da população em Campo Grande – MS (Censo 2010). A ideia inicial consta em criar duas volumetrias topográficas que remetam aos mapas discutidos. Procurando trazer dados que contenham os valores precisos (e não somente os valores arredondados presentes nos mapas), tanto de renda *per capita* quanto de população por bairro segundo o Censo de 2010, presentes no Perfil Socioeconômico de Campo Grande de 2020, usaremos agora não mais os mapas elaborado pela PLANURB, mas sim os dados que antecedem os mesmos no Perfil Socioeconômico de Campo Grande de 2020.

Sendo assim, os dados expostos estão apresentados nas páginas seguintes. Levando em consideração que os números de população por bairro apresentados a seguir chegam na casa dos 10.000, e sendo que o valor de renda *per capita* apresentado está na casa dos 1.000, decidimos, então, para que, quando os dados sejam transferidos para a topografia, as mesmas tenham alturas parecidas, a diminuir uma casa decimal dos dados de população por bairro na aplicação das alturas.

Figura 39 - Tabela População por bairro de

Campo Grande - 2010

REGIÕES URBANAS	BAIRROS	2010
CENTRO	AMAMBAÍ	8.190
	BELA VISTA	1.730
	CABREÚVA	2.804
	CARVALHO	2.827
	CENTRO	11.509
	CRUZEIRO	12.415
	GLÓRIA	3.526
	ITANHANGÁ	2.070
	JARDIM DOS ESTADOS	3.655
	MONTE LÍBANO	2.188
	PLANALTO	7.671
	SÃO BENTO	2.088
SÃO FRANCISCO	10.364	
SEGREDO	CORONEL ANTONINO	20.399
	JOSÉ ABRÃO	4.688
	MATA DO SEGREDO	7.661
	MONTE CASTELO	10.239
	NASSER	25.695
	NOVA LIMA	35.519
SEMINÁRIO	4.761	
PROSA	AUTONOMISTA	7.580
	CARANDÁ	8.485
	CHÁCARA CACHOEIRA	6.458
	CHÁCARA DOS PODERES	946
	ESTRELA DALVA	6.961
	MARGARIDA	4.849
	MATA DO JACINTO	9.921
	NOROESTE	13.167
	NOVOS ESTADOS	11.449
	SANTA FÉ	5.127
VERANEIO	7.385	
BANDEIRA	CARLOTA	5.705
	DR. ALBUQUERQUE	3.283
	JARDIM PAULISTA	3.344
	MARIA APARECIDA PEDROSSIAN	9.326
	MORENINHA	22.711
	RITA VIEIRA	13.693
	SÃO LOURENÇO	2.636
	TIRADENTES	21.896
	TV MORENA	2.132
	UNIVERSITÁRIO	21.704
VILASBOAS	6.688	
ANHANDUIZINHO	AERO RANCHO	36.057
	ALVES PEREIRA	16.475
	AMÉRICA	1.533
	CENTENÁRIO	16.750
	CENTRO OESTE	24.816
	GUANANDI	11.678
	JACY	5.026
	JOCKEY CLUB	7.587
	LAGEADO	14.919
	LOS ANGELES	8.404
	PARATI	5.314
	PIONEIROS	16.417
	PIRATININGA	13.993
	TAQUARUSSU	6.589
LAGOA	BANDEIRANTES	5.920
	BATISTÃO	8.893
	CAIÇARA	6.169
	CAIOBÁ	7.874
	COOPHAVILA II	11.339
	LEBLON	15.964
	SÃO CONRADO	18.541
	TARUMÁ	6.768
	TAVEIRÓPOLIS	6.002
	TIJUCA	14.136
	UNIÃO	12.841
	IMBIRUSSU	NOVA CAMPO GRANDE
NÚCLEO INDUSTRIAL		3.594
PANAMÁ		17.906
POPULAR		18.816
SANTO AMARO		23.501
SANTO ANTÔNIO		13.529
SOBRINHO		11.245

Figura 40 - Tabela Renda per capita de

Campo Grande (R\$) - 2010

REGIÕES URBANAS	BAIRROS	2010
CENTRO	AMAMBAÍ	1.285,40
	BELA VISTA	2.888,91
	CABREÚVA	1.089,63
	CARVALHO	1.103,25
	CENTRO	2.946,76
	CRUZEIRO	1.898,88
	GLÓRIA	1.619,00
	ITANHANGÁ	3.774,70
	JARDIM DOS ESTADOS	3.649,00
	MONTE LÍBANO	1.911,66
	PLANALTO	1.407,64
	SÃO BENTO	3.276,58
SÃO FRANCISCO	1.836,23	
SEGREDO	CORONEL ANTONINO	699,65
	JOSÉ ABRÃO	727,02
	MATA DO SEGREDO	417,71
	MONTE CASTELO	1.042,88
	NASSER	682,61
	NOVA LIMA	407,04
SEMINÁRIO	875,88	
PROSA	AUTONOMISTA	2.487,92
	CARANDÁ	2.808,69
	CHÁCARA CACHOEIRA	3.845,32
	CHÁCARA DOS PODERES	1.038,95
	ESTRELA DALVA	517,04
	MARGARIDA	737,56
	MATA DO JACINTO	927,05
	NOROESTE	278,57
	NOVOS ESTADOS	773,68
	SANTA FÉ	2.921,71
VERANEIO	584,90	
BANDEIRA	CARLOTA	1.090,77
	DR. ALBUQUERQUE	850,99
	JARDIM PAULISTA	1.137,12
	MARIA APARECIDA PEDROSSIAN	888,75
	MORENINHA	493,47
	RITA VIEIRA	754,70
	SÃO LOURENÇO	1.993,16
	TIRADENTES	852,78
	TV MORENA	2.178,58
	UNIVERSITÁRIO	566,63
VILASBOAS	1.814,67	
ANHANDUIZINHO	AERO RANCHO	492,75
	ALVES PEREIRA	524,54
	AMÉRICA	1.011,01
	CENTENÁRIO	548,59
	CENTRO OESTE	415,76
	GUANANDI	607,39
	JACY	934,57
	JOCKEY CLUB	746,22
	LAGEADO	332,65
	LOS ANGELES	357,46
	PARATI	769,11
	PIONEIROS	630,06
	PIRATININGA	645,71
	TAQUARUSSU	910,95
LAGOA	BANDEIRANTES	1.294,11
	BATISTÃO	523,13
	CAIÇARA	839,99
	CAIOBÁ	299,63
	COOPHAVILA II	607,02
	LEBLON	782,40
	SÃO CONRADO	393,19
	TARUMÁ	479,36
	TAVEIRÓPOLIS	1.223,29
	TIJUCA	558,17
	UNIÃO	718,27
	IMBIRUSSU	NOVA CAMPO GRANDE
NÚCLEO INDUSTRIAL		349,76
PANAMÁ		734,63
POPULAR		420,79
SANTO AMARO		793,76
SANTO ANTÔNIO		1.003,55
SOBRINHO		1.237,75

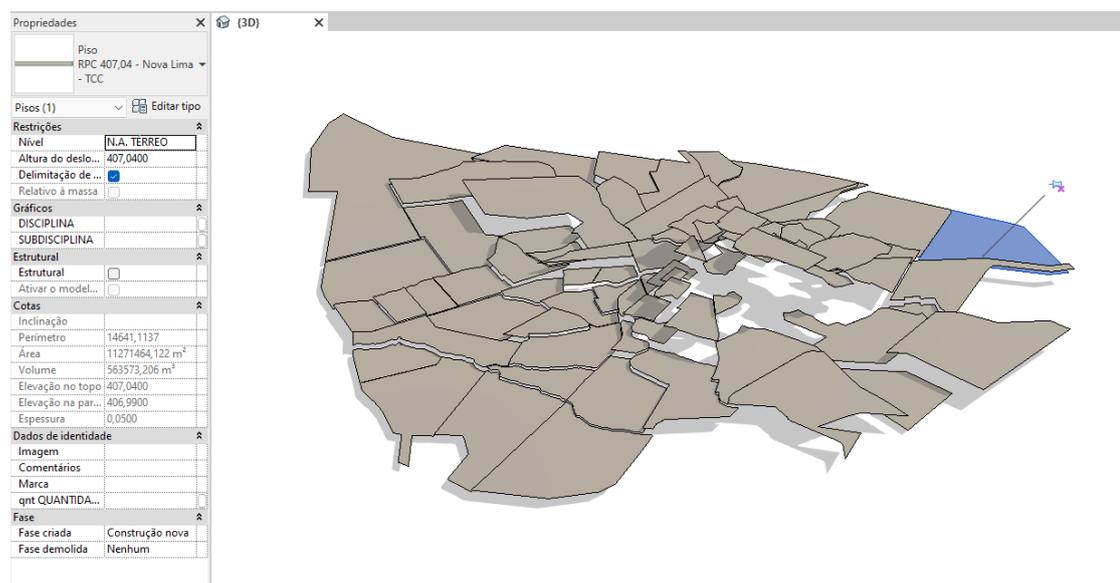
Com os dados disponibilizados anteriormente, e sendo feita a consideração a respeito equivalência da altura das topografias a serem criadas, foi elaborado no *software* da Autodesk, o Revit, os pisos de cada bairro da cidade, alterando as alturas para os valores das tabelas, como pode ser visto na Figura 41 e Figura 42.

Figura 41 – Print retirado do *software* Revit, em perspectiva 3D, demonstrando a modificação das alturas dos bairros conforme a população por bairro. Destaque para o bairro Nova Lima e sua altura.



Fonte: Elaboração própria.

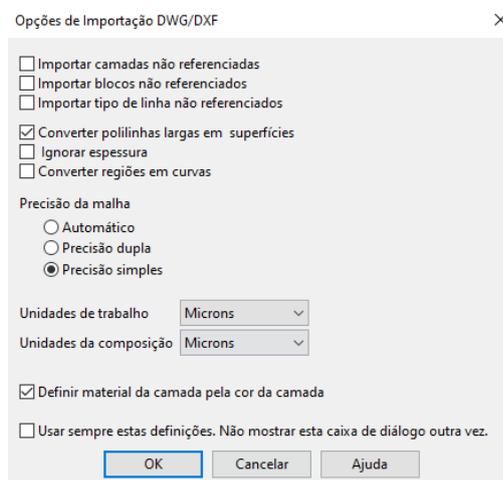
Figura 42 – Print retirado do *software* Revit, em perspectiva 3D, demonstrando a modificação das alturas dos bairros conforme a renda *per capita*. Destaque para o bairro Nova Lima e sua altura.



Fonte: Elaboração própria.

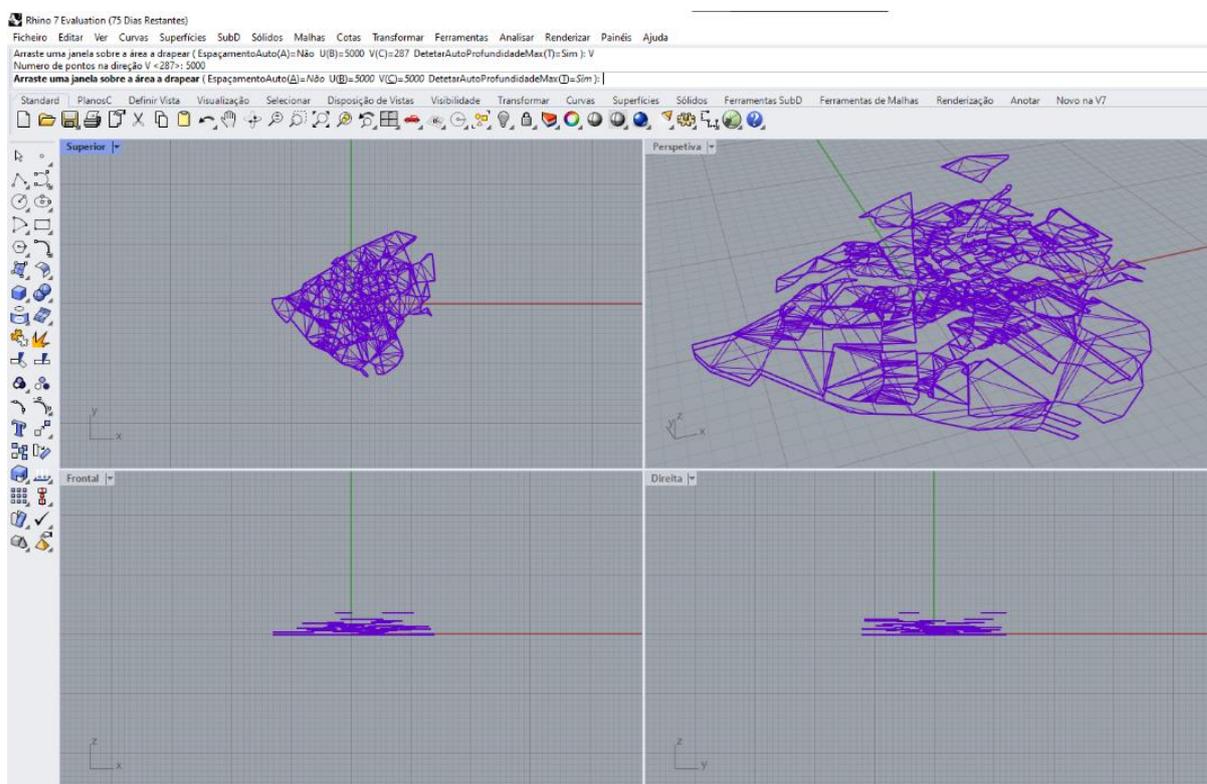
Sequencialmente, estes modelos criados foram transportados para o *software* Rhinoceros, onde foram gerados os modelos volumétricos finais deste objeto digital. A seguir, demonstraremos o passo a passo feito:

Figura 43 – Modelo 3D Rhino, passo 1: IMPORTAR



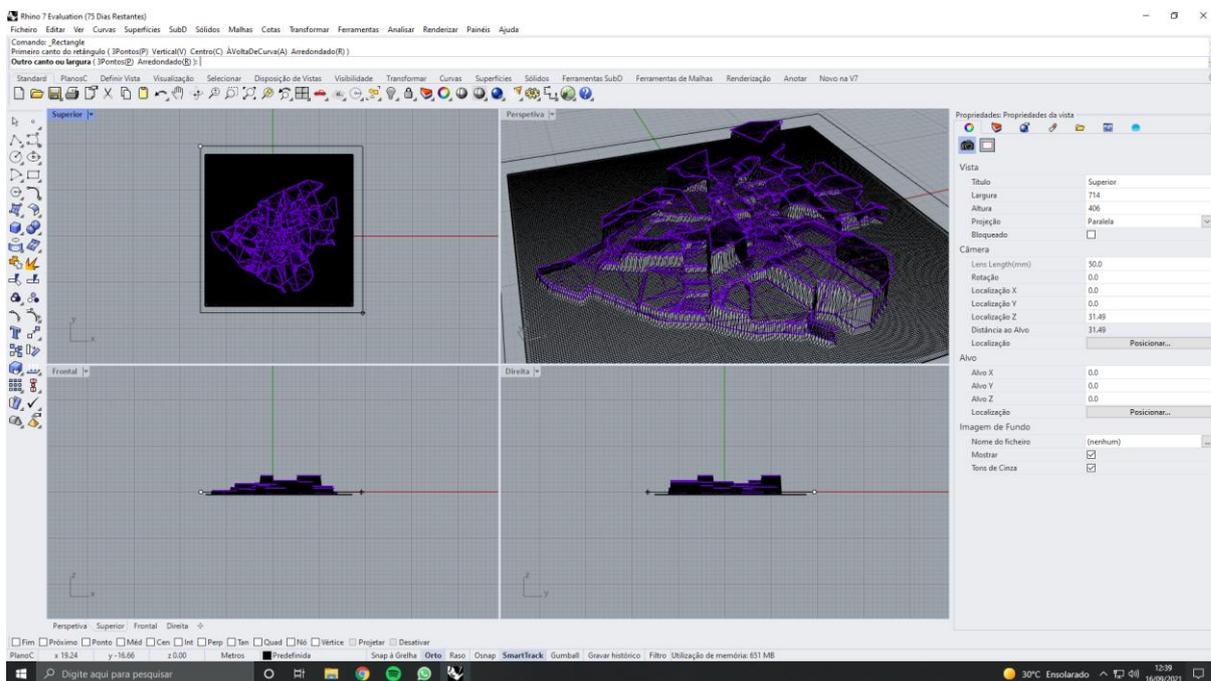
Fonte: Elaboração própria.

Figura 44 - Modelo 3D Rhino, passo 2: DRAPEAR



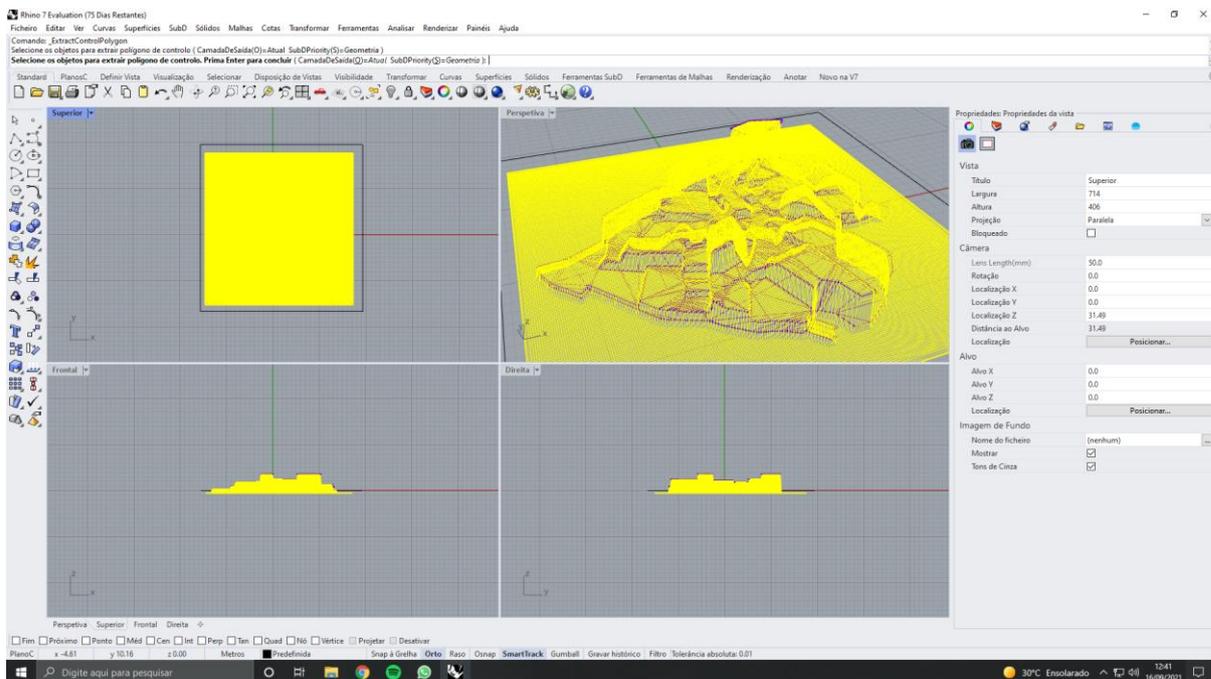
Fonte: Elaboração própria.

Figura 45 - Modelo 3D Rhino, passo 3: RECTANGLE



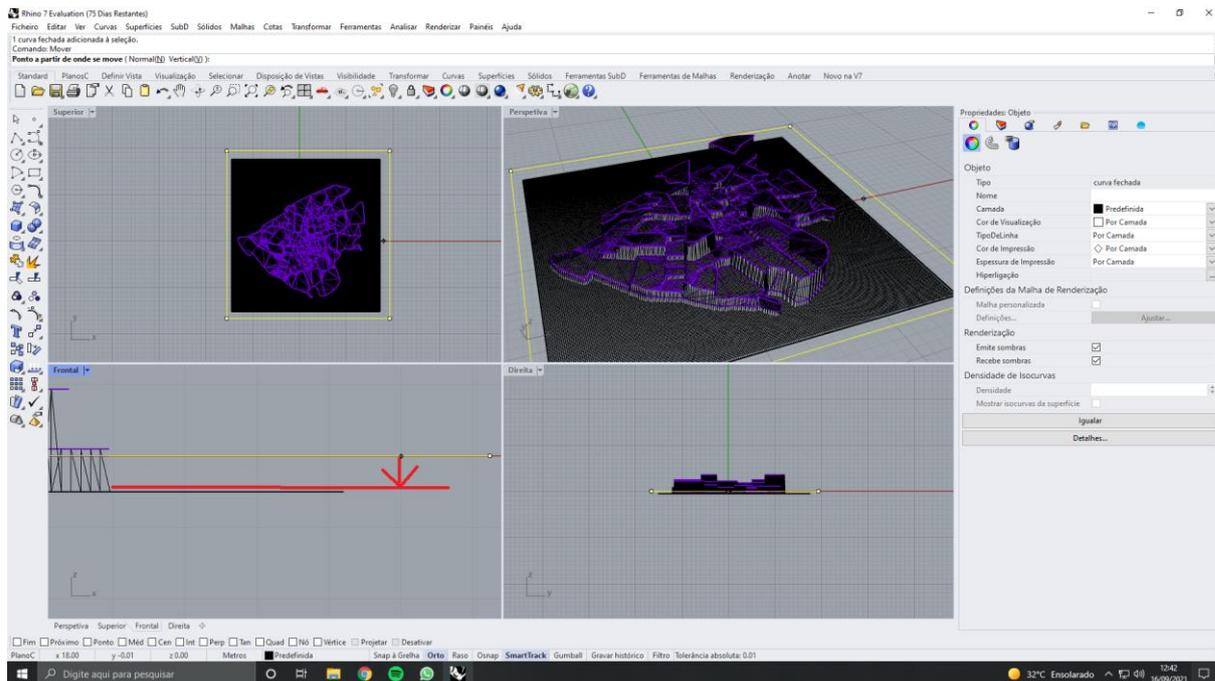
Fonte: Elaboração própria.

Figura 46 - Modelo 3D Rhino, passo 4: _EXTRACTCONTROLPOLYGON



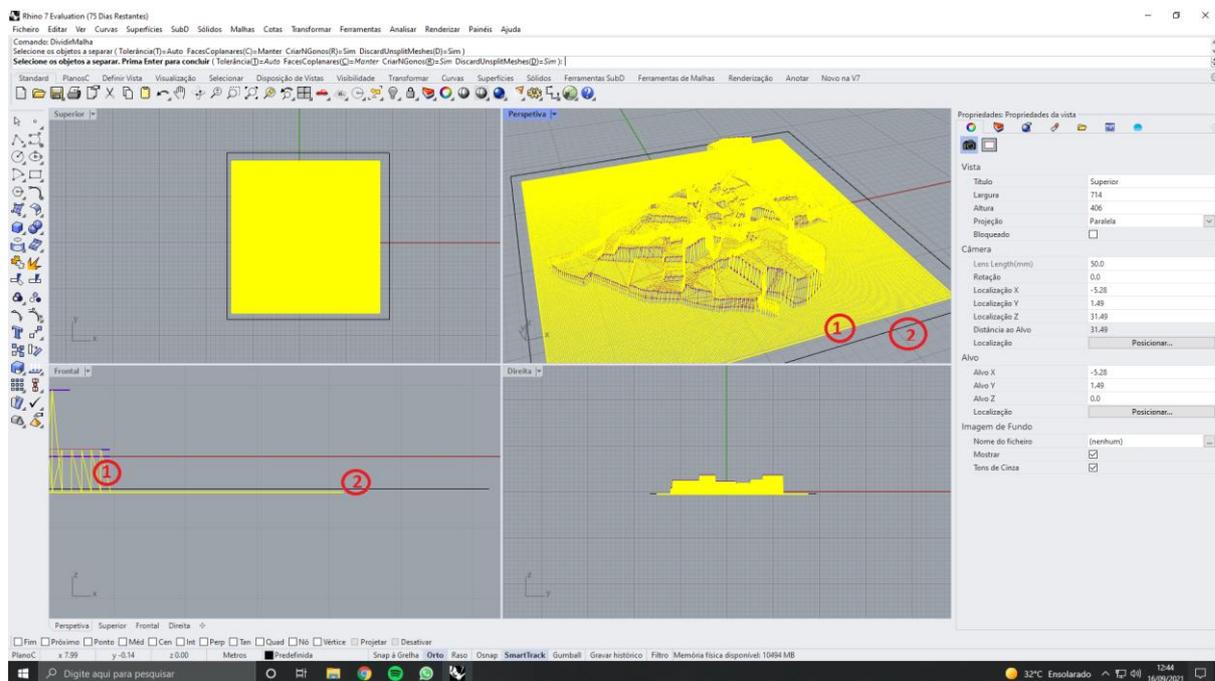
Fonte: Elaboração própria.

Figura 47 - Modelo 3D Rhino, passo 5: MOVE RECTANGLE



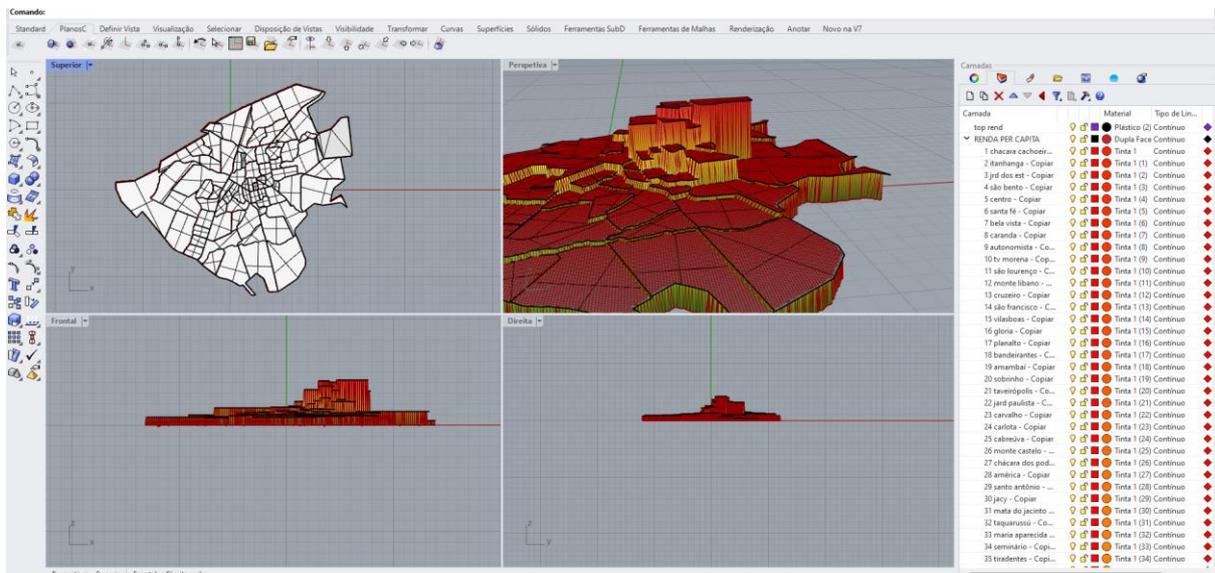
Fonte: Elaboração própria.

Figura 48 - Modelo 3D Rhino, passo 6: DIVIDIR MALHA



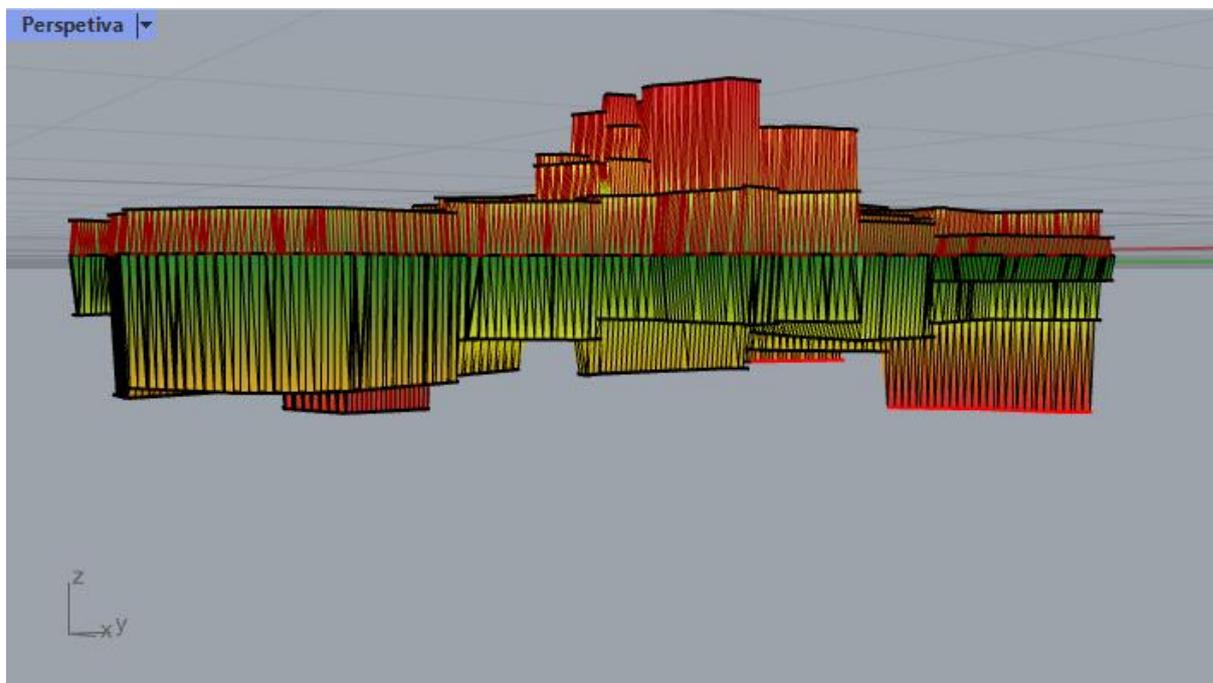
Fonte: Elaboração própria.

Figura 49 - Modelo 3D Rhino, passo 7: modificação cores camadas base conforme altura do bairro.



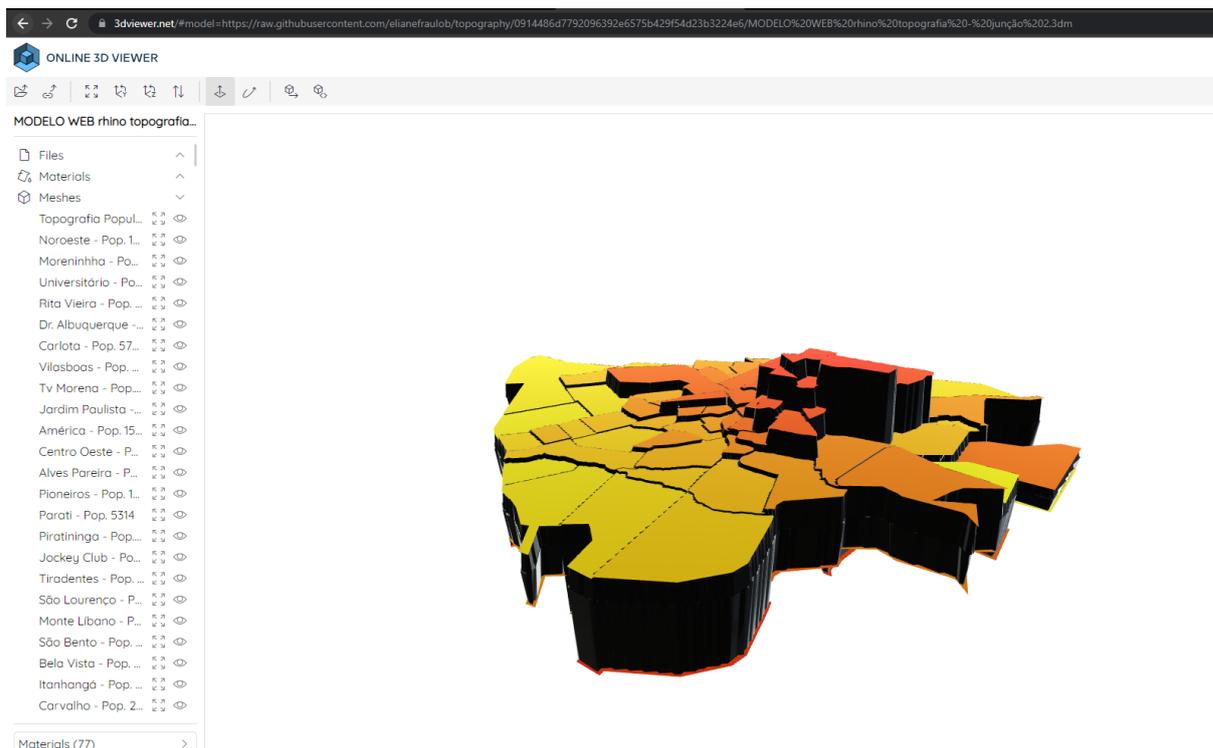
Fonte: Elaboração própria.

Figura 50 - Modelo 3D Rhino, passo 8: inversão do modelo da topografia de população por bairro e junção das topografias por suas respectivas bases, criando um modelo único.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 51 - Modelo 3D, passo 9: modelo importado para o site 3dviewer.net



Fonte: Elaboração própria.

Figura 52 - QR CODE de acesso ao modelo 3D.



Fonte: Elaboração própria.

A importação dos modelos (Figura 43) foi feita prezando manter os pisos criados no *software* Revit como planos, para facilitar o passo seguinte. As unidades de trabalho foram reduzidas para microns, fazendo com que o arquivo não ficasse muito grande. É importante esclarecer que o passo a passo foi feito em ambas topografias em arquivos separados, e juntados no passo 8, visto na Figura 50.

O passo 2, exposto na Figura 44, mostra as especificações do comando DRAPEAR, onde o espaçamento utilizado foi de $U=5000$ e $C=5000$. Esse comando permite a criação de uma malha 3D a partir dos planos fornecidos. Sequencialmente, no passo 3, visualizado na Figura 45, vemos que foi criado um retângulo (a partir da ferramenta RECTANGLE) maior do que a malha criada, o que será usado posteriormente.

No passo 4 (Figura 46), a malha criada foi selecionada e foi utilizado o comando “_EXTRACTCONTROLPOLYGON” para que a mesma fosse transformada em uma superfície tridimensional, possibilitando sua divisão posterior. No passo 5 (Figura 47), o retângulo criado no passo 3 foi movido (utilizando a ferramenta MOVE RECTANGLE) para próximo a base da superfície. Isso foi feito para que no passo seguinte (Figura 48), a malha fosse cortada em duas a partir da posição do retângulo criado, dividindo assim a base da superfície do restante de seu volume. O número 1 e 2 da figura servem para demonstrar quais partes do arquivo foram selecionadas sequencialmente para fazer o recorte.

Assim, dividindo a base do restante da superfície foi possível deletar da mesma o volume que não correspondia ao perímetro da cidade de Campo Grande, o que originou o modelo visível no passo 7 (Figura 49). Neste passo, os planos exportados do *software* Revit sofreram alterações: cada um foi movido para a camada de seu respectivo bairro, e cada camada criada teve seu material modificado de forma a colorir os planos dos bairros. Essa coloração foi feita em um gradiente da cor vermelha para a amarela, de forma que, quanto mais alto o bairro, mais vermelho a cor de seu plano, e quanto mais baixa a altura do bairro, mais amarela a cor do mesmo, respectivamente. Essa mudança não pode ser notada no modelo, a não ser pela barra lateral onde é possível visualizarmos as camadas criadas.

Ressaltamos novamente que o passo a passo foi feito separadamente nos arquivos de topografia de renda *per capita* e de população por bairro, porém na Figura

50, estes arquivos foram unidos. Nessa junção, o arquivo da topografia de população por bairro foi invertido para que sua base ficasse para cima, possibilitando com que as topografias se juntassem por suas bases. Essa oposição das topografias criadas foi feita pensando (como discutido anteriormente e melhor visualizado com os dados disponibilizados pela PLANURB) que os bairros com maior renda *per capita* são opostos aos bairros com maior população. Com isso feito, o objeto digital reflete topologicamente a segregação socioespacial em Campo Grande.

Visto que uma das intenções desta monografia é a divulgação do estudo da segregação socioespacial em Campo Grande para a população da cidade, o modelo digital foi exportado para o site <http://3dviewer.net> (Figura 51), onde é possível a interação com o objeto através do QR Code da Figura 52, ou pelo link¹², em qualquer computador, tablet ou telefone celular *touch* com acesso à internet. Neste site, não apenas é possível interagir com o objeto digital por sua livre rotação, mas também quando selecionado o plano de um determinado bairro é possível ver seu nome e o valor do dado aplicado na altura, na barra a esquerda do site, dentro da aba *Meshes*. Também é possível nesta mesma barra e aba, quando selecionada uma das topografias, seja a superior ou inferior, saber qual o nome da mesma (Topografia População por Bairro ou Topografia Renda *per Capita*). Assim, pretende-se utilizar deste modelo como um objeto que transpareça a visualização dos dados apresentados no estudo realizado. Destacamos também a importância do modelo criado para com o processo de construção do objeto final, o que ficará mais claro no subcapítulo seguinte.

¹² O link de visualização do modelo 3D é <https://3dviewer.net/#model=https://raw.githubusercontent.com/elianefraulob/topography/0914486d7792096392e6575b429f54d23b3224e6/MODELO%20WEB%20rhino%20topografia%20-%20jun%C3%A7%C3%A3o%202.3dm>

4.2. O Objeto de Intervenção Urbana

Entendendo que a elaboração do objeto de intervenção urbana é uma construção que se inicia por sua concepção teórica, e passa dessa teoria a um estudo preliminar para que surja o objeto final, e após tratar das questões que antecedem a criação deste objeto - tais como discussão sobre a localização e intenções da proposta (através dos estudos de caso) - nos voltaremos então para a construção desse objeto de intervenção urbana.

4.2.1. A Proposta Projetual

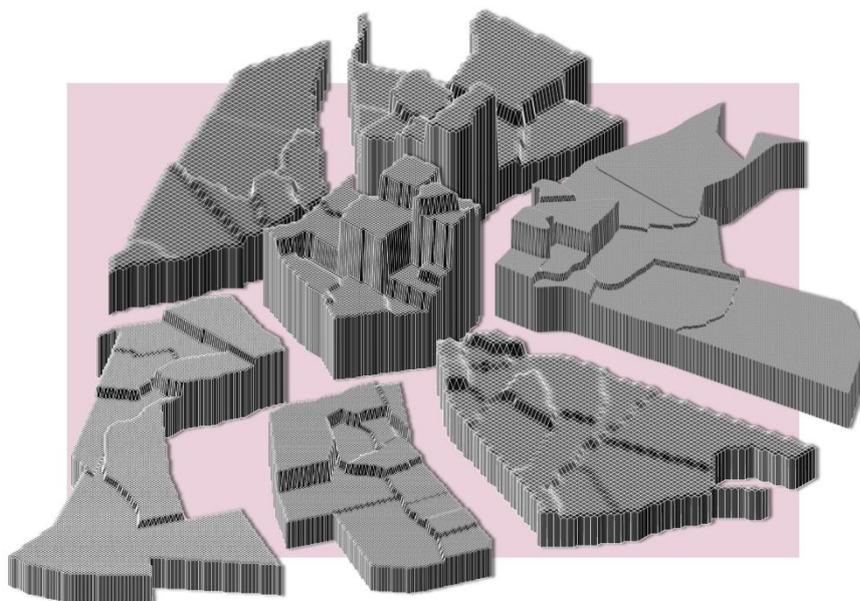
O primeiro passo, após a criação do objeto digital, foi a de pensar como traduzir essa topografia em um objeto de intervenção que pudesse ser exposto na cidade. Dessa forma, o pensamento é de que essa topografia poderia ser exposta como um espaço de piso, contendo um mobiliário retirado da própria topografia 3D, que tivesse diversas funções de uso. Esse espaço seria uma forma de expor à população a discussão acerca segregação socioespacial, e que ainda fosse capaz de atender aos mais diversos usos, seja como um espaço de debates, lazer, descanso, arquibancada, entre outros.

Funcionalmente, a criação desse modelo topográfico 3D ajudou a compreender melhor como podemos abordar visualmente a questão da segregação socioespacial em Campo Grande. A partir dessa imagem virtual, a intenção é de que a população da cidade tenha um entendimento topográfico de como os bairros da cidade são diferentes sob a luz da discussão da segregação. Mas o virtual, assim como em “Big Fat Dumb Cities for Sale”, é tratado aqui como um caminho de idealização; a partir dele é que serão idealizadas as questões projetuais do objeto construído.

É interessante a visualização desse projeto topográfico por algumas razões. Isso porque, em geral, as pessoas circulam pela cidade de maneira restrita. Isto é, o alcance das dimensões que a compõem, seja social ou arquitetonicamente, é limitado pela condição de observação de cada um. Do ponto de vista psicológico, podemos pensar que é como se as pessoas, introduzidas a esse objeto, entrassem em contato a uma dimensão que não é constituída a partir de suas próprias percepções. Ou seja, o objeto topográfico oferece ao expectador uma interpretação que não é a mesma que a de suas percepções sobre o espaço, sem seus vícios e olhares marcado pelo cotidiano.

De forma a tornar viável a construção desse objeto de intervenção urbana, reduziremos a escala da dimensão da topografia digital criada (escala real, mantendo o tamanho da cidade, para uma escala menor, por regiões). A tradução desta topografia em um objeto construído posicionado em parques e praças da cidade leva em conta a decisão de que o objeto seria um volume com pisos em diferentes níveis, onde a população poderia subir. Assim, juntando essa decisão e pensando no tamanho e sua necessidade de redução para que fosse posicionada em um parque/praça da cidade, vemos que esses pisos seriam muito pequenos se fossem feitos baseados na escala de toda a cidade. Por este motivo, decidiu-se que o objeto digital fosse recortado baseado nas regiões urbanas da cidade, o que facilitaria o tamanho de cada piso. Sendo assim, a ideia é a de que este objeto de cada região respectiva da cidade fosse exposto em sua própria região.

Figura 53 - Demonstração da divisão da topografia digital por regiões urbanas



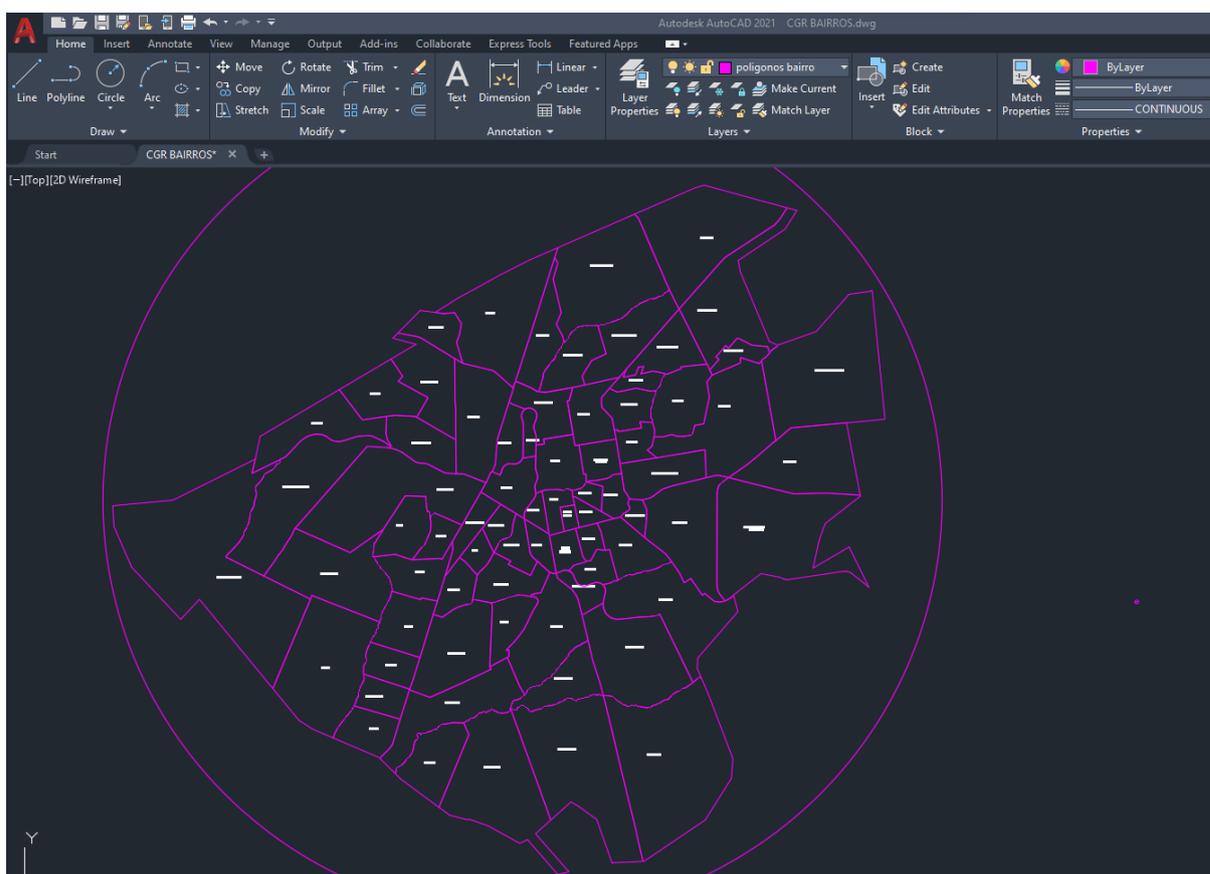
Fonte: Elaboração própria.

Essa decisão de divisão da topografia em regiões reitera ainda a questão da visualização da população acerca da segregação em bairros de uma mesma região. Visto que, ampliando o tamanho dos pisos dos bairros, fica mais claro a identificação da diferença entre renda e população daquele respectivo bairro.

Tomada a decisão de que esse objeto digital manteria uma proporção em que a altura fosse um local onde a população pudesse subir, e a largura representaria os

pisos — capazes de fazer com que as pessoas pudessem se deslocar —, passamos a estudar as possíveis escalas de redução da cidade de Campo Grande. Isso foi feito trazendo o desenho digital em escala real da capital para o software Autocad e estudando as possibilidades através do comando Scale (Figura 54).

Figura 54 - Redução de escala no *software* Autocad.



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos testes de possíveis escalas, chegamos na escala um para mil (1:1000), essa diferença de escala pode ser vista na Figura 54, onde à esquerda está localizada a escala real e à direita (o ponto rosa), a escala reduzida. Isso faria com que as alturas dos pisos dos bairros não ultrapassassem os quatro metros de altura e sua largura não ultrapassasse os quinze metros, tornando um local onde várias pessoas pudessem estar ao mesmo tempo, e até mesmo deitarem, caso queiram. Da mesma forma, do ponto de vista projetual, isso também faria com que as regiões não ultrapassassem os trinta e dois metros de comprimento.

Entende-se também de que essa divisão reduziria a informação transmitida à população neste espaço. Dessa forma, é por prezar manter esta conexão entre a

Figura 55 - Informações totem

INTERVENÇÃO URBANA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPO GRANDE



INFORMAÇÕES	BAIRROS DE CAMPO GRANDE
<p>REGIÃO DESTA INTERVENÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● INTERVENÇÃO REGIÃO SEGREGO Parque Taraila do Amaral ● INTERVENÇÃO REGIÃO PROSA Parque das Nações Indígenas ● INTERVENÇÃO REGIÃO CENTRO Horto Florestal ● INT. REGIÃO ANHANDUIZINHO Parque Ayrton Senna 	<ol style="list-style-type: none"> 1.núcleo industrial 2.nova campo grande 3.popular 4.panamá 5.santo antônio 6.aveirópolis 7.são conrado 8.caiobá 9.tatama 10.cophavilla II 11.bastião 12.licia 13.leblon 14.união 15.caiçara 16.sobrinho 17.santo amaro 18.josé abráo 19.nasser 20.semário 21.são francisco 22.pianalto 23.cabrêva 24.contro 25.amatãl 26.bandeirantes 27.taquarussu 28.jocy 29.guzanardi 30.aero rancho 31.cemitério 32.lageado 33.los angeles 34.centro oeste 35.alves pereira 36.pitoinhos 37.piratã 38.piratininga 39.jockey club 40.américa 41.cavalho 42.gloria 43.são bento 44.jardim paulista 45.cofota 46.dr. albuquerque 47.universitário 48.moreninha 49.rita vieira 50.riaboa 51.lv morena 52.bela vista 53.itanhanga 54.jardim dos estados 55.cruzeiro 56.monte castelo 57.mãe do segredo 58.coronel antonino 59.nova lima 60.novos estados 61.mãe do jacinto 62.margida 63.autonomista 64.santa fe 65.carandá bosque 66.estrela dávala 67.viraneio 68.chácara dos poderes 69.noroeste 70.chácara cachoeira 71.são lourenço 72.orientales 73.maria aparecida pedrossan 74.são bento

Esse espaço de intervenção urbana foi projetado como objeto final arquitetônico da pesquisa de monografia da acadêmica Eliane Fraulob a respeito da discussão acerca da Segregação Socioespacial em Campo Grande.

Na pesquisa foi gerada uma análise que se sucedeu na criação de uma topografia digital 3D que demonstrasse a diferença existente nos bairros da capital no que diz respeito a renda per capita e população por bairro. Este modelo de topografia 3D pode ser visto no QR Code abaixo.

Assim, de um lado, a topografia criada se baseia na renda per capita de cada bairro, do outro, a topografia surge da população residente naquele bairro, em ambos quanto maior o valor, mais alto o nível do bairro no mapa. Em opostos, essas topografias criam o mapa da segregação socioespacial na cidade de Campo Grande, onde podemos analisar as diferenças socioespaciais da cidade.

Baseado neste modelo 3D surgiu a ideia de criar um espaço de intervenção urbana onde as pessoas pudessem interagir com a temática do estudo. Este espaço foi moldado com base nas topografias criadas, espelhando a topografia de renda per capita e população por bairro em um espaço escolhido de uma determinada região da cidade. São 4 intervenções localizadas em 4 praças de 4 regiões distintas, que podem ser localizadas no mapa aqui disponível. Você também pode conferir em destaque quais os bairros inclusos neste mobiliário pelo mesmo mapa.



perspectiva da cidade exposta no modelo digital, e a perspectiva das intervenções de cada região, bem como mantendo uma forma de conectar as diferentes intervenções das outras regiões, simulando um sistema de objetos intervencionais, que se propôs criar um totem informativo, que conectasse estas informações com o objeto construído. Neste totem informativo constam: um texto que discorre sobre o trabalho feito; um mapa com todos os locais de intervenção da cidade, suas respectivas regiões e os nomes dos bairros; o QR Code para a visualização do objeto digital com a topografia de toda a cidade. Assim, apesar de o espaço estar reduzido à visualização da topografia apenas de uma região, o que se propõe com o totem é uma ligação entre as demais intervenções de outras regiões e o objeto digital, que transparece essa topografia como um modelo único ao cidadão. Essa estruturação do totem pode ser vista na Figura 55.

Outra forma que foi pensada para integrar a intervenção de uma região com as demais é a sonoridade do ambiente. Isto é, pretende-se reproduzir gravações de conversas feitas em uma intervenção da região x em alto-falantes na intervenção da região y. Essa ligação sonora traria outras leituras ao objeto de intervenção. Pode-se, por exemplo, pensar sobre as diferenças nas conversas da intervenção de um bairro da periferia e um bairro de alta renda *per capita*. Outro exemplo seria averiguar a quantidade de pessoas (vozes) que ali estão de região para região, tirando conclusões sobre qual intervenção é mais frequentada.

Por fim, criando uma relação com o que foi escrito neste trabalho, prezou-se pela demonstração deste objeto de intervenção urbana nas regiões onde se observou uma maior segregação socioespacial na cidade. Nesse caso, a Região Centro e a Região Prosa por sua maior renda *per capita*, e a Região Anhanduizinho e Região Segredo por serem as regiões onde estão localizados os dois bairros com maior população da cidade de Campo Grande (Aero Rancho e Nova Lima, respectivamente). Sequencialmente, em cada uma destas regiões, selecionamos o maior parque da região para ser o local onde situaremos o objeto de intervenção urbana. Esta seleção está presente na

Figura 56.

FIGURA 56

MAPA PRAÇAS ESCOLHIDAS CAMPO GRANDE - MS

bairros:
1 centro
2 jrd. dos estados
3 santa fé
4 autonomista
5 caraná
6 itanhanhangá
7 são bento
8 tv morena
9 chácara cachoeira
10 aero rancho
11 nova lima

LEGENDA

- bairros maior população
- bairros maior renda per capita
- demais bairros
- limite bairros
- grande região de concentração de renda
- parque região segredo
- parque região prosa
- parque região centro
- parque região anhanduizinho



ELABORAÇÃO
Eliane Fraulob Mattos

FONTE
PLANURB
IBGE

Como visto no mapa, as intervenções estão: na Região Centro, no Parque Horto Florestal; na Região Prosa, no Parque das Nações Indígenas; na Região Anhanduizinho, no Parque Ayrton Senn; na Região Segredo, no Parque Tarsila do Amaral. Assim, tendo definido os locais onde conceberemos os objetos de intervenção, vale a ressalva de que os mesmos servirão de exemplo para a construção dos objetos das outras três regiões da cidade aqui não apresentadas, e de que essa redução nas intervenções criadas acontece aqui com a intenção de demonstrar como o objeto seria criado.

Sobre a discussão acerca do local do objeto de intervenção, vale tratar como exporemos essa topografia digital criada, visto que a mesma possui um volume superior (topografia de renda *per capita*) e um inferior (topografia de população por bairro). Tentando demonstrar essa diferença entre as duas topografias (antes coladas em um volume único com duas faces), foi decidido que elas seriam postas de forma

espelhada, sendo que a topografia de renda per capita seria o volume à esquerda, e à direita, de modo espelhado, estaria o volume da topografia da população por bairro. Entre estas duas topografias, há uma distância de aproximadamente seis metros, criando uma área de intervalo entre os dois objetos construídos. Esse intervalo eleva ainda mais a versatilidade do local, visto que essa área de intervalo adquire centralidade e serve como um espaço de comunicação entre os volumes.

Ainda ligando o estudo teórico prévio com o objeto a ser criado, procuramos manter uma relação entre a segregação socioespacial e o projeto. Para isso, nosso objeto contou com alguns elementos que refletem nossa articulação. Primeiramente, considerando o modelo digital criado, a segregação socioespacial está refletida na volumetria do objeto de intervenção urbana. Essa é a parte mais clara da ligação entre a discussão e execução do objeto, seja pelo composto topográfico como um todo, seja por cada bairro ter seu próprio nível, de forma que nenhum bairro da cidade é posto em igualdade com outro. Em segundo plano, estão o totem e os elementos sonoros, que complementam a experiência e integram as obras de diferentes regiões. De forma mais simbólica, prezaremos selecionar os materiais para a execução do objeto de forma a dar à intervenção uma independência perante seu espaço geográfico: sem necessidade de manutenção e dando independência energética ao objeto. Contudo, podemos dizer de que o objeto de intervenção, apesar de bem situado em seu entorno, é também segregado do mesmo. Tratada as questões iniciais de projeto, partiremos agora para as materialidades e alocação do objeto de intervenção urbana.

4.2.2. Materializando

ALOCAÇÃO

Decidido em que parques estarão localizados os objetos de intervenção, passamos agora à definição de onde, no interior destes parques, estarão as intervenções. Para que a intervenção seja visível à população, pensou-se em posicioná-la em locais com grande fluxo de pessoas. Na Região Centro, no Parque Horto Florestal, esse local é próximo a lanchonete e a ponte que liga a outra parte do parque, do outro lado da avenida. Na Região Prosa, no Parque das Nações Indígenas, o objeto foi posicionado próximo ao playground e em frente a pista de caminhada e

do lago. Na Região Anhanduizinho, no Parque Ayrton Senna, ela será posta em frente a quadra poliesportiva. Por último, na Região Segredo, no Parque Tarsila do Amaral, ela está situada em frente a quadra poliesportiva. Todas estas localizações estão próximas a pisos existentes do parque, de forma que o objeto não se mantenha muito distante das áreas de fluxo de pessoas. Também se prezou por posicionar o objeto próximo a locais com arborização, aumentando o conforto térmico do local.

O USO

O espaço do objeto de intervenção urbana foi criado para ser multiuso, de forma que a vontade do projeto é de que as pessoas se apropriem do local e não se limitem a nenhuma utilização específica. Porém, buscando elucidar a dinâmica do ambiente, descreveremos aqui algumas possíveis utilizações: o mobiliário pode ser utilizado como arquibancada para um espetáculo/palestra/discussão que acontece no piso base do local, assim como o oposto também pode acontecer. Pode ser também um local de descanso e um local de intervenções. Um espaço para uma aula ao ar livre e um espaço para um show musical. O mobiliário pode servir também como abrigo da chuva, visto que é possível adentrá-lo nas partes maiores que um metro e meio (1,5 m) de altura.

PISOS E FECHAMENTOS

A intenção projetual é de que este objeto fosse um espaço com diversos usos, determinados pela população. Para que esse exercício possa ser melhor realizado, buscou-se trabalhar com materiais que possibilitassem um conforto estético, resistente as intempéries e que ao mesmo tempo não fossem desconfortáveis ao usuário. A madeira plástica é um composto plástico pintado de madeira, e por estarmos tratando de um material plástico o mesmo pode ser posto em locais com presença de luz solar direta e possibilidade de contato com a água. Além disso, ele é visualmente similar a madeira, o que remete uma sensação de conforto para o usuário. Por este motivo, ela foi escolhida para ser o piso das topografias de nosso projeto (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 7).

Além dos pisos das topografias, foi criado um piso base em pedra portuguesa branca, que realça a existência dos volumes projetuais e da intervenção como um todo (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro –

item 2). Neste piso, a um metro e meio de distância dos objetos topográficos construídos, foi criada um friso em concreto polido de cinco centímetros que liga os dois volumes e o ambiente central. Essa linha cria uma visualização lúdica da conexão entre as topografias objetos.

Definimos a existência de pisos no projeto, porém, entre esses pisos de diferentes alturas, para aumentar o conforto das pessoas que ali queiram sentar, bem como manter a sensação de que o local é uma topografia única, foram feitos fechamentos entre estes pisos. Em sua maioria, a intenção é de que esses fechamentos sejam do mesmo material do piso (madeira plástica), porém, intercalados com alguns vazios, onde também é possível que o público penetre o interior do objeto, como outra forma de ocupação e visualização da topografia (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 5).

ENERGIA, ILUMINAÇÃO E SONORIDADE

Para manter o objeto iluminado no período noturno, pensou-se que deveriam haver luminárias no ambiente. Logo, o objeto deveria receber energia para que as luzes pudessem funcionar. Buscando criar uma independência energética e agregando sustentabilidade ao local, foi pensado em pôr em alguns dos fechamentos do objeto construído o vidro fotovoltaico tipo ClearVuePV¹³ (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 5), que tem transparência de setenta por cento e capta a luz solar, transformando-a em energia para manter a intervenção funcionando. Esta energia serviria não apenas para as luminárias, mas também para sistema sonoro do local. A intenção é de que esses fechamentos em vidro sejam postos nos locais mais altos, isso porque nesses locais o acesso ao usuário não é tão fácil, o que dificultaria o vidro “ser chutado” por alguém que quisesse subir no piso em questão. É importante ressaltar que, graças a essa questão da captação de luz, é que não foram postas árvores no perímetro da intervenção, pois a sombra da copa das mesmas tornaria ineficaz a captação de luz pelo vidro fotovoltaico.

Como luminárias, utilizamos árvores falsas da marca de design *Green Future Concept*¹⁴ (de altura variável em até três metros), que possuem luminárias e folhas

¹³ Confira o site do fabricante em: <https://www.clearvuepv.com/>

¹⁴ Confira o produto em: <https://greenfc.com/products/leaf-lamp-metal-tree>

em feltro, o que absorve parte da sonoridade local, tornando o ambiente mais silencioso. No caule destas árvores, a um metro e meio do piso, será parafusado o alto-falante que reproduzirá as conversas das intervenções das demais regiões. O auto-falante escolhido foi tipo *solar.dk*¹⁵. Na base da árvore, serão conectados sensores de movimento tipo *fibraro*¹⁶, que captarão tanto a movimentação de pessoas no local, ativando os alto-falantes, quanto a mudança do dia para a noite, acendendo as luminárias (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 8). Todo esse sistema será mantido pela energia elétrica captada pelo vidro fotovoltaico.

ESTRUTURA

Quanto a parte estrutural do projeto, pensando em um material que fosse resistente a intempéries, não precisasse de manutenção e que ao mesmo tempo complementasse sua estética, o aço inoxidável foi escolhido. Ele estará posto nas chapas, vigas e pilares que formarão a estrutura do volume topográfico. A ideia é de que cada piso esteja posto em uma base feita de chapa de aço inoxidável de 18 mm e uma cantoneira de 2 mm por 2 mm (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 6), e que essas sejam soldadas nos pilares estruturais de 5 cm por 5 cm, que estão postos conforme as alturas dos bairros/pisos. Buscamos manter os pilares os mais finos possíveis para que esteticamente a topografia pudesse aparentar estar “flutuando” (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 4). Esses pilares estarão conectados a um radier em concreto armado que será criado abaixo do piso de pedra portuguesa (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 1). Em cima desse piso estará uma moldura de vigas de 5 cm de comprimento por 15 cm de altura que reforçará a estaticidade dos pisos (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 3). A intenção é de que dessa forma a estrutura funcione como um componente único, similar a um pórtico, que assegure que os pisos não se movimentem.

¹⁵ O modelo está disponível em: <https://www.solar.dk/dk-webshop/kommunikation-og-sikring/security/public-address/loudspeaker-box/1200381211/>

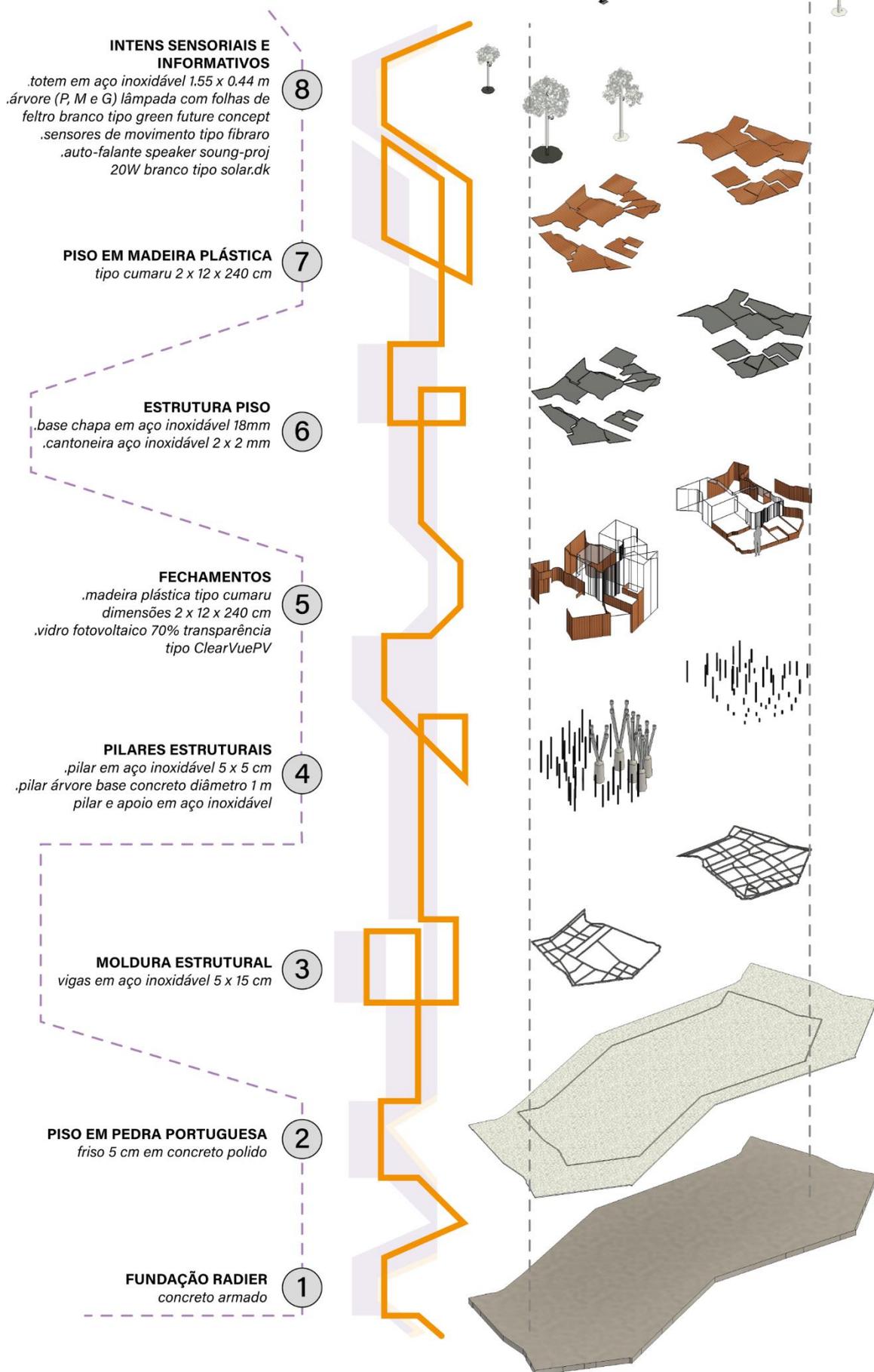
¹⁶ Acesse o site para mais informações: <https://www.fibar.com/pt/products/motion-sensor/>

Além disso, nos pisos acima de dois metros e meio de altura, o pilar em aço inoxidável de 5 cm por 5 cm foi substituído por pilares-árvores (com bases em concreto moldado in loco de um metro de diâmetro e um metro de altura, e com pilares e apoios em aço inoxidável), agregando na estética do mobiliário e diferenciando os pisos mais altos do objeto (visualizar em Figura 57 - Perspectiva Explodida Intervenção Região Centro – item 4).

PERSPECTIVA EXPLODIDA

INTERVENÇÃO REGIÃO CENTRO

Figura 57



4.3. Aspectos considerados do estudo de caso e o objeto final

Pensando nos estudos de caso selecionados para discussão e tendo formulado a proposta de projeto do objeto digital, para finalizarmos este trabalho, refletiremos sobre os itens que foram levantados no que diz respeito a “possíveis aspectos a serem levados em consideração em nosso projeto para a obra final de intervenção urbana”.

Em possibilidades de interação entre o observador e a obra (3.1.1), acreditamos que a interação pode ser realizada: através da leitura do totem e a identificação dos bairros presentes no mapa com os pisos do objeto construído; através da conectividade sonora entre regiões; pela indicação dos objetos de outras regiões no mapa; pela interação digital do usuário com o objeto digital; pelas amplas possibilidades de uso que o objeto fornece a população.

Tratando do site-specific como uma forma de visualizar a relação entre o local de escolha da obra e o efeito de reflexão causado no observador (3.1.2), destacamos a localização do objeto de intervenção como pertencente a uma região específica e sua volumetria indicativa da topografia daquela região. Mantendo essa ligação entre volumetria - topografia digital - região urbana, e expondo o intuito da intervenção ao espectador, a intenção é de causar um efeito reflexivo no mesmo.

A abordagem de diferentes leituras urbanas como uma forma de agregar na metodologia e interpretações sobre o projeto como um todo (3.1.3) fez parte da concepção do objeto digital, e essa leitura e adaptação volumétrica foi transferida ao objeto de intervenção. Por esse motivo, se tratando de adotar uma abordagem diferente na metodologia e interpretação de projeto, acreditamos que ao trabalhar com o objeto digital para encaminharmos ao objeto final, o projeto como um todo adquiriu novas camadas e possibilidades interpretativas.

Trabalhando as possibilidades gráficas que podem ser geradas a partir da elaboração crítica (3.1.4), criamos o modelo digital, partindo de uma leitura visual da coleta de dados feita no primeiro capítulo.

Por último, se tratando de formas de envolver a população com o ambiente urbano por seu envolvimento direto na intervenção (3.1.5), acreditamos ter tornado o objeto projetual um ambiente versátil onde o usuário pode se apropriar do ambiente. Não bastando, englobamos não apenas os usos mais diversos à intervenção urbana,

como também trazendo uma ligação sonora e tecnológica do ambiente com a temática da segregação socioespacial, envolvendo a população em uma experiência de conhecimento a respeito do ambiente urbano da cidade de Campo Grande.

CONCLUSÕES

Tratou-se neste trabalho de conclusão de curso a pesquisa de estudos relacionados à segregação socioespacial, seja pela leitura de obras situacionistas, discussões sobre a temática da arte urbana como uma prática crítica da arquitetura e urbanismo, bem como através da pesquisa e elaboração de mapas e da realização da metodologia da deriva, compreender os aspectos consoantes à segregação socioespacial na capital do estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. A elaboração de uma obra de intervenção urbana que fosse o produto final dessa análise, e que tivesse como pretensão a divulgação desse conhecimento adquirido na pesquisa aos moradores da cidade, foi um caminho não linear e parte de um processo com erros e acertos, mas que seguiram na busca de gerar um resultado que atendesse a necessidade da população e incluísse como critério a produção de um conhecimento em sua relevância pública.

A pesquisa e interpretação dos dados encontrados no site da PLANURB guiaram nosso trabalho de forma a definirmos aspectos importantes tratados durante o percurso da deriva, e que também foram base para a criação do objeto final. Assim, ao estabelecer interdependências entre os estudos feitos, a forma do objeto final foi sendo adquirida. Dessa forma, visto que o objetivo desse trabalho se deu na criação de uma obra de intervenção urbana que explicita a segregação socioespacial na cidade de Campo Grande, e tendo nos amparado teórico e metodologicamente nessa busca pela identificação dessa segregação à capital, esperamos que este trabalho e os experimentos aqui realizados reflitam em uma percepção diferente da cidade de Campo Grande.

Além disso, é de se notar que este trabalho se inclui na proposta de oferecer alternativas teóricas e técnicas para as pesquisas sobre a reflexão urbanística. Nesse sentido, ter apresentado ao leitor uma espécie de estado da arte das pesquisas sobre a segregação socioespacial, bem como os situacionistas e projetos que ligam arte urbana e sua relação com a Arquitetura e Urbanismo, tivemos como propósito ajudar a ampliar esse campo de pesquisa aos alunos dos cursos de graduação. Contemplar uma pesquisa interdisciplinar, que ofereça diversas linhas de atuação ao arquiteto e urbanista, foram horizontes traçados nesse trabalho de conclusão de curso.

Do ponto de vista teórico, enfim, buscamos que nosso trabalho tivesse uma relação de interdependência entre pesquisa e o projeto. Os limites da obra de intervenção, nossa pretensão ao elaborá-lo, bem como o alcance que procuramos atingir, refletem diretamente os estudos que realizamos durante o percurso de escrita. Mais que embasar teoricamente, nossa tentativa foi a de fazer com que a temática da segregação socioespacial – os aspectos que a relacionam com a desigualdade social e com as diferenças entre classes sociais – impactem o tipo de produção em Arquitetura e Urbanismo. Dessa maneira, produzir um trabalho engajado, mas devidamente técnico, para que a produção em nosso campo apresente fatores que poderiam passar despercebidos ou mesmo ignorados em nossos trabalhos mais técnicos.

Tratando do projeto, acreditamos ter cumprido com os aspectos considerados no estudo de caso. Estes aspectos valem de forma a ressaltar alguns objetivos que se gostaria de obter através do projeto do objeto de intervenção, indo desde questões estéticas referentes ao processo de transição de estudo para concepção formal, até as vontades de que essa intervenção pudesse conectar o usuário com o trabalho feito nesta monografia. Assim, cremos que o usuário utilizará a intervenção como um ambiente multifuncional e que a temática da segregação socioespacial será exposta a população de Campo Grande.

Esperamos, então, ter exposto nosso estudo de modo a demonstrar uma forma de levar a discussão da segregação socioespacial aos moradores da capital sul-matogrossense, visto que levando a temática à população campo-grandense poderemos gerar discussões mais elaboradas e conscientes sobre essa realidade.

REFERÊNCIAS

- A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO. Direção: Guy Debord. Produção de Marcel Berbert. França: 1973. DVD.
- ANITELLI, Felipe; SANTOS, Denise Mônico dos; TRAMONTANO, Marcelo. Cenas urbanas: o foco no espaço público. In: NOMADS.USP (Org.). **Territórios Híbridos: ações culturais, espaço público e meios digitais**. São Carlos: IAUUSP, 2013.
- ARRUDA, Ângelo Marcos de. O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 02, n. 019.01, **Vitruvius**, fev. 2002. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.019/2068>>. Acesso em: 13 de maio de 2021.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Editora UFMS, 2006.
- ATTIANESI, Daniel.; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Um Urbano Pra Lá de Rural: As particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 15, n. 30, p. 56-68, 2018
- CAMPBELL, Brígida Moura. **Arte para uma cidade sensível: Arte como gatilho sensível para a produção de novos imaginários**. 2018. Tese (Doutorado em Poéticas Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.27.2018.tde-12072018-145203.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- CITIES FOR SALE. **Cities for Sale**, 2016. Homepage. Disponível em: <https://citiesforsale.wordpress.com/>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.
- COSTA, Celso. Evolução urbana. **Campo Grande**, v. 100, p. 71-82, 1999.
- DEBORD, Guy. Fragmentos do documento fundacional por uma Internacional Situacionista (1957) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.
- DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da geografia urbana (1954) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.
- DEBORD, Guy. Posições situacionistas sobre a circulação (1959) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.
- DEBORD, Guy. Teoria da Deriva (1958) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.

EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios**: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

EL, Eugen. Städelschule Rundgang 2016. **Schirn Mag.** Frankfurt, 2016. Disponível em: https://www.schirn.de/magazin/schirn_tipps/staedelschule_rundgang_2016/. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

IVAIN, Gilles. Programa para um novo urbanismo (1953) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**. Zahar, 1997.

JORN, Asger. Arquitetura para a vida (1954) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.

KOTANYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. Programa elementar da oficina de urbanismo unitário (1961) In: SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5^o ed. São Paulo: Centauro Editora, 2015.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MARTINS, Maria Julia Stella. **Entremeios: produzindo imagens em zonas de fronteiras urbanas**. 2020. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020. doi:10.11606/T.102.2020.tde-22022021-135636.

NOMADS.USP (Org.). **Territórios Híbridos**: ações culturais, espaço público e meios digitais. São Carlos: IAUUSP, 2013.

PALLAMIN, Vera. **Arte, cultura e cidade**: aspectos estético-políticos contemporâneos. São Paulo: editora Annablume, 2015.

PLANURB. **Perfil socioeconômico de Campo Grande, 2020**. Campo Grande: Planurb - PMCG, 2020.

SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental In: **O fenômeno urbano**. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. VELHO, Otávio Guilherme de (Org.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SOUSA, Erahsto F. (org.) (2007). **Internacional Situacionista. Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário**. Porto Alegre: Deriva. 110p.

VIDLER, Anthony. **Architecture's Expanded Field**. Em: SYKES, Krista. *Constructing a New Agenda: Architectural Theory 1993-2009*. Nova York: Princeton Architectural Press, 2010, tradução por Igor Fracalossi, disponível em < https://www.archdaily.com.br/br/01-59270/campo-expandido-da-arquitetura-anthony-vidler?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>

VIEIRA, Alexandre Bergamin.; MELAZZO, Everaldo Santos. Introdução ao Conceito de Segregação Socioespacial. **Formação (Online)**, v. 1, n. 10, 2003

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos. **A construção de um sistema: Os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.